



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TÁVILA DA SILVA RABELO

**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA PARA A
GESTÃO TERRITORIAL DA TERRA INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA/CE**

FORTALEZA

2022

TÁVILA DA SILVA RABELO

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA PARA A
GESTÃO TERRITORIAL DA TERRA INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.
Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Fábio de Oliveira Matos
Co-orientadora: Profa. Dra. Anna Erika
Ferreira Lima

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R114d Rabelo, Távila da Silva.

Diagnóstico Ambiental Participativo como Ferramenta para a Gestão Territorial da Terra Indígena Kanindé de Aratuba/CE / Távila da Silva Rabelo. – 2022.

131 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Fábio de Oliveira Matos.

Coorientação: Prof. Dr. Anna Erika Ferreira Lima.

1. diagnóstico ambiental. 2. gestão territorial indígena. 3. povos indígenas. I. Título.

CDD 910

TÁVILA DA SILVA RABELO

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA PARA A
GESTÃO TERRITORIAL DA TERRA INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.
Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovada em 26/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio de Oliveira Matos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Anna Erika Ferreira Lima (Co-orientadora)
Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE)

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Davy Braz Rabelo
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é resultado de diversos encontros. Não se faz nada sozinho, e durante este percurso contei com a ajuda e a amizade de muitas pessoas queridas.

À minha mãe, Maria Valdeise, que sempre se dedicou e incentivou os meus estudos.

À minha co-orientadora, Professora Dra Anna Erika Ferreira Lima, por ter me apresentado ao povo Kanindé e confiado na minha pesquisa.

Ao meu orientador, Professor Dr. Fábio de Oliveira Matos, pela paciência e condução da orientação de forma leve, me tranquilizando durante o longo caminho.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Edson Vicente da Silva, Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles e Prof. Dr. Francisco Davy Braz Rabelo, pelo apoio durante todo o percurso, pelo tempo dedicado e pelas contribuições valiosas para a melhoria do trabalho.

Ao amigo Thiago Armando, por sua ajuda durante todo esse período, pela transcrição dos áudios das entrevistas e suporte durante a apresentação do trabalho.

Ao povo Kanindé, pela confiança em mim depositada, pela reserva de tempo para as entrevistas e trabalhos de campo, por sua acolhida singular e imenso auxílio para a aquisição dos produtos locais, na pessoa de Terezinha Kanindé.

Aos Professores Jader Santos e Adryane Gorayeb, pela excelente contribuição para a realização dos trabalhos de campo, fundamental para a conclusão da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e amigos Erandi e Edilene, sempre solícitos e dispostos a ajudar.

Ao Departamento de Geografia e às amigas Débora e Sandra, pelo inestimável suporte durante todo o período.

A todas as amigas e amigos que acreditaram, torceram por mim e me ajudaram a chegar até aqui, cada um a seu modo.

RESUMO

O objetivo principal do trabalho é a elaboração de um Diagnóstico Ambiental da Terra Indígena (TI) Kanindé de Aratuba – CE, o qual, além de colaborar para a gestão da TI, pode contribuir para uma sistematização dos saberes tradicionais sobre suas terras, mesclando-os com o conhecimento científico, com enfoque principalmente nas características físicas do território e suas conexões com o povo indígena. Os objetivos específicos abordam o entendimento sobre a história dos povos indígenas no Nordeste; a identificação dos aspectos socioeconômicos, históricos, culturais e ambientais da população indígena Kanindé de Aratuba. A caracterização ambiental da TI, com indicação pela comunidade dos principais aspectos do território, e a construção do Diagnóstico Ambiental da TI Kanindé de Aratuba/CE, foi elaborada com ênfase nos aspectos físicos do território. Aliado a uma perspectiva qualitativa, o percurso metodológico envolveu a pesquisa bibliográfica, trabalhos de campo para reconhecimento da área e a apresentação da proposta de trabalho e aprovação pelas lideranças locais, e entrevistas semiestruturadas com três grupos da comunidade indígena: juventude, professores e lideranças. Os resultados englobam desde a síntese do arcabouço teórico base para a compreensão da questão, como o histórico do povo indígena Kanindé, e o Diagnóstico Ambiental de fato, com a elaboração de mapas que apresentam as características físicas do território, e a discussão sobre os aspectos socioeconômicos. Além de discorrer sobre as percepções do povo indígena Kanindé de Aratuba sobre seu território e sobre os processos de gestão territorial possíveis.

Palavras-chave: diagnóstico ambiental; gestão territorial indígena; povos indígenas.

ABSTRACT

The main objective of the work is the elaboration of an Environmental Diagnosis of the Indigenous Land (IL) Kanindé de Aratuba - CE, which, in addition to collaborating for the management of the IL, can contribute to a systematization of traditional knowledge about their lands, mixing them with scientific knowledge, focusing mainly on the physical characteristics of the territory and its connections with the indigenous people. The specific objectives address the understanding of the history of indigenous peoples in the Northeast; the identification of socioeconomic, historical, cultural and environmental aspects of the Kanindé indigenous population of Aratuba. The environmental characterization of the IL, with indication by the community of the main aspects of the territory, and the construction of the Environmental Diagnosis of the IL Kanindé of Aratuba/CE, was elaborated with emphasis on the physical aspects of the territory. Allied to a qualitative perspective, the methodological approach involved bibliographic research, field work to recognize the area and the presentation of the work proposal and approval by local leaders, and semi-structured interviews with three groups of the indigenous community: youth, teachers and leaders. The results range from the synthesis of the theoretical framework for understanding the issue, such as the history of the Kanindé indigenous people, and the actual Environmental Diagnosis, with the elaboration of maps that present the physical characteristics of the territory, and the discussion about the aspects socioeconomic. In addition to discussing the perceptions of the Kanindé indigenous people of Aratuba about their territory and the possible territorial management processes.

Keywords: environmental diagnosis; indigenous territorial management; indigenous people.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reunião de apresentação e aprovação da proposta.....	29
Figura 2 – Entrevista com o cacique Sotero.....	31
Figura 3 – Mapa Conceitual com resumo sobre as dimensões da Gestão Territorial Indígena.....	41
Gráfico 1 – Distribuição percentual da população indígena, por localização do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2010.....	55
Gráfico 2 – Distribuição percentual da população indígena, por condição de indígena, segundo as Grandes Regiões – 2010.....	56
Gráfico 3 – Distribuição percentual da população indígena, por localização do domicílio, segundo as Unidades da Federação – 2010.....	57
Figura 4 – Mapa das Terras Indígenas no Estado do Ceará.....	62
Figura 5 – Carta Imagem: Localização da Terra Indígena Kanindé de Aratuba.....	68
Figura 6 – Jornal O Povo, dia 27 de outubro de 1995: “Tribo esquecida em Aratuba vai em reunião”.....	72
Figura 7 – Primeira Sede do Museu Indígena Kanindé.....	73
Figura 8 – Parte do acervo do Museu Kanindé.....	74
Figura 9 – Segunda Sede do Museu Indígena Kanindé.....	75
Figura 10 – Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos.....	75
Figura 11 – Associação Indígena Kanindé de Aratuba - AIKA.....	76
Figura 12 – Mapa de Localização da APA da Serra de Baturité.....	78
Figura 13 – Mapa 1: Geologia e Relevo da Terra Indígena Kanindé de Aratuba.....	79
Figura 14 – Mapa 2: Solos e Vegetação da Terra Indígena Kanindé de Aratuba.....	82
Figura 15 – Perfil topográfico representando a distribuição das unidades fitogeográficas no maciço de Baturité.....	86
Figura 16 – Corte de perfil esquemático representativo do relevo, solos e vegetação do maciço de Baturité.....	88
Figura 17 – Mapa 3: Clima e Rede de Drenagem da Terra Indígena Kanindé de Aratuba...	90

Figura 18 – Riacho Catolé: parte da Sub-bacia do rio Canindé.....	91
Figura 19 – Mapa 4: Hipsometria da Terra Indígena Kanindé de Aratuba.....	92
Figura 20 – Mapa 5: Classes de Declividade da Terra Indígena Kanindé de Aratuba.....	93
Figura 21 – Festa do Muncunzá: mostrando a fala de abertura do evento.....	97
Figura 22 – Localização espacial do lixão.....	99
Figura 23 – Acúmulo de lixo às margens da CE-257.....	99
Figura 24 – Plantação de banana e capim.....	100
Figura 25 – Plantação de banana nas áreas de encosta.....	101
Figura 26 – Plantação de banana por posseiros.....	101
Figura 27 – Feijão recém colhido posto para secar ao sol.....	103
Figura 28 – Plantação de milho.....	103
Figura 29 – Imagem aérea mostrando o cultivo de hortaliças.....	104
Figura 30 – Retirada de madeira para lenha.....	105
Figura 31 – Calendário Anual do povo Kanindé de Aratuba.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Propostas de etapas para a elaboração de PGTA.....	32
Quadro 2 – Etnias Indígenas do Ceará: área, situação jurídica, riscos potenciais e problemas existentes.....	63
Quadro 3 – Sistema ambiental: Vertente Meridional.....	81
Quadro 4 – Classes de solos e suas características ambientais.....	84
Quadro 5 – Espécies de animais utilizadas como caça pelo povo Kanindé de Aratuba.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População indígena, por localização de domicílio e condição indígena, segundo as Grandes Regiões – 2010.....	54
Tabela 2 – População indígena, por censo demográfico, segundo as Grandes Regiões.....	55
Tabela 3 – População indígena, por situação do domicílio, segundo a localização do domicílio – 2010.....	57
Tabela 4 – população residente indígena, segundo a situação do domicílio, Região e Unidade da Federação – 2010.....	58
Tabela 5 – População Indígena do Ceará na área de cobertura do Distrito Especial de Saúde Indígena no Ceará.....	59
Tabela 6 – População Indígena por etnia na área de cobertura do Distrito Especial de Saúde Indígena no Ceará por Povo.....	60
Tabela 7 – População Indígena por Município.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADELCO	Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido
AMICE	Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APOINME	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ARPIN-Sul	Articulação dos Povos Indígenas da região Sul
ARPINPAN	Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal
Arpinsudeste	Articulação dos Povos do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste
ATL	Projeto Acampamento Terra Livre
CDPDH	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CEPEMA	Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente
CISI	Conselho Nacional de Saúde Indígena
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COJICE	Comissão de Juventude Indígena do Estado do Ceará
CONLOSI	Conselho Local de Saúde Indígena
DAP	Diagnóstico Ambiental Participativo
DSEI-CE	Distrito Especial de Saúde Indígena do Ceará
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
FEPOINCE	Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
MD	Ministério da Defesa
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
OIT	Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OPRINCE	Organização dos Professores Indígenas do Ceará
PDPI	Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas
PIB	Povos Indígenas do Brasil
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PPA	Plano Plurianual
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
PSF	Programa Saúde da Família
PTGA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
SESAI-MS-CE	Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde no Ceará
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPI	Sistema de Proteção aos Índios
TI	Terra Indígena
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	20
2.1	O território à luz da Ciência Geográfica	20
2.1.1	<i>Território Tradicional Indígena</i>	23
2.2	O enfoque geossistêmico aplicado na gestão do território	27
2.3	Percurso Metodológico	27
3	GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA E A CONSTRUÇÃO DA PNGATI	36
3.1	Gestão Territorial em Terras Indígenas	36
3.2	A Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas	42
3.3	Os Povos Indígenas no Contexto Atual Cearense	51
4	O POVO E A TERRA INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA-CE	68
5	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA-CE	77
5.1	Caracterização Regional do entorno da área Terra Indígena	77
5.2	Geologia e Relevo	78
5.3	Solos e Vegetação	81
5.4	Clima e Rede de Drenagem	88
5.5	Hipsometria	92
5.6	Declividade	92
5.7	Aspectos Socioeconômicos	93
5.7.1	<i>Saúde, Educação e Lazer</i>	95
5.7.2	<i>Formas de organização e parcerias</i>	97
5.7.3	<i>Impactos e conflitos socioambientais</i>	98
5.7.4	<i>Práticas agrícolas e cuidado com o território</i>	102
5.7.5	<i>Potencialidades</i>	107
6	PERCEPÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO E SUA GESTÃO	109
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	118
	GLOSSÁRIO	124

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	129
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: JUVENTUDE DA COMUNIDADE INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA/CE.....	130
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA: LIDERANÇAS DA COMUNIDADE INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA/CE.....	131
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PROFESSORES DA COMUNIDADE INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA/CE.....	132

1 INTRODUÇÃO

As questões relacionadas à temática indígena, que antes ficavam a cargo do Sistema de Proteção aos Índios (SPI), fundado em 1910, foram transferidas para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), durante a ditadura militar, em 1967, mantendo, no entanto, a mesma conduta da política indigenista no sentido da integração dos povos indígenas à sociedade nacional. Essa visão integracionista foi sendo confrontada ao longo dos anos, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, com o fortalecimento do movimento indígena no país, e uma de suas conquistas foi a inclusão, na Constituição Federal de 1988, do reconhecimento dos povos indígenas como povos originários, detentores de direitos também originários. O texto constitucional ainda reconhece a diversidade cultural dessas populações, seus direitos à autodeterminação e a seus territórios tradicionais.

Foram muitos os avanços e conquistas dos povos indígenas brasileiros, apesar disso, a situação atual está longe da que se considera como a ideal. Ainda persistem diversas dificuldades, como a demora no processo de demarcação de suas terras, a constante violência decorrente de disputas territoriais, os impactos socioambientais provenientes de megaprojetos, sejam públicos ou privados, entre outros problemas.

Recentemente, o Projeto de Lei 490/2007 (PL 490), que já havia sido rejeitado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHM) entrou novamente em votação, tendo como ponto mais desfavorável o chamado Marco Temporal. Segundo este entendimento, é necessária a comprovação da ocupação do território alvo da demarcação na data da promulgação da Constituição Federal de 1988. Além disso, há a possibilidade de contato com os povos isolados, de exploração das TI's por garimpeiros e o impedimento de ampliação de terras já demarcadas, representando um grande retrocesso e ameaça aos direitos, à soberania, reprodução cultural desses povos, à biodiversidade dessas áreas, além de outros impactos negativos.

Nesse sentido, é necessário o desenvolvimento de ações de gestão territorial de terras indígenas, como as presentes na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, que tem como objetivo garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) em Terras Indígenas configura-se como uma ferramenta para a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que, através do seu processo de construção, de forma ativa e participativa com os povos indígenas, contribui para a valorização dos saberes tradicionais desses povos sobre seu território e sua transferência para as próximas gerações; auxilia na redução de conflitos e criação de acordos para a gestão do território; promove o uso sustentável da terra; contribui para a geração de renda, para o fortalecimento das organizações indígenas, para a ampliação do diálogo dos povos com as instituições governamentais ou não. Além disso, por seu caráter participativo, favorece o protagonismo indígena, sendo fundamental a voz ativa da comunidade durante o processo, uma vez que partirá da própria comunidade, com sua vivência e conhecimentos tradicionais, a indicação dos eventuais problemas e discussão sobre a melhor forma de gerenciá-los e buscar soluções, cabendo ao pesquisador fornecer os conhecimentos e as práticas necessárias para que se alcance as melhores alternativas. Promovendo assim, a capacitação e autonomia da população indígena.

O diagnóstico representa uma das etapas na construção dos PGTA's, sendo a fase em que as informações são colhidas através do diálogo com a comunidade e analisadas posteriormente.

Tendo em vista a estreita relação da população indígena com seu território ancestral, o qual é parte fundamental para a construção e reprodução de sua identidade étnico-cultural e seu modo de vida, a realização deste trabalho, nos moldes em que é proposto, e visando a elaboração de um diagnóstico ambiental participativo, pode contribuir para uma sistematização dos saberes tradicionais sobre suas terras, mesclando-os com o conhecimento científico, com enfoque principalmente nos sistemas ambientais, nas características físicas do território e suas conexões com o povo indígena. Destaca-se aqui a originalidade da proposta, considerando que os estudos anteriormente realizados na área consistem em abordagens antropológicas e sociológicas, carecendo, portanto, de estudos de cunho ambiental.

A proposta deste trabalho também advém do interesse pessoal da pesquisadora, a qual a partir de 2018 passou a integrar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) *Campus* Fortaleza, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), e desde então tem participado de projetos de extensão e eventos ligados à causa indígena, despertando ainda mais o interesse pelo tema étnico-cultural e por relacioná-lo com as questões ambientais, uma vez que as terras indígenas constituem importantes áreas de

conservação da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos, justamente pela relação diferenciada que os povos indígenas mantêm com seu território, seu ambiente.

Além disso, a discussão sobre um diagnóstico ambiental como ferramenta para a gestão do território pode favorecer momentos de integração da comunidade, de troca de saberes, valorização da cultura e fortalecimento dos vínculos comunitários para a defesa de suas terras, apropriando-se dos conhecimentos e sendo protagonistas durante todo o processo.

A pesquisa também possui relevância acadêmica, por seu caráter inovador, no que se refere à área estudada, e por ter como produto final o diagnóstico ambiental, importante instrumento para a gestão territorial da TI que, além de integrar outros registros importantes para a comunidade, pode servir como subsídio para o processo de demarcação do território, ampliando e fortalecendo a pesquisa científica, sua importância e dever social.

O presente trabalho tem como objetivo geral a elaboração de um Diagnóstico Ambiental da Terra Indígena (TI) Kanindé de Aratuba – CE, e como objetivos específicos a identificação dos aspectos socioeconômicos, históricos, culturais e ambientais da população indígena Kanindé de Aratuba; Caracterização ambiental da TI, com indicação pela comunidade dos principais aspectos do território, e a construção do Diagnóstico Ambiental da TI Kanindé de Aratuba/CE, com ênfase nos aspectos físicos do território.

A área de estudo é a TI Kanindé, de Aratuba/CE, do povo indígena Kanindé, uma das 14 (quatorze) etnias reconhecidas no estado do Ceará. Atualmente, no Estado, apenas uma TI, a Tremembé do Córrego João Pereira, localizada entre os municípios de Acaraú e Itarema, que possui, através do Decreto de 5 de maio de 2003 da Presidência da República, a demarcação definitiva de seu território, com o processo totalmente finalizado (BRASIL, 2003).

O povo indígena Kanindé está organizado em três aldeias, são elas: Gameleira e Balança, localizadas no município de Canindé, no sertão central cearense, e Fernandes, no município de Aratuba, na região do maciço do Baturité/CE. Habitam a região desde 1874 e, em 1995 iniciaram seu processo de reconhecimento como indígenas. Com relação à situação da TI, nos anos de 2003 e 2004 foram realizadas visitas preliminares pela FUNAI, mas apenas em 2011 iniciaram os primeiros procedimentos para demarcação territorial, sem conclusão até o momento de elaboração desta pesquisa.

Cabe aqui destacar que, para as populações indígenas, a relação com a terra ancestral é parte fundamental na constituição de sua identidade étnica e reprodução de seus modos de vida, cultura, espiritualidade, sociabilidade, entre outros aspectos. Além disso, as TI's consistem em relevantes áreas de conservação da biodiversidade e de serviços

ecossistêmicos diversos. Dessa forma, é fundamental conhecer e destacar os aspectos físicos do território através do diagnóstico ambiental, o qual consiste numa das etapas iniciais na elaboração dos Planos de Gestão, ferramentas que oferecem subsídios para a demarcação de TI's, favorecendo um diálogo entre a comunidade durante seu processo de construção e contribuindo para a valorização da cultura e dos conhecimentos desses povos sobre seus territórios.

No desenvolvimento da pesquisa, são apresentadas as seguintes perguntas: Qual a relação do povo Indígena Kanindé de Aratuba com seu território? De que forma essa relação pode ser representada? Em que medida o Diagnóstico Ambiental da TI Kanindé de Aratuba pode favorecer a comunidade na defesa e gestão de suas terras tradicionalmente ocupadas?

Diante destes questionamentos, a pesquisa visou realizar um resgate histórico do povo indígena Kanindé de Aratuba, considerando dimensões socioeconômicas, históricas, culturais e ambientais para a elaboração do Diagnóstico Ambiental.

O trabalho está organizado em 5 capítulos. No primeiro, são apresentados os aspectos relacionados à metodologia utilizada, ou seja, os fundamentos teóricos abordados no desenvolvimento da pesquisa, bem como as fases efetivadas na mesma. Trabalha a concepção de território e de território tradicional indígena, destaca a aplicabilidade da Teoria Geossistêmica na definição de unidades ambientais, tratando sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e suas principais diretrizes legais.

O segundo capítulo aborda a gestão territorial em Terras Indígenas, discutindo conceitos, práticas, importância e as diversas dimensões envolvidas na gestão territorial. Também traz um histórico da construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), apresentando os eventos e iniciativas que marcaram a trajetória das lutas indígenas em defesa do território, que culminaram com a elaboração da Política. Por fim, versa sobre o atual cenário dos povos indígenas no contexto cearense, trazendo inicialmente o histórico desses povos na região e os diversos processos de territorialização aos quais foram expostos até a contemporaneidade.

O capítulo terceiro trata sobre o povo indígena Kanindé de Aratuba, apresenta a localização geográfica do território, o histórico de migrações até o estabelecimento no atual território, além de discorrer sobre o processo de autoafirmação tardia, ocorrida em 1995, e a organização de instrumentos fortalecedores da identidade étnica, principalmente o museu, a escola e a associação.

O quarto capítulo versa sobre o Diagnóstico Ambiental da TI Kanindé de Aratuba, apresenta os mapas e a descrição de cada um deles, caracterizando os aspectos ambientais relativos à geologia e relevo, solos e vegetação, clima e rede de drenagem, hipsometria e declividade. Também explana sobre os dados coletados em campo sobre saúde, educação e lazer, formas de organização e parcerias, impactos e conflitos socioambientais, práticas agrícolas e cuidado com o território e suas potencialidades.

O capítulo quinto apresenta as discussões sobre as percepções do povo indígena Kanindé de Aratuba sobre seu território e sobre os processos de gestão territorial possíveis de serem aplicados.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, as referências bibliográficas, o glossário e os anexos.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O capítulo em questão busca descrever quais foram os fundamentos teóricos abordados no desenvolvimento da pesquisa, bem como as fases efetivadas na mesma. Trabalha a concepção de território e de território tradicional indígena, destaca a aplicabilidade da Teoria Geossistêmica na definição de unidades ambientais, tratando sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e suas principais diretrizes legais.

2.1 O Território à luz da Ciência Geográfica

É certo que a discussão sobre o território, ultrapassando o campo da Geografia, está presente em diversas ciências, cada uma sob determinada perspectiva, como a Antropologia, Biologia, Sociologia, Filosofia, Ciência Política, Ciência Econômica, Ciência Jurídica e Psicologia, mesmo que de forma menos acentuada nesta última (MACHADO, 2014; SALES; SILVA; PESSOA, 2006; HAESBAERT, 2007).

O conceito de território, que se consolida como uma das categorias chave nos estudos geográficos, assim como o espaço, a paisagem, a região e o lugar, apesar de ser mais intensamente vinculado à Geografia, tem nas Ciências Naturais o início dos debates sobre sua conceituação, vinculados aos estudos sobre o comportamento animal (Etologia), podendo ser compreendido como o ambiente de um determinado grupo formado por padrões de interação, os quais garantem um certo nível de localização e estabilidade (HAESBAERT, 2007). Nesse sentido, para a perspectiva etológica,

[...] o território é a área geográfica nos limites da qual a presença permanente ou frequente de um sujeito exclui a permanência simultânea de congêneres pertencentes tanto ao mesmo sexo (machos), à exceção dos jovens (território familiar), quanto aos dois sexos (território individual) (DI MÉO, 1998, p. 42 *apud* HAESBAERT, 2007, p. 45).

Ainda de acordo com Haesbaert (2007), a concepção naturalista do território engloba também a relação sociedade-natureza, interpretando o território humano a partir da dinâmica ou “poder” natural do mundo.

É interessante essa visão mais abrangente acerca do termo em questão, pois amplia as perspectivas sobre o tema e os horizontes de análise, contudo, para o desenvolvimento deste trabalho faz-se necessário o enfoque de caráter geográfico.

Como observa-se, o território vem sendo debatido por diversas ciências, sob distintas concepções. No campo da Geografia, este conceito é discutido à luz de variados pensadores, conforme diferentes perspectivas, conforme é possível observar a seguir.

Sob a ótica da Geografia Política Tradicional, o território é concebido como um espaço concreto em si, apropriado por um grupo social (SOUZA, 2008). Apropriação, essa, geradora de identidade sociocultural através dos atributos desse espaço concreto. O principal autor dessa corrente de pensamento é o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que compreende o território como algo fortemente relacionado à territorialidade de um Estado-Nação. Dessa forma, o povo e o território são indissociáveis. Para o autor, o território é entendido como como sinônimo de solo, solo pátrio, ou seja, território de um Estado, desconsiderando seus atributos materiais e naturais (SOUZA, 2008). Desse modo, ao restringir a compreensão do território aos limites de um Estado, estabelece-se a noção de identidade nacional unificada, homogênea de um povo, sem pressupor as diferenças sociais e culturais, entre outras.

Essa concepção tem passado por mudanças, uma vez que se compreende que os territórios, bem como seus limites, não são imutáveis e que o enraizamento proposto por Ratzel não é fundamental para que se tenha um território. Para Souza, pode-se dizer que a objetividade, a concretude com que o território é abordado na Geografia Política cede lugar à subjetividade das relações. Nas palavras do autor, territórios “são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (os quais são apenas os *substratos materiais* das territorialidades [...]) (2008, p. 87). Os territórios são entendidos como algo maleável. Incorpora-se assim, o sentido de territorialidade, a qual costuma ser mais flexível, sem limites rígidos estabelecidos, podendo ter também uma periodicidade variada ao longo de décadas, meses, ou mesmo durante os períodos do dia, além de ser também alvo de disputas entre determinados grupos. O autor compreende o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2008, p. 78). O poder aqui entendido como a capacidade de influência, não de um indivíduo somente, mas de um grupo que legitima esse poder.

Para Raffestin (1993), o espaço pode ser entendido como o resultado das ações praticadas em um determinado local, logo é anterior ao território, que, de acordo com o autor, “é um espaço onde se projetou um trabalho” (1993, p. 144), o qual envolve a produção do espaço, estando compreendidas as relações de poder, sempre presente nas relações sociais.

Souza (2008) discorda de Raffestin (1993) quando este, mantendo a visão da Geografia Política, entende o território como substrato material, embora não reduzindo-o ao solo pátrio ratzeliano, mas interpretando-o como espaço social, enquanto o espaço é

restringido ao espaço natural. Para Souza (2008), o território não deve ser confundido com substrato material, pois trata-se de relações lançadas no espaço, relações essas que estão sempre em processo de mudança, de adaptação, de acordo com o poder vigente. Dessa forma, para o autor,

Não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas de limites não-coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes [...] (SOUZA, 2008, p. 94).

Analisando o tema em questão à luz do pensamento de Moraes (2002), apreende-se que o uso social é o elemento definidor do território. Para o autor, “é a própria apropriação que qualifica uma porção de Terra como território” (MORAES, 2002, p. 45), ou seja, um território é definido pelo seu uso, não sendo concebido apenas enquanto realidade natural, requerendo um grupo social que ocupa e beneficia-se daquele espaço, indicando uma visão social do objeto geográfico, compreendendo-o através da relação sociedade-espaço.

A formação de um território pode ser apreendida por meio da valorização do espaço, com as transformações cumulativas no meio natural provocadas pela ação humana que qualificam determinado espaço como território. Esses processos transformadores ocorrem de formas diversas, a construção de um território é orientada por diferentes concepções de atores sociais, articulando variadas representações, discursos e visões de mundo envolvidos num jogo político e exteriorizando “combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais” (2002, p. 46). Esta compreensão sobre território caminha paralelamente com as discussões sobre as TI's no Brasil, que, apesar de diversos avanços, enfrentam atualmente múltiplas dificuldades, como a demora no processo de demarcação, a constante violência decorrente de disputas territoriais, os impactos socioambientais provenientes de megaprojetos, sejam públicos ou privados, entre outros problemas.

Moraes também nos apresenta o território como “uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial” (p. 59), aqui relacionado à formação e afirmação das identidades nacionais. Trata-se também

[...] de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais (MORAES, 2002, p. 59).

Segundo o autor, o território é sincronicidade, sendo uma produção militar, política, econômica, jurídica e ideológica, pois é resultado da conquista de um espaço; é uma área de exercício de poder soberano; é o local onde são desenvolvidas estruturas e atividades

produtivas; precisa ser legitimado internacionalmente e sustenta uma identidade social e psicologia coletiva (MORAES, 2002).

Tomando como base essas variadas noções sobre o território, Haesbaert (2007), nos apresenta a categoria sob a perspectiva de três vertentes principais: política ou jurídico-política, cultural ou simbólico-cultural e econômica. A primeira relaciona, na maioria das vezes, o território ao poder político do Estado, considerando-o como um espaço delineado e controlado, onde é exercido um determinado poder. A segunda compreende o território como um resultado da apropriação e/ou valorização que um grupo promove em determinado espaço. Já a terceira vertente atribui ao território a condição de fonte de recursos, fruto da divisão territorial do trabalho.

A essas três adiciona-se uma quarta dimensão, a naturalista, a qual interpreta o território através das relações entre sociedade e natureza. Pode-se dizer que todas essas perspectivas elencadas por Haesbaert (2007) sobre o território podem ser aplicadas aos territórios tradicionais indígenas de forma transversal, pois é preciso a ação do Estado para o processo de demarcação (vertente jurídico-política) e elaboração de políticas públicas; os territórios possuem uma dimensão simbólica materializada nas relações e manifestações socioculturais com os territórios ancestrais; são a fonte dos recursos que garantem a subsistência dessas populações, representando a dimensão econômica e, as populações estão continuamente tecendo interações com o meio em que vivem, numa troca mútua entre sociedade e natureza (MACHADO, 2014).

Para as comunidades tradicionais, como as indígenas, o território possui uma concepção amplificada, o grupo está fortemente enraizado ao território, na sua territorialidade, para além das relações de poder e de significado de estado nação, é condição de existência do grupo. Dessa forma, é preciso considerar que as percepções, as experiências dessas comunidades, como elas se relacionam com o ambiente é diferente daquilo que conhecemos ou imaginamos.

2.1.1 Território Tradicional Indígena

Os povos indígenas possuem um entendimento amplo, totalizante sobre o território, o qual transcende as relações de poder e as divisas político-administrativas. Essa forte ligação com a terra, com sua territorialidade, é fundamental para a existência do grupo. Oliveira (1998, p. 17), entende que a terra é “meio básico de produção e sustentáculo da identidade étnica”, ou seja, a relação de um povo indígena com seu território ancestral é

diferenciada, sendo crucial na construção de sua identidade étnica, reprodução de seus modos de vida, cultura, espiritualidade, sociabilidade e cosmovisões. Essa compreensão é essencial durante um processo de demarcação de um território como indígena, o qual precisa considerar os usos e representações da terra para a comunidade local, assim como as práticas de subsistência, as atividades rituais, as formas de ocupação e demarcação de espaço, incluídas as noções de autoridade, poder político, relação com outros povos indígenas e não indígenas (OLIVEIRA, 1998 *apud* GUERRA, 2011).

As terras indígenas foram definidas inicialmente pelo Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 10 de dezembro de 1973), categorizando-as em três tipos: a) terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas; b) áreas reservadas (parques e reservas indígenas estabelecidos pelo órgão tutor) e c) as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas. Para as áreas descritas nos itens *a* e *b* era garantida a posse permanente e o direito de usufruto exclusivo dos seus recursos naturais, por serem consideradas bens inalienáveis da União; já para as terras do item *c*, os indígenas possuíam direito de propriedade, pois eram terras advindas de doações de órgãos públicos ou privados ou de aquisições regulares (BRASIL, 1973).

Posteriormente, com a promulgação da Constituição de 1988, a definição de terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, contida no inciso primeiro do Artigo 231, estabelece que são as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Contudo, constata-se, na maioria dos processos de demarcação de TI's no Brasil, que a porção de terra delimitada pelo Estado não corresponde àquele território originalmente reivindicado, sendo sempre menor, de forma a atender outros interesses (exploração agrícola, de madeira, entre outros), destoantes das aspirações dessas populações. A delimitação é uma forma de assegurar para esses grupos o direito ao seu território ancestral, no entanto, é preciso considerar que as comunidades indígenas compreendem seus territórios de outras formas, as demarcações limítrofes para eles são outras, diferentes das que consideramos para fins jurídicos.

Vale ressaltar, nesse sentido, que as terras tradicionais, e por extensão as indígenas, possuem segundo Almeida (2004, p. 28) “uma expressão identitária traduzida por extensões territoriais de pertencimento”, estando portanto presente a noção de territorialidade, como o pertencimento de um povo a determinado território (MACHADO, 2014).

São definidos como territórios tradicionais, de acordo com o artigo 3 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), Decreto Federal Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007:

Os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007).

Os Povos e Comunidades Tradicionais também são definidos pela PNPCT como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

A partir desse entendimento, é possível compreender a íntima relação das comunidades tradicionais com seus territórios, base material para suas reproduções sociais, econômicas, culturais e simbólicas e também resultado desta interação. Para essas populações, a noção de território não está associada à exploração dos recursos naturais, almejando a obtenção de lucros. De acordo com Guerra,

[...] as demandas dos povos indígenas não podem ser entendidas conforme um modelo de produtores rurais independentes, justamente por configurar um grupo étnico, que partilha tradições culturais mantendo relações simbólicas com um território que identifica como seu (2011, p. 9-10).

A identificação do povo indígena com o seu território é construída através da história, transmitida ao longo de gerações, relaciona-se com o sentimento de pertencimento ao espaço vivido e com a construção de símbolos e representatividades, traduzindo-se nessa particularidade tradicional vinculada ao território (MACHADO, 2014), como podemos perceber na seguinte passagem extraída da entrevista com José Maria Pereira dos Santos, o Cacique Sotero:

[...] eu nasci e me criei aqui no território, já to com essa idade, que eu sou de 1943, e conheci meu pai dizendo também que nasceu e se criou se aqui, que já morreu há anos e anos, e conheci meu avô também dizendo que nasceu e se criou se. Só que dentro da nossa história indígena tem uma passagem que os Kanindé, teve uma parte que eles passaram “perambulando”, eles vinham de rio em rio, e os “patrão” botando eles pra fora [...] inté que se gerou uma família aqui [...] a gente tem muito essa história (Entrevista com Cacique Sotero, realizada em 13 de junho de 2022).

Com base na concepção de dependência das comunidades em relação aos seus territórios a noção de preservação dessas áreas, bem como de seus recursos e do modo de vida de seus habitantes, ganha ainda mais relevância. A relação com a terra ancestral é parte fundante na constituição de sua identidade étnica, bem como na reprodução de seus modos de vida, cultura, espiritualidade e sociabilidade. Ademais, as TI's consistem em relevantes áreas de conservação da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos diversos, representando inclusive barreiras ao desmatamento (FERREIRA *et al.*, 2005; RYLANDS e BRANDON, 2005; VILLAS-BOAS, 2004 *apud* SMITH, 2010). A fala de Elenilson Gomes dos Santos, professor indígena, retrata bem a ligação entre povo e território:

[...] a gente na condição de indígena [...] sabe que não é dono daquilo, a gente sabe que na verdade aquele território que é dono da gente, e a gente tem que respeitar esse círculo natural da coisa, pra fazer realmente o sentido devido pra nossa permanência nesse espaço, pra dali ainda continuar tirando o nosso alimento, a nossa sobrevivência e manter esse território vivo, não só de maneira física, mas também de maneira espiritual, porque tudo o que vivemos, tudo o que somos, tudo que sentimos, na verdade vem do contato direto dos Encantados das matas, dos Encantado dos rios né, dentro do nosso território (Entrevista com Elenilson Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

Em junho de 2021, o Projeto de Lei 490/2007 (PL 490), o qual modifica o modo de demarcação de TI's e tem como tópico mais desfavorável para os povos indígenas o chamado Marco Temporal, entrou novamente em votação. O mesmo já havia sido rejeitado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHM), em 2009. De acordo com a tese do Marco Temporal, é preciso que os indígenas comprovem a ocupação na terra alvo da demarcação na data da Promulgação da Constituição Federal de 1988 ou ainda que comprovem que foram impedidos de ocupá-las, atestando também a tentativa de retorno à área (STARCK; BRAGATO, 2020). O texto também prevê a flexibilização do contato com povos isolados, impede a ampliação de terras já demarcadas e consente a exploração das TI's por garimpeiros. Representa, portanto, retrocesso sem precedentes, ameaçando os direitos, a soberania, a reprodução cultural dos povos indígenas, a biodiversidade das TI's, além de outros danos.

Dessa forma, torna-se ainda mais significativa uma gestão territorial orientada pelos preceitos comunitários desses grupos, principalmente a partir dos desafios impostos pelas novas formas de uso e ocupação do solo e de organização das comunidades, como também pelos impactos positivos que podem advir do desenvolvimento coletivo dessas ações.

2.2 O enfoque geossistêmico aplicado na gestão do território

A abordagem da realidade territorial exige a compreensão da complexidade ambiental e da multiculturalidade que se imprime na contextualização das relações natureza e sociedade no espaço geográfico. No sentido de efetivar um diagnóstico e a gestão de um território fruto dessas interconexões naturais e sociais, o enfoque geossistêmico constitui um conjunto de ferramentas apoiadas pela Teoria Geral dos Sistemas, proposto por Bertalanffy na década de 1930 e aplicada na gestão territorial por Sochava a partir dos anos 60 do século XX.

Rodriguez e Silva (2013) destacam que a aplicabilidade da abordagem sistêmica no planejamento territorial, assume vantagens para o conhecimento territorial a partir da apresentação de : (i) um aparato conceitual amplo que analisa categorias e propriedades espaciais formuladas com relativa precisão; (ii) distinção entre objeto de estudo do seu meio circundante, compartimentando-o em vários níveis de complexidade e níveis de concepção sistêmica; (iii) a instituição de um modelo de partida para analisar o objeto espacial para se efetivar o seu adequado planejamento; (iv) construir a base necessária à construção de conceitos na aplicabilidade da inter e da transdisciplinaridade.

A definição espacial de geossistemas e geofácies no território indígena foi determinante, uma vez que propicia se identificar e cartografar as unidades de partida para planejamento territorial. Com a concepção de geossistema é possível, segundo Rodriguez e Silva (2013) compreender o nível de organização socioambiental atual do território e assim efetivar um diagnóstico que possa servir para a efetivação de estratégias para a gestão ambiental da Terra Indígena Kanindé de Aratuba/CE.

Além da compreensão da estrutura, dinâmica e funcionalidade das unidades paisagísticas naturais e culturais de um território, a abordagem geossistêmica, segundo Capitanichi (2001) deve levar em conta a percepção ambiental como um elemento essencial para a representação social da população do mesmo território. Acrescenta que é preciso também levar em conta as condições de vida da população, o seu conforto ambiental, qualidade de vida, dos serviços, saúde e educação, entre outros fatores.

2.3 Percurso Metodológico

Os procedimentos metodológicos, ou seja, os caminhos percorridos e as práticas adotadas para a apreensão da realidade, refletem o contexto de desenvolvimento da pesquisa,

momento de grave crise sanitária mundial, decorrente da pandemia de COVID-19 (SARS-CoV-2), tendo sido declarada pela Organização Mundial de Saúde situação de emergência em saúde pública de interesse internacional (MAIA; DIAS, 2020; WHO, 2020). Nesse período, dentre as principais recomendações para conter a disseminação da doença estavam o distanciamento e isolamento social, com rígida restrição de circulação (WILDER-SMITH; FREEDMAN, 2020). Diante das limitações impostas pela pandemia, a qual gerou uma repentina mudança no estilo de vida e de trabalho das pessoas, adaptações foram necessárias para possibilitar a continuidade dessas atividades, incluindo-se as pesquisas científicas (ARRUDA, 2020; SANTOS *et al*, 2020).

A principal adaptação foi a adoção do estilo remoto de trabalho e de realização de diversas outras atividades, fazendo uso ainda mais intensamente dos recursos tecnológicos disponíveis. Mudança essa que representou um grande desafio, não somente técnico-operacional, como também social e emocional, tendo em vista que o isolamento social interferiu nas formas de se relacionar e de fazer pesquisa, impactando significativamente na saúde mental da população em geral e em específico da comunidade acadêmica (ARAÚJO-JORGE, 2020; MAIA; DIAS, 2020; WHO, 2020; SANTOS *et al*, 2020), que precisou buscar outros caminhos para viabilizar a continuidade de suas atividades, esforço que demonstra o compromisso desses profissionais e estudantes em oferecer o retorno social de seus trabalhos diante desse contexto de insegurança, como demonstra Araújo-Jorge (2020).

Para alcançar o principal objetivo do trabalho foram seguidas as orientações já estabelecidas para a elaboração de Diagnósticos Ambientais em Terras Indígenas. No entanto, as técnicas e ferramentas aplicadas precisaram ser adaptadas diante da realidade imposta pelo contexto pandêmico.

A pesquisa possui um perfil qualitativo, logo, envolve o universo dos “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2001, p. 22). Nesse tipo de pesquisa os instrumentos fazem a mediação entre os marcos teórico-metodológicos e a realidade empírica (MINAYO, 2013), além de exprimir a presença de uma “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa” (RAMIRES; PESSÔA, 2013, p. 25), ou seja, de um vínculo entre o “mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (ANDRADE; SCHMIDT, 2014, p. 12). Assim, o processo passa a ser mais importante que o resultado, e maior ênfase é conferida ao significado das ações sociais.

A opção por esse viés investigativo justifica-se pelos sujeitos da pesquisa, os indígenas Kanindé da Aldeia Fernandes de Aratuba, os quais possuem uma relação singular

com o ambiente que os rodeia, pautada nas simbologias e tradições ancestrais. A participação ativa da comunidade foi uma condição fundamental para a condução do trabalho, uma vez que seu modo de vida, seus conhecimentos e formas de gestão serviram de ponto de partida, ficando aos cuidados da pesquisadora o fornecimento das ferramentas e práticas necessárias, promovendo a capacitação, autonomia e protagonismo da população indígena, essenciais para a elaboração do Diagnóstico Ambiental.

Cabe aqui indicar que a aproximação com o campo de pesquisa, bem como o primeiro trabalho de campo foi executado antes do período de isolamento social, decorrente da pandemia de COVID-19. Na ocasião, ocorreu a apresentação da proposta de trabalho e sua posterior aprovação pelas lideranças locais, como indica a Figura 1.

Figura 1 – Reunião de apresentação e aprovação da proposta



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Inicialmente, foi realizada a revisão bibliográfica através de livros, revistas, artigos, sites institucionais governamentais e não governamentais, teses e dissertações, com ênfase na discussão acerca das categorias centrais do trabalho, território, território indígena e gestão territorial indígena, como forma de apresentar e discutir os principais conceitos envolvidos, o atual cenário em que vivem os povos indígenas, em especial no Ceará, e contextualizar o desenvolvimento das ações e políticas indigenistas, com destaque para aquelas voltadas para a gestão territorial. Também foram consultados outros trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre o Povo Kanindé de Aratuba e pelos próprios indígenas, como Trabalhos de Conclusão de Curso e Dissertações de Mestrado, com o intuito de conhecer suas origens e tradições e como elas se refletem no território.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador o alcance de uma gama de fenômenos de forma mais ampla do que se poderia conseguir diretamente. No entanto, o autor alerta para o cuidado que se deve ter em relação às fontes das informações pesquisadas. Minayo (2013), considera que a pesquisa bibliográfica proporciona uma clareza de ideias, que permite ao pesquisador melhor ordenação e compreensão da realidade empírica.

Posteriormente, foram utilizados como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com três grupos da comunidade: lideranças, professores e juventude, e trabalhos de campo. Segundo Gil (2008), a entrevista é uma forma de interação social, na qual o pesquisador formula perguntas frente ao investigado para a reunião de dados de interesse da investigação, sendo “bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (SELLTIZ *et al.*, 1967, p. 273 *apud* GIL, 2008, p. 109). A entrevista possui algumas vantagens, enquanto método investigativo, como por exemplo a obtenção de dados em profundidade sobre o comportamento humano e uma maior flexibilidade, permitindo ao entrevistador explicar o significado das perguntas e adaptar-se às pessoas e às circunstâncias de desenvolvimento da entrevista (GIL, 2008).

Na pesquisa, se optou pela utilização de entrevista semiestruturada, a qual possui um roteiro predefinido, porém sem respostas prévias estabelecidas, e que pode ser alterado conforme o andamento da conversa, mudando a ordem das perguntas e/ou acrescentando outras como forma de aprofundamento das questões levantadas, respeitando também o tempo de resposta do entrevistado (LAVILLE; DIONNE, 1999). As entrevistas ocorreram em dois

formatos: presencial (ver Figura 2) e virtual, através de videoconferência pela plataforma Google Meet.

Figura 2 – Entrevista com o cacique Sotero



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Adiante, passou-se para a etapa dos trabalhos de campo, com objetivo de reconhecimento da área, com observação e descrição das características socioambientais e identificação das principais formas de gestão e políticas públicas atuantes no território.

O objetivo central deste trabalho é a elaboração de um diagnóstico ambiental que possa contribuir para a gestão da TI baseada nos usos tradicionais que o povo Kanindé faz das suas terras. O diagnóstico ambiental proposto segue as orientações contidas na elaboração dos Planos de Gestão de Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs), o qual possui uma metodologia própria por configurar-se como uma ferramenta relevante para a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), e com princípios já estabelecidos, os quais são: protagonismo indígena, legalidade, sustentabilidade e estabelecimento de acordos/pactos (FUNAI, 2013). Cabe ressaltar que a construção de Planos de Gestão de Terras Indígenas, bem como do Diagnóstico Ambiental, pressupõe a participação da comunidade, principalmente, por esta já possuir uma gestão territorial própria, a qual deve servir como ponto de partida para a elaboração do diagnóstico e posterior sugestão de gestão da TI pelo pesquisador.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza as principais etapas para a elaboração de PGTAs:

Quadro 1 – Propostas de etapas para a elaboração de PGTAs

Etapa	Descrição
Sensibilização e Mobilização	Nesta etapa realiza-se o trabalho de sensibilização dos diversos aldeamentos e famílias do grupo indígena quanto a proposta de construção de um PGTA, abordando qual seria o seu objetivo, seus principais usos, o processo de construção e execução e obviamente o interesse do grupo em sua construção e implementação. Ressalta-se como princípio que deve-se sempre partir de uma demanda já existente na Terra Indígena, trabalhando-se com temas mobilizadores. Conjuntamente propõe-se iniciar a mobilização e identificação de atores e representantes indígenas responsáveis pela atuação em todo o processo de construção e Execução do PGTA.
Diagnóstico	Nesta etapa prevê-se a ampla realização de diagnósticos dentre os quais destacam-se duas principais modalidades: DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO – levantamento e análise de informações dos territórios indígenas a partir do diálogo intercultural, considerando o contexto histórico, político, sociocultural, econômico e ambiental e ETNOMAPEAMENTO – ferramenta de diagnóstico que consiste nas formas de representação espacial dos território de acordo com a classificação indígena do espaço e de seus elementos característicos.
Planejamento	Esta etapa prevê o planejamento e priorização de ações e projetos voltados à resolução de problemas ou desenvolvimento de potencialidades identificadas na etapa de diagnóstico. Nesta etapa prevê-se também a construção de ações e acordos (internos e externos), considerando-se as especificidades locais e grupos étnicos da Terra Indígena. O processo de negociação interna no âmbito dos planos de gestão deve ser de responsabilidade das organizações indígenas locais e poderá contar com o apoio das instituições públicas quando solicitado. Um dos instrumentos utilizados nesta etapa (mas não de caráter obrigatório) é o ETNOZONEAMENTO – ferramenta de ordenamento e planejamento indígena a partir de suas categorias de classificação e uso do território, considerando as prioridades de cada povo.

Execução	Nesta etapa, prevê-se a implementação das ações planejadas na etapa anterior tanto no âmbito dos acordos internos dos grupos indígenas, quanto em relação aos acordos com demais atores e parceiros envolvidos. É importante destacar novamente que os PGTAs podem ser considerados como um subsídio técnico de coordenação e articulação das políticas públicas voltadas aos povos indígenas.
Monitoramento e Avaliação	Esta etapa deve ocorrer simultaneamente a todas as outras, com o objetivo de que todo o processo seja constantemente avaliado e aprimorado pelos grupos indígenas e demais partes envolvidas. Com isso, também é possível alimentar uma dinâmica de frequente atualização dos próprios PGTAs, incorporando novos temas e desafios.

Fonte: FUNAI (2013).

Interessante perceber todas as etapas do processo e a complexidade que o envolve. Assim, apreende-se a importância de cada uma, e em específico, da etapa de diagnóstico.

O Quadro 1, retirado da publicação da FUNAI (2013), orienta a elaboração dos PGTAs, no entanto, para o desenvolvimento deste trabalho optou-se por não incluir as três etapas posteriores ao diagnóstico, a de planejamento, a de execução e a de monitoramento e avaliação, pois tratam-se de passos mais amplos, não abarcados pelo objetivo principal da pesquisa. Todavia, o presente estudo fornece como produto o diagnóstico ambiental da Terra Indígena, cabendo aos seus habitantes a decisão sobre a melhor forma de utilizá-lo na gestão do território.

A seguir, estão detalhados os principais pontos a serem levantados durante o diagnóstico, de acordo com FUNAI (2013):

- a) Atualização de dados demográficos;
- b) Situação fundiária e elenco da infraestrutura disponível;
- c) Situação atual de saúde, educação e de projetos e políticas públicas na área de educação e saúde que ocorram na TI;
- d) Caracterização das formas de organização e representação sociopolítica indígenas;
- e) Estruturação da rede de instituições, atores e parceiros já estabelecidos e potenciais que atuam na área, detalhando os projetos e ações existentes;
- f) Levantamento, mapeamento (representação gráfica) e caracterização das formas de uso e ocupação do território de acordo com as categorias indígenas de classificação do ambiente e das paisagens. Deve-se considerar os espaços associados à habitação, economia, cosmologia e outras áreas de importância cultural, além da intensidade e temporalidade no manejo e uso de recursos naturais e outros aspectos considerados relevantes no contexto local;

- g) Levantamento, mapeamento e caracterização das atividades produtivas desenvolvidas na terra indígena, identificando-se suas potencialidades quanto à segurança alimentar e nutricional e a geração de renda, sua sustentabilidade e possíveis impactos socioambientais;
- h) Levantamento, mapeamento e caracterização de impactos passivos, ameaças e conflitos socioambientais na TI e no entorno;
- i) Avaliação participativa de oportunidades e potencialidades locais, bem como dos principais problemas atuais e ameaças à integridade e à sua sustentabilidade do território e do modo de vida indígenas.

É importante destacar que tanto as etapas propostas para a elaboração dos PTGAs, como os pontos a serem abordados no diagnóstico servem como um modelo, uma orientação de como fazer, mas não precisam ser cumpridas obrigatoriamente, visto que essa metodologia necessita ser adaptada a realidade de cada grupo indígena, valorizando o conhecimento de cada povo sobre seu território.

Durante a etapa de sensibilização e mobilização foram realizadas reuniões com as lideranças da TI Kanindé de Aratuba a fim de apresentar a proposta e acolher as sugestões da comunidade. Ressalta-se que essas reuniões ocorreram em locais indicados pela população local, de modo a possibilitar a plena participação da coletividade.

Já na fase de diagnóstico, para a sua execução foram realizadas visitas de campo para a realização das entrevistas e para o reconhecimento do território. Na ocasião foram apresentados e postos para apreciação os seis mapas elaborados previamente: i) Localização da Terra Indígena; ii) Geologia e Relevo; iii) Solos e Vegetação; iv) Clima e Rede de Drenagem; v) Hipsometria e vi) Declividade.

Os mapas foram elaborados com o auxílio de geotecnologias, como o Geoprocessamento, o Sensoriamento Remoto e o Sistema de Informações Geográficas (SIG), que “auxiliam nos estudos ambientais, ao agregarem conjunto de técnicas e metodologias na construção de modelos” (RABELO, 2018). Além disso, foram utilizadas fotografias aéreas, com o uso de drone, de parte do território da Terra Indígena.

Importante destacar que durante a apresentação dos mapas e das fotografias aéreas foi possível fazer a correção dos limites demarcatórios do território, das nomenclaturas das localidades e dos cursos d'água, bem como caracterizar, reconhecer e apontar as áreas usadas para plantio, moradias e identificação dos problemas ambientais existentes.

Nesta etapa, juntamente com as entrevistas, foram indicadas as condições de saúde, educação e lazer, formas de organização, e parcerias, impactos e conflitos

socioambientais, práticas agrícolas e cuidado com o território, as fragilidades e potencialidades da TI e a relação do povo indígena Kanindé com seu território.

Durante essa fase também foi feita uma explanação do “estado em que se encontram os sistemas ambientais como resultado da utilização e exploração dos seus recursos e serviços ambientais (RODRIGUEZ; SILVA, 2013). Ou seja, foi realizada uma caracterização do meio físico, identificação da situação ambiental atual, reconhecimento dos principais problemas, limitações e potencialidades socioambientais da TI, através de uma análise integrada.

Como resultados efetivos da pesquisa, apresenta-se um Diagnóstico Ambiental, com ênfase nas características ambientais, indicando as áreas mais vulneráveis e susceptíveis a impactos ambientais, visando colaborar para uma melhor gestão da TI, estando representado cartograficamente na escala de 1:20.000. Oferecendo uma base propositiva científica que pode ser discutida, adequada e se possível implementada de forma participativa.

3 GESTÃO TERRITORIAL EM TERRAS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DA PNGATI

Este capítulo aborda a gestão territorial em Terras Indígenas, discutindo conceitos, práticas, importância e as diversas dimensões envolvidas na gestão territorial. Também traz um histórico da construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), apresentando os eventos e iniciativas que marcaram a trajetória das lutas indígenas em defesa do território, que culminaram com a elaboração da Política. Por fim, versa sobre o atual cenário dos povos indígenas no contexto cearense, trazendo inicialmente o histórico desses povos na região e os diversos processos de territorialização aos quais foram expostos até a contemporaneidade.

3.1 Gestão Territorial em Terras Indígenas

De acordo com Rodriguez e Silva (2013, p. 144), “a Gestão Territorial é definida como a condução e a direção e o controle do uso do território através de certos instrumentos, regulamentos, normas, financiamentos e arranjos institucionais e legais”. A Gestão Ambiental faz parte da Gestão Territorial e orienta suas intervenções para o meio ambiente e seus sistemas naturais, direcionando suas ações sobre o ecossistema humano, com o propósito de garantir a “adequação dos meios de exploração dos recursos naturais econômicos e socioculturais dos sistemas ambientais”, sendo precedida por um processo de tomada de decisão, de planejamento acordado previamente (RODRIGUEZ; SILVA, 2013, p. 141-142). Sendo assim, parte integrante no planejamento, devendo estar articulada de maneira harmoniosa, proporcionando manejo e gerenciamento adequados dos espaços.

Para Little (2006), a Gestão Ambiental engloba “ações de manejo ou gerenciamento dos fluxos biofísicos existentes nos ecossistemas para fins de conservação e uso sustentável da natureza” (p. 21), incorporando uma visão holística, integrada do meio ambiente, a qual pode ser exemplificada através do manejo aplicado nas unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável. Já a Gestão Territorial, de acordo com o autor, envolve “o controle político e o manejo ambiental do espaço geográfico que é o território de um grupo social ou entidade política” (2006, p. 21), atuando dessa forma no campo político, por tratar-se de território de um grupo social determinado, o qual é responsável pela administração desse espaço, preocupando-se também com o manejo dos fluxos biofísicos.

Desse modo, a conjugação do ordenamento territorial com a gestão ambiental é o que melhor reflete, segundo Little (2006), a Gestão Territorial de Terras Indígenas, pois articula o cuidado ao meio ao ambiente com as práticas de organização territorial.

Os povos indígenas sempre cuidaram dos seus territórios através dos saberes tradicionais transmitidos de geração em geração e aperfeiçoados ao longo do tempo. Práticas de manejo próprias que garantem a qualidade da alimentação, a manutenção de seus costumes culturais, rituais, a confecção de seus artefatos e artesanatos, bem como as trocas com outros grupos (BAVARESCO; MENEZES, 2014).

A noção de gestão territorial para os indígenas de forma geral, e em específico para os Kanindé, perpassa por diversos sentidos interligados e interdependentes entre si. Para eles, é o território sagrado que direciona suas ações, práticas e comportamentos. Logo, suas atividades e as formas de realizá-las estão condicionadas ao território, aos ciclos naturais que ali se desenrolam, como é possível evidenciar através da seguinte fala:

Ao meu ver, falando como indígena realmente, o que é você gerir o território, a primeira coisa que o índio vê, que o índio enxerga, é que esse território, ele é sagrado né. Com essa questão do pertencimento, não sou eu na condição de indígena que tem uma pertença sobre o território né, não é o território que pertence a mim enquanto indígena, na verdade eu pertenço ao território porque esse território é sagrado. Esse é o primeiro entendimento que tem que se ter quando se fala na questão de território, e essa gestão do território, ela tem que ser coletiva, coletiva no sentido de que é dali que você tira seu sustento, é dali que você tira a sua comida, é dali que você tira a sua lenha pra processar esse alimento e essa gestão ela tem que tá ligada sobretudo ao que e você consegue sentir né, do que ela pode lhe dar de retorno. Eu tô falando mais por uma questão espiritual, porque a gestão do território ela não tá só ligada a questão do gerenciamento daquilo enquanto uma coisa né, esse território, a primeira coisa que tem que ser subentendido na verdade é que ele parte né do sentido do que você consegue dali tirar sua força espiritual, a sua força física e essa gestão ela tá ligada a todas essas ramificações, pra que você consiga gerir tudo isso no sentido de que é dali que você pertence, é dali que você tira tudo o que você necessita. E esse gerenciamento ele tá ligado à maneira que eu trato o solo, ele tá ligado à maneira que eu trato meus animais, à maneira que eu trato as minhas árvores, pra realmente de fato esse gerenciamento fazer sentido, sendo e pensado a partir de uma coletividade onde você, na verdade, pertence aquele espaço, pertence àquele território. Isso falando enquanto indígena né, que vive da natureza, que sobrevive da natureza, que sente seus Encantados, suas encantarias a todo momento, porque, na verdade, não é você na condição de pessoa, na condição de indígena que consegue gerenciar tudo isso, porque no fundo no fundo nós somos gerenciados por tudo aquilo que tá dentro do território, o frio, o calor, o alimento que eu tenho em determinada época, a cobra que vem comer um outro inseto em uma determinada época do ano, os mosquitos, tudo ali está entrelaçado né, o que nos resta na condição de pessoas que estão aqui pra, de certa maneira cuidar desse território, é garantir o zelo sobre a coisa né, esse é o verdadeiro sentido. E essa gestão territorial, ela passa pela agricultura, das pessoas que tiram dali a sua sobrevivência, essa gestão, ela passa pela associação que, em consonância com a comunidade, define quais são as áreas que vão ser tratadas pra dali fazer o alimento em determinados períodos, onde a área de preservação, onde é a área de caça, onde é área de tirar madeira para fazer cerca, onde área de tirar madeira para fazer lenha. Tudo isso né, em comum, sempre é tratado de maneira comum na comunidade, eles fazem com que aconteça essa gestão do território. [...] a gente sabe que não é dono daquilo a gente sabe que na

verdade aquele território que é dono da gente, e a gente tem que respeitar esse círculo natural da coisa, pra fazer realmente o sentido devido pra nossa permanência nesse espaço, pra dali ainda continuar tirando o nosso alimento, a nossa sobrevivência e manter esse território vivo, não só de maneira física, mas também de maneira espiritual, porque tudo o que vivemos, tudo o que somos, tudo que sentimos, na verdade vem do contato direto dos Encantados das matas, dos Encantado dos rios né, dentro do nosso território (Entrevista com Elenilson Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

A noção de gestão territorial possui diferentes compreensões, dependendo do grupo indígena que a aborda, no entanto, pode-se apreender que uma gestão efetiva parte da associação entre mente, coração e espírito, na direção do indivíduo para a coletividade, sendo essa cadeia de interações refletida na gestão do território (LIMA; FANZERES; ALMEIDA, 2012). Logo, esse movimento pode ser assimilado como um ciclo, que ao manter corpo e mente são contribui para as boas práticas de gestão e para a manutenção do bem-estar individual e coletivo.

Segundo Souza e Almeida (2013), a noção de gestão territorial indígena perpassa por cinco dimensões: fundiária, cultural, ambiental, econômica e política, resumidas a seguir:

- **Dimensão Fundiária:** relaciona-se com os aspectos jurídicos e legais de proteção e regularização de TI's, as quais passam a possuir um significado formal, envolvendo também as leis que amparam a demarcação e proteção, bem como as responsabilidades estatais. A garantia fundiária configura uma segurança mínima de controle e usufruto de determinada porção de terra pelos povos indígenas, assegurando a base para a reprodução física e cultural, ou seja, dos seus modos de vida. Essa dimensão é de extrema importância, uma vez que o tema demarcação de terras é uma das principais reivindicações dos povos indígenas, sendo um direito básico reconhecido a partir da Constituição Federal de 1988. Além disso, a demarcação fornece condições de planejamento de ações pelos povos indígenas, por possuírem autonomia de gestão dentro de seus limites. Vale ressaltar que, além da demarcação, a proteção é outro fator crucial, pois é preciso assegurar a integridade e o usufruto dos recursos pelos povos indígenas. Por fim, o aspecto fundiário da gestão territorial indígena perpassa também, muitas vezes, pela insuficiência da extensão da terra demarcada para determinado povo, não correspondendo à territorialidade ancestral, principalmente para aqueles que não vivem na região amazônica, de forma a não garantir sua sustentabilidade. Nesse sentido, a observação dessa dimensão favorece a inclusão das Terras Indígenas na lógica e nos procedimentos de ordenamento territorial, promovendo diálogo entre povos indígenas e outras unidades territoriais, o que também fortalece o reconhecimento da importância das TI's na paisagem territorial brasileira, bem como a discussão sobre a organização fundiária nacional;

- Dimensão Cultural: a questão territorial indígena, no início do século XX, era tratada sob a lógica integracionista, ou seja, os povos indígenas eram considerados seres transitórios, em processo de transformação, e que se descaracterizariam enquanto povos diferenciados culturalmente com o passar do tempo. Visão que impactava no processo de delimitação de TI's, sendo destinada para esses povos extensões de terra suficientes apenas para sua sobrevivência física, tendo em vista a noção de que, no futuro, se tornariam grupo de camponeses ou sua mão de obra seria incorporada pelas frentes econômicas. Essa concepção passou a mudar, inicialmente no meio acadêmico e posteriormente através das lideranças indígenas e indigenistas. Assim, a diferenciação cultural foi reconhecida como fator identitário fundamental, e suas especificidades culturais garantidas pelo Estado brasileiro como um direito constitucional, mudando a abordagem na demarcação de terras indígenas, de forma a assegurar o direito de usufruto do território conforme a cultura local. Para as sociedades indígenas a terra que habitam é repleta de significados, existindo uma associação entre identidade e território ocupado. Os sentidos, as formas de se relacionar e de utilização da terra variam de acordo com cada povo, bem como as concepções de gestão do território, considerando as diferenças da biodiversidade e das necessidades de uso dos recursos, constituindo uma diversidade cultural. Dessa forma, também precisam ser variadas as estratégias adotadas diante dos desafios motivados pela interação entre indígenas e sociedade nacional, o que provocou alterações nas formas de gestão do território, bem como das demandas advindas do mundo moderno, fazendo-se necessário ainda mais a promoção do protagonismo indígena nesse percurso;

- Dimensão Ambiental: este aspecto pode ser facilmente confundido com a própria gestão territorial ou ambiental, no entanto, faz-se referência aos recursos naturais de relevância simbólica, e não somente utilitária, os quais também são fundamentais para as atividades produtivas dos povos indígenas, tanto aquelas voltadas para a subsistência, como para a venda de excedentes. É através dessas práticas produtivas, as mais diversificadas, que as populações indígenas modificam os recursos existentes em seus territórios, interagindo e apropriando-se deles. Portanto, torna-se crucial a garantia de disponibilidade desses recursos para a reprodução física e cultural desses povos, principalmente quando pensamos no contexto atual das TI's, com extensões limitadas, que não fornecem as devidas condições para tais práticas, seja pela degradação do solo usados de forma intensa, ou pela falta da caça e da pesca. Era comum a utilização de extensas áreas para a agricultura e caça, mesmo que por populações pequenas, o que permitia a renovação natural desses recursos, condição alterada após a chegada dos colonizadores e, posteriormente com a expansão do capitalismo,

confinando os povos indígenas a áreas cada vez menores, em função do aumento da ocupação, principalmente nas regiões sul, sudeste e nordeste. Com isso, compromete-se a qualidade de vida, a soberania alimentar, suas formas de reprodução cultural e os modos de vida dos povos indígenas como um todo, constituindo um dos grandes desafios da atualidade a busca pela garantia desses direitos e por uma gestão sustentável desses territórios, em certos casos, tão limitados em extensão;

- **Dimensão Econômica:** fator de acentuada relevância para qualquer sociedade, a economia pode ser entendida como a administração, utilização e modificação, de forma dinâmica e diversa, do meio ambiente e dos recursos naturais em benefício dos seres humanos, traduzindo-se em atividades e relações econômicas dentro de uma mesma sociedade e entre as sociedades diferentes. Nas sociedades indígenas existe, não de forma exclusiva, uma relação de dependência tanto com produtos das suas atividades econômicas, geralmente agricultura, caça, pesca, extrativismo, entre outras, que são utilizadas para subsistência e para a geração de renda, através de troca e venda, como com as interações estabelecidas com as populações adjacentes e com outros povos. Essas e outras práticas, são altamente vinculadas ao território e a disponibilidade de recursos, elementos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico local, o qual vem sendo prejudicado em razão da expropriação dos territórios indígenas, iniciada ainda na época de colonização, impactando de forma significativa as economias indígenas, levando, em alguns casos, a sua completa desestruturação. A expansão do modelo econômico capitalista urbano no meio rural, onde moram a maioria dos povos indígenas, configura-se como um sério problema de ordem sociocultural, principalmente pelo apelo ao consumismo entre os jovens, expostos a padrões culturais e de consumo diferentes daqueles praticados por seus pares, provocando o que os autores chamam de desenraizamento cultural nas gerações mais novas.

- **Dimensão Política:** inclui-se nesta esfera as relações internas e externas aos povos indígenas, as quais oferecem impactos e direcionam a forma de gestão do território. Estão envolvidas também relações de poder, influenciando quem ocupa determinado território e como deve ocorrer a gestão do mesmo. A gestão territorial indígena, internamente, é orientada pela estrutura social e política de cada povo, sendo definida por meio de acordos, compromissos e decisões, as quais estabelecem os critérios de distribuição e uso, bem como seus fatores limitantes. A partir dessa característica dos povos indígenas torna-se relevante, portanto, conhecer a dinâmica das relações internas, os processos de decisão, as lideranças, as instâncias deliberativas, como forma de compreender também as práticas de gestão territorial adotadas por cada grupo. As interações entre os povos indígenas e setores do Estado e da

sociedade foram ampliadas e intensificadas ao longo do tempo, tornando-se um complexo conjunto de interesses. Também foram estabelecidas parcerias com organizações não governamentais, setores do governo e com instituições internacionais, como forma de favorecer a gestão de seus territórios com base em seus costumes, sendo estruturada através de diversos projetos desenvolvidos com a participação dos povos indígenas interessados. Nesta dimensão estão inseridas também os impactos econômicos, sociais e ambientais de grandes empreendimentos, como hidrelétricas, estradas, mineração, entre outros, que estão associados à poluição, degradação ambiental, escassez de recursos, além de outros problemas, evidenciando que mesmo políticas que não são direcionadas especificamente para os povos indígenas, oferecem algum tipo de impacto, em maior ou menor grau, na gestão de territórios indígenas, sendo portanto importante considerá-las para a construção da gestão territorial dessas áreas. Outro fator relevante é a inserção de novas técnicas e tecnologias para lidar com a gestão dos territórios indígenas. Recursos esses que precisaram ser adotados, com certas adaptações, diante do atual contexto, de delimitação de terras e limitação de recursos, e de demandas crescentes, sendo necessária a conjugação das práticas tradicionais com as técnicas modernas na busca pela sustentabilidade, subsistência e manutenção da qualidade de vida desses povos (SOUZA; ALMEIDA, 2013).

As dimensões apontadas anteriormente, podem ser observadas no mapa mental reproduzido na Figura 3.

Figura 3 – Mapa Conceitual Mental com resumo sobre as dimensões da Gestão Territorial Indígena



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nesse sentido, a Política de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), fruto da demanda dos povos indígenas para a inserção de suas questões na agenda governamental, aponta para o reconhecimento, fortalecimento e apoio à gestão já praticada pelos povos indígenas em seus territórios, sendo também resultado de um intenso processo de articulação entre povos indígenas, representados pelas suas organizações, Ministério da Justiça e do Meio Ambiente, organizações da sociedade civil, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), além de outras entidades.

Através dos PGTA's e dos Diagnósticos Ambientais, a Gestão Territorial apresenta subsídios para a demarcação de TI's, além de possibilitar o diálogo entre a comunidade durante seu processo de construção, pois contribuem para a valorização dos conhecimentos tradicionais desses povos sobre seu território; para a transferência de saberes entre gerações; para a redução de conflitos e criação de acordos de gestão do território; para a promoção do uso sustentável da terra; para a geração de renda; para o fortalecimento das organizações indígenas; para a ampliação do diálogo dos povos com as instituições governamentais ou não; favorece o protagonismo indígena, além de outros benefícios (FUNAI, 2013).

O caráter participativo dessa atividade é fundamental, pois garante a voz ativa da comunidade durante o processo, partindo do grupo, com sua vivência e conhecimentos tradicionais, a indicação dos problemas e a discussão sobre a melhor forma de gerenciá-los e buscar soluções, de forma a promover a capacitação e autonomia da população indígena, e o intercâmbio de saberes tradicionais e científicos. Reforçando-se assim, a importância da gestão dessas terras, de modo a direcionar o uso dos recursos naturais para uma forma de uso sustentável, conjugada com o respeito aos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

3.2 A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

A elaboração de uma política voltada para a gestão dos territórios indígenas surge sobretudo da necessidade de criação de alternativas e mecanismos de garantia da sobrevivência dos povos indígenas em seus territórios (BAVARESCO; MENEZES, 2014), de forma digna equilibrada e sustentável, haja vista os desafios postos pós demarcação.

Assim, a construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), através do Decreto Federal Nº 7.747, de 5 de junho de 2012, iniciou-se oficialmente com a formação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), através

da Portaria Interministerial nº276, de 12 de setembro de 2008, e contou com a participação do Ministério da Justiça/FUNAI, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Ministério da Defesa (MD), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Articulação dos Povos Indígenas da região Sul (ARPIN-Sul), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (ARPINPAN), Articulação dos Povos do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste) (BAVARESCO; MENEZES, 2014). Vale ressaltar que esse momento é fruto de uma trajetória de debates e conquistas, apresentada a seguir.

No início do século XX, o órgão responsável pelas questões indígenas era o Sistema de Proteção aos Índios (SPI), fundado em 1910, que administrava conflitos territoriais, com a definição de reservas indígenas e a promoção da integração desses povos à sociedade nacional (COMANDULLI, 2016; LIMA; FANZERES, ALMEIDA, 2012). Após a extinção do SPI durante a ditadura militar, foi criada, em 1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão com caráter tutelar, o qual manteve o direcionamento da política indigenista praticado pela instituição anterior, ou seja, visando a incorporação da população indígena à comunidade nacional, por meio do abandono de suas culturas, de forma a não configurarem um obstáculo ao desenvolvimento (COMANDULLI, 2016; LIMA; FANZERES, ALMEIDA, 2012; OLIVEIRA, 2013). Tais práticas acabaram por restringir os povos indígenas a espaços limitados e a provocaram conseqüentemente redução e extinção de povos e línguas indígenas (RIBEIRO, 1977 *apud* COMANDULLI, 2016).

Aqui, vale ressaltar que a condução da política indigenista brasileira ocorreu como “uma via de mão única”, ou seja, não havia um diálogo entre o órgão e as lideranças indígenas para levantar seus problemas, interesses e necessidades, prevalecendo dessa forma, o conhecimento do “homem branco”, em detrimento do saber tradicional (CARDOSO, 1991 *apud* OLIVEIRA, 2013).

Nesse contexto, surge o Movimento Indígena, na década de 1970, período de promulgação do Estatuto do Índio através da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, como uma resposta à pressão internacional sob denúncias de crimes da época do SPI e como uma tentativa de gerar uma imagem de país preocupado com as populações indígenas (OLIVEIRA, 2013). Nesse cenário,

[...] os conflitos nos projetos governamentais, que ora pendiam pelo desenvolvimento nacional com grandes empreendimentos, ora se voltavam à necessidade de apresentar um Estado empenhado no respeito aos direitos indígenas, representam um ponto de destaque nessa década (OLIVEIRA, 2013, p. 67).

Inicialmente, a promulgação do Estatuto do Índio foi considerada um avanço no trato da questão indígena no país, no entanto identificaram-se alguns problemas, como a continuidade da perspectiva assimilacionista, fomentando a integração indígena à sociedade nacional e posterior emancipação, visando reduzir a problemática da demarcação e as diferenças entre projetos da Funai e desenvolvimentistas. Não obstante estivesse previsto na Lei a demarcação das terras indígenas em curto prazo, bem como a garantia de outros direitos como saúde, educação e respeito às tradições e costumes, o que se observou foi a lentidão na regularização fundiária e o não cumprimento das outras garantias de forma efetiva (OLIVEIRA, 2013).

No âmbito dessas discussões, ao longo da década de 1980, com a crescente preocupação em relação ao uso dos recursos naturais, o debate sobre a questão indígena e a questão ambiental passam a caminhar paralelamente. De acordo com Smith (2010), nesse período, assim como na década seguinte, a demarcação das terras permanece como foco no Movimento Indígena.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um avanço em relação aos direitos constitucionais indígenas e também à questão ambiental, presentes nos capítulos VIII (Art. 231) e VI (Art. 225) respectivamente. Pode-se dizer que a principal inovação foi o afastamento da perspectiva assimilacionista, a qual inclinava para o gradativo desaparecimento da cultura indígena, seguida pelo reconhecimento dos direitos originários dos índios sob suas terras, ou seja, direitos anteriores à criação do Estado (BAVARESCO; MENEZES, 2014), o qual passa a ser responsável pela demarcação das TI's, bem como a adoção de políticas públicas que observassem a diversidade cultural desses povos indígenas e garantissem a participação ativa durante esses processos, reconhecendo seus direitos à autodeterminação e às suas terras tradicionais (COMANDULLI, 2016).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, foi um importante marco nas discussões sobre o trato da questão ambiental. Contou com a participação ativa dos povos indígenas, que tiveram sua contribuição na conservação da biodiversidade reconhecida.

O Evento teve como principal objetivo a busca de meios que pudessem aliar desenvolvimento socioeconômico e conservação da natureza, e obteve como resultado um acordo para a redução das emissões de gases que provocavam o efeito estufa. Em decorrência

da ECO-92 foram elaborados alguns documentos, como a Carta da Terra, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21, entre outros. Na ocasião também foi consolidado o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual consiste num desenvolvimento que satisfaça as necessidades humanas, utilizando os recursos naturais sem comprometer as gerações futuras (CARVALHO, 2006).

A preocupação a respeito dos efeitos do modelo de produção sobre o meio ambiente favoreceu iniciativas de salvaguarda da natureza com a finalidade de conservação e/ou preservação da biodiversidade, protegidos da ação antrópica ou com utilização racional de seus recursos naturais, as chamadas áreas protegidas ou unidades de conservação.

Outro marco a ser apontado é o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) e demarcações nos anos de 1990. O projeto, iniciado em 1996, é fruto do reconhecimento da importância das TI's na conservação dos recursos naturais e no controle do desmatamento da região, tendo como objetivo contribuir na regularização e proteção das TI's da Amazônia Legal, estimulando a participação indígena no processo e atuando em ações de capacitação da população, como forma de promover sua autonomia, utilizando metodologias participativas e priorizando a longo prazo a sustentabilidade das terras demarcadas.

O projeto favoreceu significativamente a gestão ambiental em Terras Indígenas, incluindo o aspecto ambiental para a identificação territorial, o que resultou no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e atentando para a importância do planejamento etnoambiental, promovendo a elaboração de levantamentos etnoecológicos e o monitoramento das TI's a longo prazo, através de um banco de dados. Dessa forma, tais iniciativas constituíram-se em ações específicas de gestão ambiental em Terras Indígenas empreendidas por instituições governamentais brasileiras (BAVARESCO; MENEZES, 2014; SOUZA; ALMEIDA, 2013).

Durante os anos seguintes diversas iniciativas e acontecimentos marcaram a trajetória de construção da PNGATI:

- Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) e Carteira Indígena (a Associação Indígena Kanindé de Aratuba - AIKA - também participou do projeto), ambos coordenados pelo MMA. O PDPI, impulsionado pelo avanço das demarcações de TI's e pelos desafios decorrentes de sua sustentabilidade, teve início em 1999, tendo apoiado desde então mais de 300 projetos. Foi a primeira iniciativa governamental voltada especificamente para promover a gestão ambiental em Terras Indígenas, sendo um projeto piloto com alcance limitado à região Amazônica. O projeto Carteira Indígena foi criado em 2003, sendo

executado pelo MMA em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), apoiando em torno de 14.500 famílias através de 280 projetos. Sua prioridade era a segurança alimentar, no entanto, foi concebido como uma ação de gestão ambiental de nível nacional no Plano Plurianual (PPA) em decorrências de pesquisas iniciais que mostraram a relação dos problemas ambientais com os problemas alimentares e nutricionais, auxiliando na institucionalização de uma ação permanente de gestão ambiental indígena no MMA;

- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), instrumento internacional válido no Brasil desde 2003, no qual são reconhecidos os direitos dos povos indígenas desde sua relação diferenciada com a terra, concebida como uma integralidade do meio ambiente, até o direito à consulta prévia sobre assuntos de seu interesse;

- Projeto GATI em 2003, piloto da PNGATI, com o objetivo de fortalecer as práticas indígenas de manejo, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, consolidando a contribuição das TI's na conservação da diversidade biológica e cultural das florestas;

- Projeto Acampamento Terra Livre (ATL), em 2004, forte movimento de mobilização nacional dos povos indígenas em defesa de seus direitos; Durante o movimento do ano seguinte foi criada a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB);

- Criação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), órgão do Ministério da Justiça composto por representantes indígenas, representantes de organizações indigenistas não governamentais e membros de órgãos governamentais, criado em 2006 e instalado em 2007. A CNPI introduziu diálogo entre os órgãos indigenistas governamentais e os representantes indígenas a nível nacional, sendo atualmente uma instância de governança da PNGATI;

- Criação do GTI, em 2008, durante a participação do então presidente da república em reunião da CNPI, iniciando assim o processo de construção da PNGATI, com a participação direta dos povos indígenas através de consultas realizadas em todo território nacional;

- Assinatura do Decreto nº 7.747, que instituiu a PNGATI em 2012 e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), ocasião em que foi divulgada a experiência de construção dessa política e as práticas de gestão territorial e ambiental vivenciadas pelos povos indígenas;

- Instalação do Comitê Gestor da PNGATI, em outubro de 2013, responsável pela coordenação, execução e monitoramento da Política (BAVARESCO; MENEZES, 2014; SOUZA; ALMEIDA, 2013).

Necessário resgatar os caminhos percorridos para a elaboração dessa política para o entendimento de sua urgência e importância, principalmente nos cenários ambiental, cultural, social e também histórico, este último no sentido de transferir para essas populações autonomia e poder de decisão na gestão de suas terras. É válido salientar que a PNGATI representa um marco crucial na política indigenista, bem como no processo de gestão de TI's, e que o desafio posterior é pôr em prática efetivamente as ações propostas.

Como dito anteriormente, os povos indígenas sempre geriram suas terras, cada grupo com procedimentos, técnicas de manejo e tradições diferenciadas. No entanto, as TI's tem sofrido de forma mais constantes as pressões externas com o avanço das áreas urbanas, grandes obras e atividades agropecuárias em seu entorno, além das pressões internas, como o aumento populacional e introdução de práticas não tradicionais, levando a população a buscar novas estratégias de lidar com esse contexto de limitação territorial e de recursos, embasando assim, a necessidade de elaboração de uma política de gestão que promovesse a participação direta dos povos indígenas em seu processo de construção, reconhecendo e reforçando as diferentes práticas de manejo e gestão já desenvolvidas em seus territórios (BAVARESCO; MENEZES, 2014).

A PNGATI possui como objetivo:

[...] garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, assegurar a participação indígena nos processos de gestão é promover também sua autonomia e protagonismo, orientações presentes nas diretrizes da PNGATI.

A política está estruturada em sete eixos, a saber: proteção territorial e dos recursos naturais; governança e participação indígena; áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; prevenção e recuperação de danos ambientais; uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; propriedade intelectual e patrimônio genético; e capacitação, formação, intercâmbio e educação, cada um com objetivos específicos direcionados para alcançar o objetivo geral da política (BRASIL, 2012).

As ferramentas para a gestão territorial elencadas pela PNGATI são o etnomapeamento e o etnozoneamento, sendo definidos respectivamente como: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento (BRASIL, 2012). Essas duas ferramentas auxiliam na elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs), importantes instrumentos de gestão.

Os PGTAs são definidos como instrumentos dinâmicos, que tem como objetivos “a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural dos povos indígenas” (FUNAI, 2013; BAVARESCO; MENEZES, 2014).

Cabe aqui ressaltar que ações semelhantes de planejamento e gestão já ocorriam nas comunidades indígenas antes mesmo da construção da PNGATI, sendo assim incorporadas a ela na forma de instrumentos. A exemplo dessas iniciativas temos: o Plano de Vida dos Povos Indígenas do Oiapoque, em 2009; o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Kampa do Rio Amônia, em 2007 (bilíngue); o Plano de Gestão - TI Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu, em 2007 (bilíngue); Plano de Gestão etnoambiental da TI Sete de Setembro, em 2008; e Nuku Mae, Nu Atiru: Nossa Terra, Nosso Futuro: Terra Indígena Kaninawá do Igarapé do Caucho (bilíngue) (COMANDULLI, 2016).

Ocorreram também outras experiências nessa esfera, anteriores à política, como etnomapeamentos, etnozoneamentos, macrozoneamentos participativos, diagnósticos etnoambientais, mapeamentos participativos e levantamentos etnoecológicos, realizados em sua maioria em TI's localizadas em estados da Região Norte do país (LITTLE, 2006). Como exemplos de práticas mais recentes podemos citar, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Jaminawa e Manchineri para a Terra Indígena Mamoadate, em 2016 e o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena Tapeba, em 2017.

Desse modo, compreende-se que as experiências de gestão são intrínsecas ao cotidiano dos povos indígenas, como parte integrante dos seus modos de vida, de sua tradição, de sua cultura, de modo que a incorporação dessas práticas pela PNGATI relaciona-se com o protagonismo indígena e com o viés participativo adotado durante a construção da política, assim como a organização e sistematização dessas atividades são o ponto de partida para a

elaboração dos Planos de Gestão contribuindo para o registro e fortalecimento dos saberes tradicionais indígenas.

A utilização de instrumentos de gestão, como etnomapeamentos, etnozoneamentos, planos de gestão, diagnóstico, dentre outros, têm favorecido o uso sustentável dos recursos naturais, assim como fortalecido a valorização e o reconhecimento dos saberes tradicionais indígenas relacionados à conservação da biodiversidade. Ademais, uma relação mais equilibrada entre Estado, através do órgão indigenista, e os povos indígenas, proporcionada pelo uso dessas ferramentas, favorece o diálogo e contribui para o desenvolvimento de ações mais coordenadas e estruturantes nas TI's, equiparando as políticas pública e indígena em mesmo grau de importância (FUNAI, 2013).

O processo de construção da PNGATI emergiu das demandas dos povos indígenas pelo direito às suas terras ancestrais, ponto crucial para a continuidade dos seus modos de vida e cultura. A instituição da política representa um caminho nessa direção, no entanto é preciso considerar os desafios para sua efetiva implementação e alcance de seus objetivos. Muitos são os povos que ainda lutam pela demarcação de seus territórios e muitos outros os que buscam o reconhecimento como indígena.

Existem diversos conflitos envolvendo a demarcação de TI's, principalmente relacionados aos grandes latifúndios. Dificuldades essas encontradas tanto na região amazônica, onde estão grande parte das TI's, como em regiões não amazônicas, sendo ainda mais difíceis de solucionar, pois estão relacionadas à extensão reduzida dos territórios; terrenos descontínuos com pouca cobertura florestal; sobreposição de áreas (terra indígena e unidade de conservação) (SOUZA; ALMEIDA, 2013; MACHADO, 2014). Insere-se nesse contexto também as terras circundadas ou já incorporadas ao contexto urbano, as quais demandam maior complexidade em sua resolução.

Esses desafios englobam tanto a demarcação quanto a gestão das TI's. A não adoção de soluções efetivas pode comprometer a manutenção das condições de vida dessas populações e, por sua vez, afetar a permanência, principalmente das gerações mais jovens, em seus territórios.

Souza e Almeida (2013, p. 34) apontam alguns desses desafios: o que fazer quando a terra demarcada é insuficiente para a sobrevivência das comunidades indígenas?; como fazer para sobreviver num espaço finito e delimitado com uma população crescente?; como fazer para proteger a integridade da Terra Indígena e de seus recursos naturais?; como sobreviver com tanta pressão econômica externa e interna em relação à Terra Indígena, que

sobrecarrega os recursos naturais finitos?; como dar conta das novas necessidades e dos desejos de consumo e ao mesmo tempo fortalecer as tradições indígenas?

Todas essas preocupações, segundo os autores, estão relacionadas ao tratamento destinado aos povos indígenas desde a época do SPI, o qual obedecia à lógica da integração nacional, visando incorporar a população indígena a partir da produção agropecuária, considerando portanto esse modelo para a definição das reservas indígenas, em detrimento das práticas indígenas de exploração do território, baseadas na caça e coleta sazonais e na agricultura de subsistência, a qual demandava extensões territoriais florestais maiores.

Atualmente, as terras indígenas sofrem diversos tipos de pressões externas e internas, as quais refletem os questionamentos levantados por Souza e Almeida (2013). As mais evidentes são aquelas relacionadas ao avanço das atividades agropecuárias, obras de infraestrutura e avanço das áreas urbanas adjacentes às TIs. Outros problemas encontrados são o aumento populacional nas aldeias juntamente com a crescente escassez de recursos, comprometendo a qualidade de vida das comunidades; redução das atividades de caça e plantio, sendo substituídos por produtos adquiridos fora das aldeias; aumento da dependência de bens e serviços externos; incorporação de equipamentos, como escolas, postos de saúde, que, ao mesmo tempo de beneficiam as comunidades, causam mudanças em seus modos de vida e de organização social (BAVARESCO; MENEZES, 2014).

A passagem a seguir retrata a luta dos povos indígenas pelos territórios e pela gestão territorial:

Com sua sobrevivência física e cultural comprometida, iniciaram-se as lutas indígenas pelas terras. Esta foi a grande força motriz dos movimentos indígenas nacionais nos últimos 30 anos. Embora a política de demarcação de Terras Indígenas possa ser considerada como uma grande conquista dos povos indígenas, a limitação de seus territórios em polígonos finitos, em muitos casos bem inferiores ao tamanho necessário para garantir os ciclos ecológicos e a sustentabilidade no uso de recursos naturais, significou um desafio novo a ser enfrentado por essas sociedades, e de forma bastante diferenciada entre as regiões brasileiras. Daí surgiu a necessidade e a demanda por políticas de apoio à gestão territorial indígena (SOUZA; ALMEIDA, 2013, p. 153).

Pode-se compreender o papel fundamental de uma gestão territorial estratégica e efetiva para as populações indígenas, que aponte possíveis caminhos para essas questões, buscando a sustentabilidade e harmonizados com as vivências tradicionais indígenas, específicas de cada povo.

3.3 Os Povos Indígenas no contexto atual cearense

Antes de apresentar a situação dos povos indígenas no cenário atual do estado do Ceará, é importante o entendimento acerca do processo histórico precedente. O que hoje compreende-se como questão indígena, pode-se dizer que tenha sido iniciada com a chegada dos portugueses em terras, futuramente, brasileiras. No entanto, vale ressaltar que na atualidade a questão indígena possui contornos heterogêneos, quando consideramos a totalidade do território nacional (LEITE NETO, 2006).

O contato dos invasores com as populações nativas trouxe para estas, entre outras coisas, doenças, conflitos por terra, além de grandes deslocamentos, como reação a esse contato, com o objetivo de fugir da escravidão e das consequências das moléstias trazidas pelos europeus (OLIVEIRA; FREIRE, 2006; MACHADO, 2014). Tudo isso, contribuiu para a drástica redução dessas populações, de aproximadamente 3 a 5 milhões de indivíduos, estimados no início da época colonial, compondo cerca de 900 povos, para 70.000 em 1957 (OLIVEIRA; FREIRE, 2006; AZEVEDO, 2008; RODRIGUES, 2020). Em 2010, a população indígena era de aproximadamente 900 mil pessoas, de acordo com o Censo demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As populações indígenas, de forma geral, ao longo do tempo, passaram por inúmeras perdas, populacional, de terras, de direitos, e até a negação de sua existência, tendo sido obrigadas, portanto, a reconstruírem-se. Convivem ainda hoje com percepções preconceituosas e estereotipadas sobre sua condição sócio culturalmente diferenciada. Concepções essas que, de acordo com Leite Neto (2006), ampararam as ações do Estado, no sentido de controlar essas populações, e continuam sendo utilizadas atualmente, principalmente pelas classes dominantes, latifundiários, para depreciar o movimento indígena.

A abordagem integracionista adotada pelo Estado em relação aos povos indígenas muito contribuiu para a noção de que esses povos deixariam de existir com o passar dos anos e para a negação de sua existência em determinadas regiões do país, sob o pretexto de que sua presença representava um obstáculo ao desenvolvimento do país. Nesse sentido, durante a década de 1970, tem-se o desenvolvimento do movimento indígena, fazendo frente à ideia de integração dos povos indígenas à sociedade nacional (OLIVEIRA, 2013).

No contexto do Nordeste, o movimento indígena tem início somente na década de 1980, pois considerava-se, antes dessa data, a presença indígena pouco representativa na região. Ainda predominava a visão integracionista, a qual interferiu na demora do reconhecimento das populações indígenas da região pelo órgão indigenista, considerando que

os chamados “índios do nordeste” já estariam incorporados, misturados à sociedade, e como “sertanejos pobres e sem acesso à terra”, situação diferente da que se apresentava na região amazônica, em que essas populações mantinham uma cultura diferenciada e controlavam grandes extensões territoriais (OLIVEIRA, 1998).

Conforme o autor (*op. cit.*), os “índios do nordeste” passaram a ser interesse de estudos a partir da demanda da demarcação de suas terras, e não por representarem um aspecto cultural e histórico relevante. Compreende-se portanto, ainda segundo Oliveira (1998), que o contexto indígena do nordeste diferencia-se do restante do país, pois este povos apresentam relativa integração à sociedade, tornando “difícil” sua distinção dos demais não-índios, dessa forma, na região, “o desafio à ação indigenista é restabelecer os territórios indígenas, promovendo a retirada dos não-índios das áreas indígenas, desnaturalizando a ‘mistura’ como única via de sobrevivência e cidadania (p. 53).

No âmbito da região nordeste, a questão indígena, em especial a demarcação de terras indígenas, demanda maior esforço para sua concretização, haja vista seus territórios já apresentarem certo grau de assimilação à dinâmica territorial vigente, o que por sua vez, ocasiona diversos conflitos.

Segundo Leite Neto (2006), os povos indígenas do Nordeste estiveram envolvidos ao longo dos anos em diversos processos de integração populacional e assimilação, deixando-os marcados por diferentes fluxos e tradições culturais. Nesse sentido, preconceitos, estigmas e percepções equivocadas sobre essas populações, aliados à pressões, agressões e ameaças provenientes da elite e autoridades locais contribuíram para a morosidade do processo de reconhecimento da presença indígena na região nordeste, pois estes povos manifestavam receio de assumirem sua condição enquanto indígenas em razão de atos violentos a eles direcionados. (OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Oliveira (1998), os povos indígenas do Nordeste procedem de culturas autóctones que estiveram envolvidas em dois processos de territorialização distintos. O primeiro relacionado às missões religiosas, na segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, e o segundo, relativo ao começo do século XX associado à política indigenista oficial, anteriormente discutida.

Na ocasião das missões religiosas, indígenas de diversas etnias foram reunidos em aldeamentos missionários, a fim de serem sedentarizados e catequizados. As missões também representaram importantes instrumentos da política colonial, pois forneciam mão-de-obra indígena para atender as demandas do Estado colonial português, os chamados

“índios mansos”, frutos da primeira “mistura”, a qual deu origem aos chamados “índios do Nordeste”.

A partir de 1757, tornou-se mais evidente a inclinação assimilacionista no trato com os indígenas através das Leis do Diretório Pombalino, ou Diretório dos índios, que visava a integração do índio à sociedade nacional, relativa à civilidade, cultura e comércio. Foram estimulados casamentos interétnicos, havendo também a fixação de colonos brancos no interior dos limites dos aldeamentos. Esse momento é considerado pelo autor (OLIVEIRA, 1998) a segunda “mistura”, a qual não obteve maiores efeitos devido ao caráter extensivo das fazendas de gado e da baixa presença humana na área. Assim, sem fluxos migratórios significativos na região, as antigas terras dos aldeamentos continuaram sob domínio dos descendentes dos índios das missões, conservando-as como de posse comum.

A Lei de Terras, de 1850, promoveu um processo de regularização das propriedades rurais e, atrelado a esse movimento, houve um maior fluxo migratório de famílias que queriam se estabelecer como produtoras agrícolas para as adjacências das antigas vilas, à época, com a expansão dos seus núcleos urbanos em curso. Aliada a esse fenômeno ocorreu a extinção dos antigos aldeamentos indígenas e a incorporação dessas áreas a comarcas e municípios em formação, pelos governos provinciais. Essa passagem caracteriza a terceira “mistura”, segundo o autor, a mais radical, pois limitou de forma considerável a posse dos indígenas sobre seus territórios. Oliveira (1998) ressalta ainda que:

Antes do final do século XIX já não se falava mais em povos e culturas indígenas no Nordeste. Destituídos de seus antigos territórios, não são mais reconhecidos como coletividades, mas referidos individualmente como "remanescentes" ou "descendentes". São os "*índios misturados*" de que falam as autoridades, a população regional e eles próprios, os registros de suas festas e crenças sendo realizados sob o título de "tradições populares". (1998, p. 58).

Todos esses processos marcaram a trajetória dos povos indígenas, principalmente com a imposição de crenças e costumes diferentes dos seus e com os deslocamentos forçados de seus territórios de origem, estando presentes até hoje nas narrativas dos chamados “trancos velhos” de cada povo.

No Ceará, a noção de “desaparecimento” dos povos indígenas, principalmente na segunda metade do século XIX, está atrelada a mecanismos elaborados pela história oficial, num contexto de disputas de terras, a fim de favorecer interesses do poder local, em especial os interesses fundiários, (LEITE NETO, 2006; RODRIGUES, 2020).

Essa invisibilidade dos povos indígenas encontrava apoio em estudos que difundiam a noção de extinção dos povos originários. Tal concepção encontra centralidade na

figura de Darcy Ribeiro para sua construção, considerando “indígenas as populações que se mantinham isoladas ou com pouca influência da ‘civilização’” (RODRIGUES, 2020, p. 63).

Durante a década de 1980, momento de maior emergência do movimento indígena, especialmente na região Nordeste, verificou-se maior busca por reconhecimento identitário. Foi lançado um novo olhar sobre os povos indígenas, considerando-os grupos sociais ativos, favorecendo a desconstrução de estereótipos de “um índio preso num tempo e num espaço” (RODRIGUES, 2020).

Foi durante este período que a presença indígena no Ceará foi reconhecida. Anteriormente, dados da FUNAI e levantamentos de antropólogos e missionários indicavam o Ceará, o Piauí e o Rio Grande do Norte como os únicos estados do Brasil onde não existiam índios (BARRETO FILHO, 1994). A partir de então, contando com o apoio de etnias mais politicamente organizadas de outras regiões do país, diversos grupos indígenas regionais e locais iniciaram seus processos de autorreconhecimento. O movimento indígena no Ceará encontrou suporte em instituições como a Igreja Católica e Organizações não Governamentais (ONG’s), oferecendo inicialmente apoio ao povo Tapeba, ou ainda Tapebanos, em situação de conflito com posseiro, em Caucaia, município da região metropolitana de Fortaleza (BARRETO FILHO, 1994; OLIVEIRA, 2013).

O Censo Demográfico mais recente, realizado no ano de 2010, indica um quantitativo de 896.917 indígenas residentes no território brasileiro (Tabela 1). Desse montante, 379.534 residiam fora de terras indígenas, representando 42,3% do total e, dentre os que moravam em TI’s, 57,7%, aproximadamente 79 mil se consideravam, porém não se declaravam indígenas.

Tabela 1 – População indígena, por localização de domicílio e condição indígena, segundo as Grandes Regiões – 2010

Grandes Regiões	População indígena				
	Total	Localização do domicílio			
		Terras indígenas			Fora das terras indígenas
		Total	Condição de indígena		
Declararam-se indígenas	Não se declararam, mas se consideravam indígenas				
Brasil	896 917	517 383	438 429	78 954	379 534
Norte	342 836	251 891	214 928	36 963	90 945
Nordeste	232 739	106 142	82 094	24 048	126 597
Sudeste	99 137	15 904	14 727	1 177	83 233
Sul	78 773	39 427	35 599	3 828	39 346
Centro-Oeste	143 432	104 019	91 081	12 938	39 413

Fonte: IBGE (2010).

A população indígena vem apresentando crescimento desde a década de 1970, sendo considerada como um marco, pois foi quando verificou-se pela primeira vez o aumento dessa população no Brasil (RODRIGUES, 2020). Esse acréscimo pode ser constatado analisando a Tabela 2, a qual traz um levantamento da população indígena nos Censos demográficos realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010, em que é possível notar um expressivo crescimento, principalmente entre os anos de 1991 e 2000.

Tabela 2 – População indígena, por censo demográfico, segundo as Grandes Regiões¹

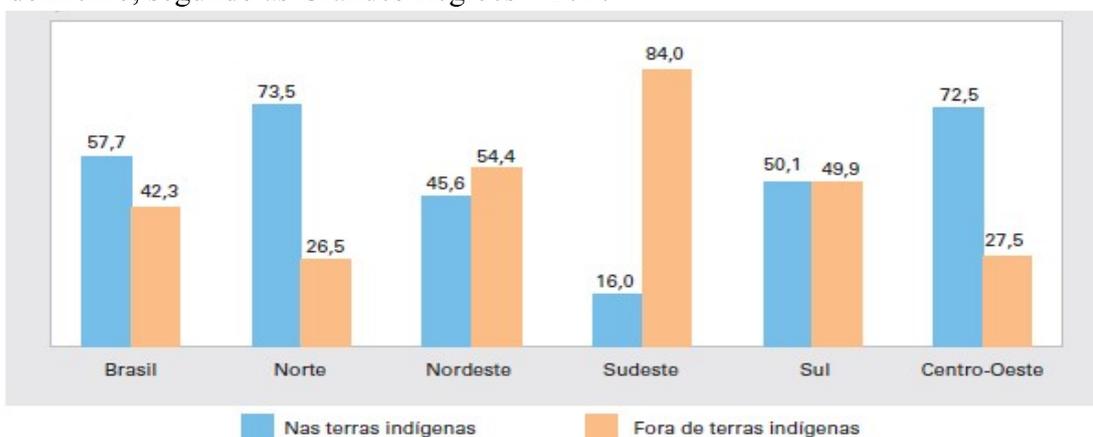
Grandes Regiões	População indígena		
	Censo Demográfico		
	1991	2000	2010
Total	294 131	734 127	817 963
Norte	124 615	213 443	305 873
Nordeste	55 853	170 389	208 691
Sudeste	30 589	161 189	97 960
Sul	30 334	84 747	74 945
Centro-Oeste	52 740	104 360	130 494

Nota: ¹Nesta tabela não foram incluídas aquelas pessoas que não se declararam indígenas no quesito cor ou raça, mas se consideraram indígenas captadas dentro das terras indígenas.

Fonte: IBGE (2010).

Interessante notar que a região Nordeste, anteriormente considerada sem representatividade, apresentou em 2010 a segunda maior população indígena do país (Tabelas 1 e 2), atrás apenas da região Norte, sendo também a região com o maior número, 126.597, e o segundo maior percentual de indígenas, 54,4%, vivendo fora de territórios indígenas (Gráfico 1).

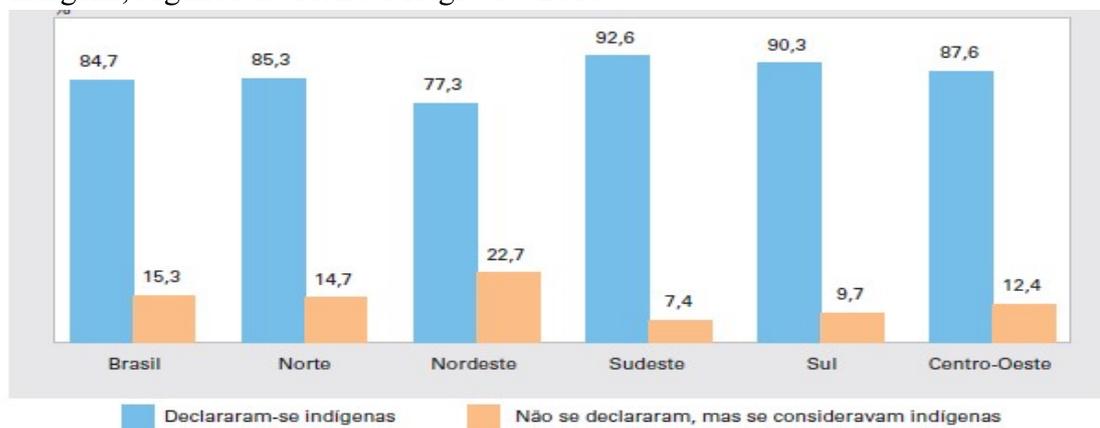
Gráfico 1 – Distribuição percentual da população indígena, por localização do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2010



Fonte: IBGE (2010).

A Região Nordeste também apresentou o maior percentual (Gráfico 2) de pessoas que se consideravam, mas não se declararam indígenas, ou seja, 22,7%.

Gráfico 2 – Distribuição percentual da população indígena, por condição de indígena, segundo as Grandes Regiões – 2010



Fonte: IBGE (2010).

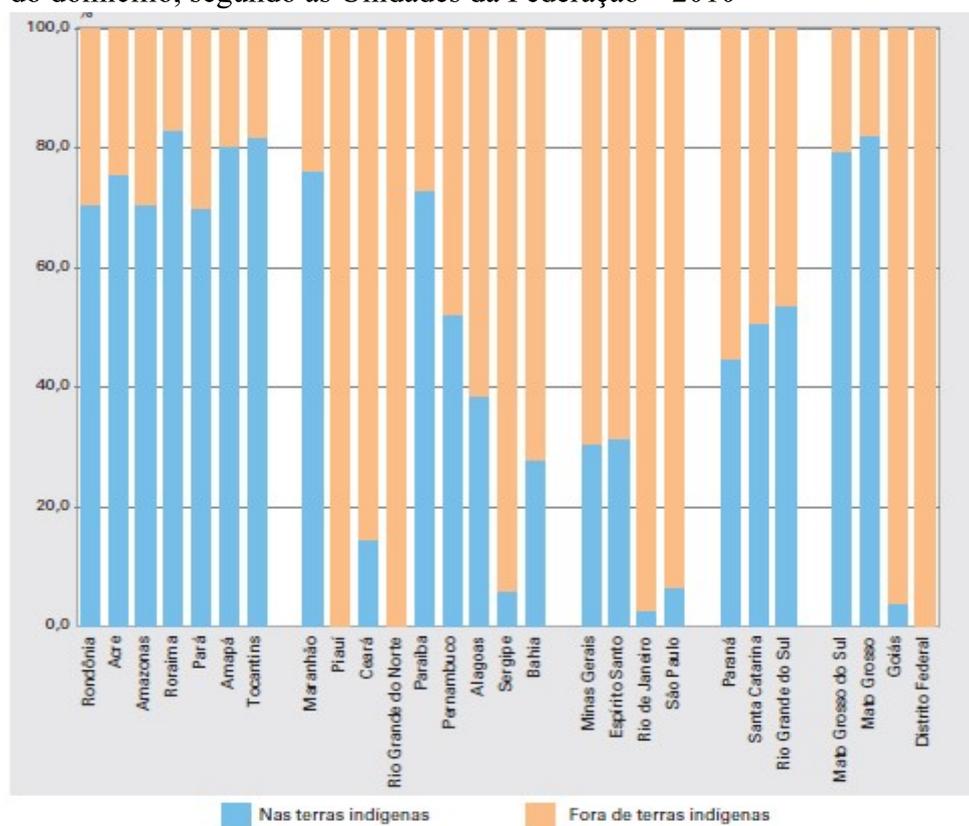
Segundo Rodrigues (2020), o rápido crescimento das populações pode levantar alguns questionamentos, principalmente relativo ao interesse territorial, mas ressalta que esse acréscimo populacional está relacionado a fatores como a maior estabilidade proporcionada pela ampliação das terras indígenas regularizadas, o que favorece o aumento da taxa de natalidade, além do fato de cada vez mais os povos indígenas passaram se reconhecer e se declarar como tal.

Esse fenômeno pode ser constatado na publicação do IBGE Censo demográfico 2010: Características Gerais dos Indígenas - Resultados do Universo, no qual mostra que a adição da população que se considerou indígena, na Região Nordeste, foi a que mais colaborou entre as demais regiões, para o aumento significativo da população indígena entre os anos de 2000 a 2010, validando o processo de etnogênese, que vem ocorrendo em diversas regiões no país.

A “etnogênese” é um fenômeno em que, diante de determinadas circunstâncias socioculturais e históricas, uma etnia cujas pessoas não mais assumiam publicamente sua identidade étnica por razões as mais diversas, passa a reassumi-la e reafirmá-la, o que pode resultar, no caso dos indígenas, no aumento no número de etnias indígenas (LUCIANO, 2006 *apud* IBGE, 2010).

Esse crescimento significativo está vinculado à maior articulação dos povos indígenas no Nordeste, principalmente a partir da década de 1980, e do fortalecimento do movimento por reconhecimento identitário. Veja Gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição percentual da população indígena, por localização do domicílio, segundo as Unidades da Federação – 2010



Fonte: IBGE (2010).

O gráfico 3 mostra a comparação percentual entre os indígenas que viviam em seus territórios e aqueles que residiam fora das terras. No Ceará, menos de 20% da população indígena vivia em Terras indígenas em 2010 e, no Brasil, a maioria das populações que viviam fora das terras indígenas residiam em áreas urbanas (Tabela 3).

Tabela 3 – População indígena, por situação do domicílio, segundo a localização do domicílio – 2010

Localização do domicílio	População indígena por situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	896 917	324 834	572 083
Terras Indígenas	517 383	25 963	491 420
Fora das Terras Indígenas	379 534	298 871	80 663

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

No Ceará, a população indígena apresentou um crescimento significativo (Tabela 4), principalmente entre os anos de 1991 e 2000, aumentando aproximadamente seis vezes de um censo para outro. Em 2010, a maior parte dessa população vivia em área urbana, assim como nos anteriores, no entanto é interessante notar que em se tratando da região Nordeste houve uma mudança nesse sentido. Em 1991, a maioria vivia em áreas rurais, tendência

modificada ao longo dos anos, com a identificação da predominância de indígenas em áreas urbanas nos anos seguintes.

Tabela 4 – População residente indígena, segundo a situação do domicílio, Região e Unidade da Federação – 2010

Região e Unidade da Federação	População residente indígena por situação do domicílio								
	1991			2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	294 131	71 026	223 105	734 127	383 298	350 829	817 963	315 180	502 783
Nordeste	55 853	15 988	39 865	170 389	105 728	64 661	208 691	106 150	102 541
Ceará	2 692	1 957	735	12 198	8 303	3 895	19 336	12 598	6 738

Nota: Nesta tabela não foram incluídas aquelas pessoas que não se declararam indígenas no quesito cor ou raça, mas se consideraram indígenas captadas dentro das terras indígenas.

Fonte: IBGE (2010).

É interessante notar esse crescimento significativo da população indígena no Nordeste e especialmente no Ceará. Nota-se que esse aumento é constatado justamente no período de emergência e fortalecimento do movimento indígena na região, em que diversos povos, antes invisibilizados, passaram a reivindicar seu reconhecimento ético e identitário, visando a garantia da continuidade de seus costumes, tradições e modos de vida através, principalmente, da defesa de seus territórios. Desde o ano de 1994, os povos indígenas do Ceará reúnem-se anualmente em assembleias para debater, através dos seus representantes, as estratégias, os avanços e desafios para a efetivação de seus direitos, sendo as principais reivindicações: a regularização fundiária das TI's, a educação diferenciada de qualidade, o saneamento e saúde indígenas (ADELCO, 2017).

Censo demográfico de 2010 contabilizou 305 etnias e 274 línguas indígenas faladas em Território Nacional. Em razão da não realização do Censo de 2020 devido à pandemia do Novo Coronavírus, os dados mostrados até aqui, apesar de apresentarem um importante panorama sobre os povos indígenas no Brasil, requerem atualização. Nesse sentido, fez-se necessária a busca por outras fontes, com informações mais atualizadas.

A Associação para o Desenvolvimento Local Coproduzido (ADELCO) em parceria com o Centro de Pesquisa e Assessoria ESPLAR, ambas Organizações não governamentais (ONG's), com o apoio da União Europeia, publicou em 2017 o Diagnóstico e estudo de linha de base: projeto fortalecendo a autonomia político-organizativa dos povos indígenas. Este documento aponta a existência de aproximadamente 32 mil indígenas e 14 etnias articuladas no Movimento Indígena do Ceará, a saber: Anacé, Gavião, Jenipapo

Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potyguara, Tabajara, Tapeba, Tapuya-Kariri, Tremembé, Tubiba-Tapuya e Tupinambá.

Este documento possui uma atualização, em janeiro de 2019, denominada *Situação dos Povos do Ceará*, publicado em 2019, no qual indica, segundo as lideranças indígenas, a existência de mais povos, os Paiacu de Paripueira, em Beberibe, os Kariri da região do Cariri, já reconhecidos pelo Movimento Indígena e identificados pelo Ministério Público Federal, e os Jaguaribara/Karão de Aratuba, que reivindicaram sua emergência étnica no final do anos de 2018 e buscaram apoio do Movimento Indígena, processo ainda em andamento (ADELCO, 2019).

Importante ressaltar que os dados populacionais colhidos pela ADELCO, através do Distrito Especial de Saúde Indígena do Ceará (DSEI-CE) da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde no Ceará (SESAI-MS-CE), referem-se às 14 etnias inseridas no Movimento Indígena Cearense, já mencionadas anteriormente, totalizando 32.434 pessoas (Tabelas 5, 6 e 7), estando incluídas ainda um total de 1.174 pessoas não-indígenas, que são cônjuges de indígenas e residem nas TI's, sendo também atendidas pelo sistema de saúde indígena.

Tabela 5 – População Indígena do Ceará na área de cobertura do Distrito Especial de Saúde Indígena no Ceará

Município	População
Caucaia	10 912
Monsenhor Tabosa	3 980
Maracanaú	3 592
Crateús	3 125
Itarema	3 073
Poranga	1 528
Pacatuba	1 094
Aratuba	1 074
São Benedito	744
Quiterianópolis	627
Itapipoca	508
Boa Viagem	446
Aquiraz	409
Novo Oriente	405
Tamboril	311
Acaraú	307
São Gonçalo do Amarante	189
Canindé	110
TOTAL	32 434

Fonte: Siasi-Local, Dsei-Ce/SESAI/MS em 28/10/2016 *apud* ADELCO (2019).

Tabela 6 – População Indígena por etnia na área de cobertura do Distrito Especial de Saúde Indígena no Ceará por Povo

Povo	Total
Tapeba	8 010
Tabajara	4 840
Potyguara	4 658
Pitaguary	4 478
Tremembé	3 817
Anacé	2 361
Kanindé	1 177
Tapuya-Kariri	736
Jenipapo-Kanindé	409
Kalabaça	290
Tubiba-Tapuia	243
Kariri	215
Gavião	86
Tupinambá	23

Fonte: Siasi-Local, Dsei-Ce/SESAI/MS em 28/10/2016 *apud* ADELCO (2019).

Os povos indígenas do Ceará estão presentes em 20 municípios do Estado, como apresentado na tabela 7, a seguir:

Tabela 7 – População Indígena por Município

Nº de Ordem	Município	Povos
1	Acaraú	Tremembé
2	Aquiraz	Jenipapo-Kanindé
3	Aratuba	Kanindé, Jaguaribara/Karão
4	Beberibe	Paiacu
5	Boa Viagem	Potyguara
6	Canindé	Kanindé
7	Carnaubal	Tapuya-Kariri
8	Caucaia	Anacé, Tapeba
9	Crateús	Kalabaça, Kariri, Potyguara, Tabajara, Tupinambá
10	Ipueiras	Tabajara
11	Itapipoca	Tremembé
12	Itarema	Tremembé
13	Maracanaú	Pitaguary
14	Monsenhor Tabosa	Gavião, Potyguara, Tabajara, Tubiba-Tapuia
15	Novo Oriente	Potyguara
16	Pacatuba	Pitaguary
17	Poranga	Kalabaça, Tabajara
18	Quiterianópolis	Tabajara
19	São Benedito	Tapuya-Kariri
20	Tamboril	Tabajara, Potyguara

Nota: Os indígenas de São Gonçalo do Amarante (CE) foram transferidos para a Reserva Indígena Taba dos Anacé, em Caucaia (CE), durante o ano de 2018 (ADELCO, 2019).

Fonte: Adaptado de ADELCO (2017); ADELCO (2019).

Apesar do expressivo crescimento da população e do fortalecimento do movimento indígena no estado, o Ceará ainda é um dos mais atrasados em relação a demarcação de terras indígenas, apresentando apenas uma delas com a demarcação definitiva de seu território e o processo totalmente finalizado, através do Decreto de 5 de maio de 2003 da Presidência da República, a Tremembé do Córrego João Pereira, localizada entre os municípios de Acaraú e Itarema. Outras 10 (dez) TI's estão em diferentes fases do processo de demarcação, e as restantes ainda sem nenhum tipo de providência (ADELCO, 2019).

Para fins de compreensão, é interessante apresentar as etapas envolvidas no processo de demarcação de TI's:

Em estudo: Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena;

Delimitadas: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena;

Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento;

Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial;

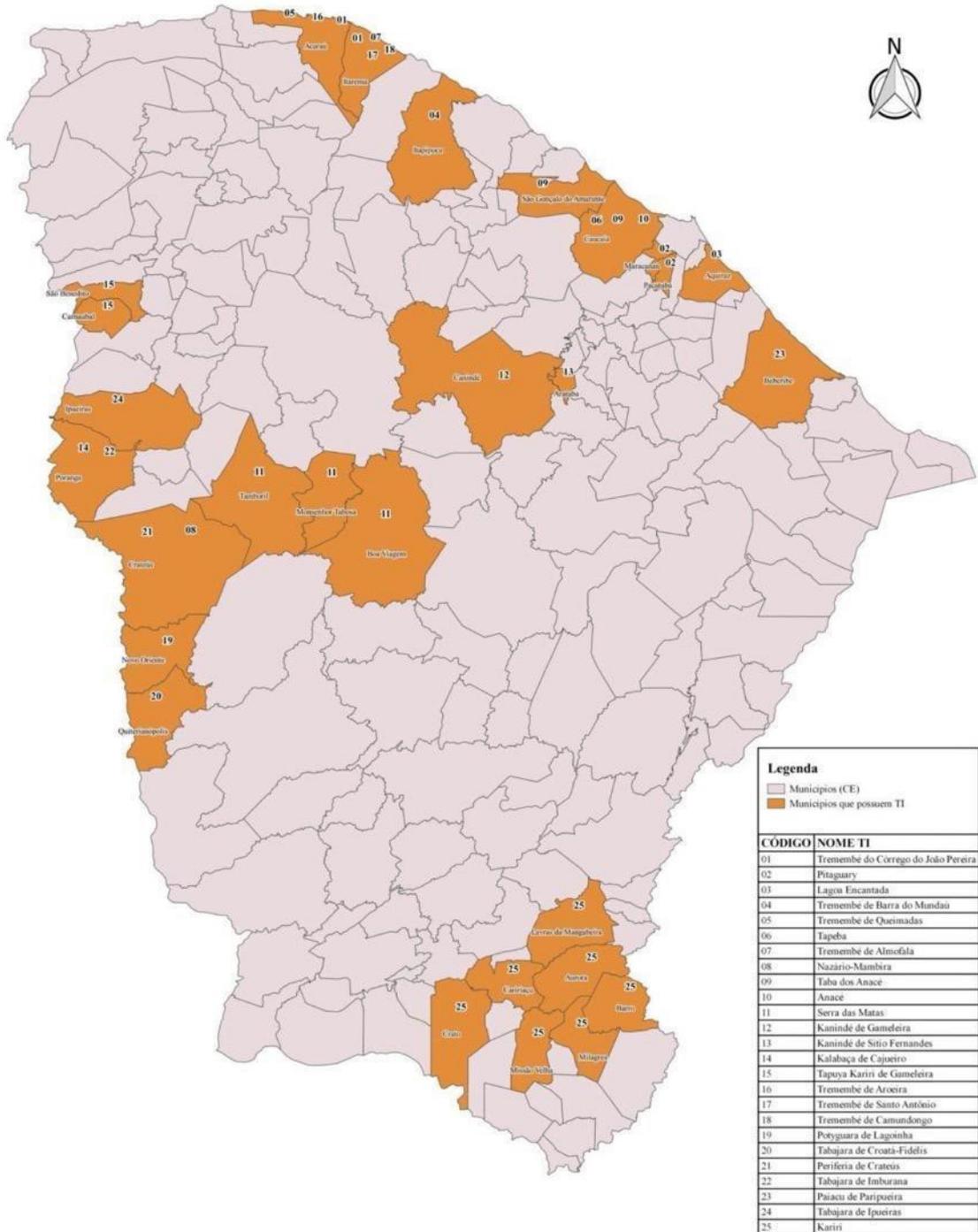
Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, 28 foram registradas em cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União. No processo de regularização também deverá ser realizada a desintrusão com a remoção e eventual indenização das famílias de não índios que habitam na Terra Indígena. (FUNAI, Fases do Processo Administrativo. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 06 jun. 2021).

Em 2013, 12,64% do território nacional correspondia a Terras Indígenas com limites já definidos, de acordo com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: orientações para a elaboração, publicado pela FUNAI. Atualmente, esse percentual está em 13,8% (PIB, 2019). No Ceará, segundo informações contidas no site da FUNAI, estão listadas 10 terras indígenas com alguma fase do procedimento iniciada, entre terras tradicionalmente ocupadas e reservas indígenas, que totalizam aproximadamente 21.705 hectares².

A seguir (Figura 4), tem-se o mapa com as TI's do Estado do Ceará, publicado pela ADELCO, em 2017, que indica a presença indígena na faixa litorânea do Ceará, em circunstâncias históricas diversas, que possibilitaram a mobilização de diferentes referenciais étnicos por distintos agrupamentos humanos, sendo o povo Paiacu de Paripueira o mais recente a acionar o direito originário à terra tradicional (ADELCO, 2017). Verifica-se ainda

que a maior parte das etnias cearenses localizam-se no Sertão Central e no Sertão dos Inhamuns, principalmente, na faixa limítrofe com o estado do Piauí, e na região mais ao sul do Estado estão as áreas indígenas reivindicadas por pessoas que se declaram da etnia Kariri.

Figura 4 – Mapa das Terras Indígenas no Estado do Ceará



Fonte: ADELCO (2017, p. 31).

Os povos indígenas que habitam o litoral cearense estão sujeitos a diversos problemas socioambientais relacionados com a ocupação desordenada dos sistemas

ambientais locais, o que compromete não somente a conservação da biodiversidade, como também a sustentação socioeconômica e cultural das comunidades tradicionais (MEIRELES, 2006). Dentre as principais atividades danosas tem-se a especulação imobiliária, a implantação de vias de acesso, os loteamentos, a presença de hotéis e grilagem da terra, os quais alteram a qualidade e quantidade da água nos estuários, interferem na diversidade biológica dos manguezais e da mata ciliar, reduzindo o habitat de várias espécies, ocasionando também

[...] a expulsão e a migração das comunidades tradicionais, interferindo diretamente na qualidade de vida e na segurança alimentar de pescadores, índios e agricultores. A especulação imobiliária, a construção de empreendimentos hoteleiros e a indústria do camarão consomem vorazmente a paisagem, em detrimento da preservação e da conservação dos sistemas que estruturam a base das relações geoambientais, ecodinâmicas e de subsistência dessas comunidades tradicionais litorâneas (MEIRELES, 2006, p. 73).

Tais interferências prejudicam intensamente as comunidades tradicionais locais, pescadores, agricultores e indígenas, que possuem uma relação de interdependência com as práticas de usufruto do território.

O Quadro 2, a seguir, reúne informações sobre as Terras Indígenas do Estado.

Quadro 2 – Etnias Indígenas do Ceará: área, situação jurídica, riscos potenciais e problemas existentes

Etnia/Município/ Aldeia/Área	Situação Jurídica	Riscos Potenciais / Problemas Existentes
Anacé Município de São Gonçalo do Amarante: Aldeia de Matões e Bolso Área: 543 hectares.	Em fevereiro de 2018 foi entregue para os Anacé (aldeia de Matões e Bolso) a Reserva Taba dos Anacé, abrigando 163 famílias.	Exploração de recursos naturais: madeira. Queimadas. Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território.
Anacé Município de Caucaia: Aldeia Japoara/ Aldeia Santa Rosa Área: Não evidenciado.	A manifestação dos povos Anacé (aldeias Japoara e Santa Rosa) para demarcação de suas terras iniciou-se em 2003. Eles aguardam pela publicação do resumo do Relatório Circunstanciado no DOU e a recomendação para estudo socioambiental para complementar as informações da área.	Irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental. Poluição atmosférica e de recursos hídricos.
Gavião Municípios de Monsenhor Tabosa, Tamboril e Boa Viagem: TI Serra das Matas Área: Não evidenciado.	O processo demarcatório das terras iniciou em 2003. Os povos Gavião (TI Serra das Matas) aguardam a publicação da regularização da TI no DOU.	Não evidenciado.
Jaguaribara/Karão Município de Aratuba	Ainda não há demanda desta TI identificada e qualificada pelos órgãos públicos. Trata-se de	Não evidenciado.

Área: Não evidenciado.	um povo em fase recente de emergência étnica, cuja aproximação com o movimento indígena no Ceará se intensificou a partir de dezembro de 2018, durante a Assembleia Geral dos Povos Indígenas.	
Jenipapo Kanindé Município de Aquiraz: Aldeia Lagoa da Encantada Área: 1.731 hectares.	Os índios Jenipapo Kanindé lutam pela regularização de suas terras desde 1984. O processo foi formalizado em 1995 junto à FUNAI. A TI está declarada, entretanto é necessário a demarcação física, na qual constitui a materialização dos marcos. Atualmente aguardam o processo de desintrusão e homologação.	Exploração de recursos naturais: madeira. Questões fundiárias: invasão de posseiros. Danos causados pelo turismo local. Houve impacto ambiental sobre as águas da Lagoa da Encantada devido à extração para produção industrial e monocultivo de cana de açúcar.
Kalabaça Município de Crateús: periferia/ Área: Não evidenciado.	As terras foram doadas pela prefeitura de Crateús. Os índios Kalabaça (periferia de Crateús) aguardam a regularização fundiária.	Não evidenciado.
Kalabaça Município de Poranga: Aldeia Imburana/ Aldeia Cajueiro/ Área Indígena Jardim das Oliveiras Área: Não evidenciado	O processo de demarcação da Aldeia de Imburana iniciou em 2003, enquanto que o processo da Aldeia de Cajueiro em 2007. Eles aguardam o processo de demarcação das terras.	Há conflitos com posseiros na Aldeia de Cajueiro
Kanindé Município de Aratuba: Comunidade Indígena de Fernandes Área: Não evidenciado.	A demanda pela regularização iniciou em 2001. A FUNAI realizou visitas preliminares em 2003 e 2004. Foi realizada a qualificação antropológica em 2011, na Comunidade Fernandes, e o próximo passo é a nomeação do GT. De acordo com a Funai, já foram enviados nomes para a composição de um GT, mas, pelo fato de os índios já possuírem títulos de terra e não haver conflitos fundiários, não é uma área prioritária.	Não evidenciado.
Kanindé Município de Canindé: Comunidade Indígena de Gameleira Área: Não evidenciado.		
Kariri Município de Crateús: periferia Área: Não evidenciado	As terras foram doadas pela prefeitura de Crateús. Os índios Kariri (periferia de Crateús) aguardam a regularização fundiária.	Não evidenciado.
Kariri Municípios de Aurora, Barro, Crato, Milagres, Missão Velha, Caririaçu e Lavras de Mangabeira Área: Não evidenciado.	Os índios Kariri, dos respectivos municípios, aguardam qualificação de suas terras pela FUNAI.	Não evidenciado.
Paiaçu Município de Beberibe: Localidade de Paripueira Área: Não evidenciado.	A demanda teve início em 2003, a qual ainda não foi identificada e qualificada pelos órgãos públicos.	Não evidenciado.
Pitaguary	Os índios Pitaguary lutam desde a década de	Exploração de recursos naturais:

<p>Município de Maracanaú: Aldeia Horto/ Aldeia Olho d'água/ Aldeia Santo Antônio dos Pitaguary/ Município de Pacatuba: Comunidade Indígena de Monguba Área total: 1.727,8686 hectares.</p>	<p>1980 para a regularização de suas terras. Em 1993 iniciou-se o processo de regularização de suas terras. Atualmente, os índios aguardam a retirada de posseiros e a homologação da TI em Maracanaú e Pacatuba. A recente decisão judicial do Tribunal Regional Federal confirmou a exclusão de 336 ha da área total. Após o processo, a TI Pitaguary ficou com 1.100 ha de área, que já se mostra insuficiente para a reprodução social e cultural do povo. Ainda cabe recurso aos Pitaguary.</p>	<p>madeira e minerais. Questões fundiárias: invasão de posseiros. Alteração do ciclo reprodutivo da fauna. Poluição sonora e de recursos hídricos. Doenças respiratórias. Violência: ameaça e coerção aos indígenas.</p>
<p>Potyguara Município de Crateús: Aldeia do Mambira Área: Não evidenciado.</p>	<p>Como eram assentamentos rurais, houve necessidade de transferência do INCRA para a FUNAI. Os índios Potyguara (aldeia do Mambira) retomaram a posse, entretanto eles aguardam a regularização de suas terras.</p>	<p>Os índios Potyguara da Aldeia de Lagoinha sofrem ameaças de posseiros.</p>
<p>Potyguara Municípios de Monsenhor Tabosa, Tamboril e Boa Viagem: TI Serra das Matas Área: Não evidenciado.</p>	<p>O processo demarcatório das terras iniciou em 2003. Os índios Potyguara (TI Serra das Matas) aguardam a publicação de regularização da TI no DOU.</p>	
<p>Potyguara Município de Novo Oriente: Aldeia de Lagoinha Área: Não evidenciado.</p>	<p>Os índios Potyguara (aldeia de Lagoinha) estão aguardando a FUNAI realizar a demarcação das terras.</p>	
<p>Potyguara Município de Fortaleza: Povo Potyguara da Paupina, em Messejana Área: Não evidenciado.</p>	<p>Os índios Potyguara (bairro Paupina) reivindicam a regularização de suas terras desde 2005. Eles aguardam um despacho do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) a respeito de ação de reintegração de posse.</p>	
<p>Tabajara Município de Poranga: Aldeia Imburana/ Aldeia Cajueiro/ Área Indígena Jardim das Oliveiras Área: Não evidenciado</p>	<p>O processo de demarcação da Aldeia de Imburana iniciou em 2003, e em 2005 houve a retomada. O processo da Aldeia de Cajueiro em 2007. Eles aguardam o processo de demarcação das terras.</p>	
<p>Tabajara Município de Crateús: Aldeia do Nazário Área: Não evidenciado.</p>	<p>Como eram assentamentos rurais, houve necessidade de transferência do INCRA para a FUNAI. Os índios Tabajara (aldeia do Nazário) retomaram a posse, entretanto aguardam a regularização das terras.</p>	<p>Na Aldeia de Imburana existe conflito com posseiros.</p>
<p>Tabajara Municípios de Monsenhor Tabosa, Tamboril e Boa Viagem: TI Serra das Matas Área: Não evidenciado.</p>	<p>O processo de demarcação das terras iniciou em 2003. Os povos Tabajara (TI Serra das Matas) aguardam a publicação da regularização da TI no DOU.</p>	
<p>Tabajara Município de Ipueiras</p>	<p>Os índios Tabajara (município de Ipueiras) aguardam qualificação das terras pela FUNAI.</p>	

Área: Não evidenciado.		
Tabajara Município de Quiterianópolis: Aldeia do Fidélis/ Aldeia do Croatá Área: Não evidenciado.	Desde 2003 os índios Tabajara (aldeias do Fidélis e do Croatá) aguardam pela demarcação das terras.	
Tapeba Município de Caucaia Área: 5.294 hectares.	Os índios Tapeba reivindicavam a regularização de suas terras desde 1980. O processo de demarcação foi concluído em setembro deste ano.	Exploração de recursos naturais: madeira e minerais. Questões fundiárias: invasão de posseiros. Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território. Invasão e danos ambientais à TI. Violência: física, assassinato e coerção aos Tapeba.
Tapuya-Kariri Municípios de São Benedito e Carnaubal: Aldeia Carnaúba II Área: Não evidenciado.	Os índios Tapuya Kariri lutam pela demarcação de suas terras desde 2007. O Ministério Público Federal (MPF), demandado pelos índios, acionou judicialmente a FUNAI para a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar o Relatório Circunstanciado que delimite a TI dos Tapuya Kariri. Eles aguardam a formação do GT.	Não evidenciado
Tremembé Municípios de Acaraú e Itarema: Córrego João Pereira Área: 3.162,3901 hectares.	Processo de demarcação concluído	Não evidenciado
Tremembé Municípios de Acaraú, Itarema e Itapipoca: Tremembé de Queimadas Área: 767 hectares. Tremembé de Almofala/ Área: 4.900 hectares. Tremembé da Barra do Mundaú/ Área: 3.580 hectares. Tremembé de Aroeira/ Área: Não evidenciado. Tremembé de Santo Antônio Área: Não evidenciado. Tremembé de Camondongo Área: Não evidenciado	Os índios Tremembé de Almofala aguardam a conclusão de perícia antropológica. Os Tremembé de Queimadas estão aguardando a demarcação física e desintração e ainda há problemas com posseiros na área. Os Tremembé da Barra do Mundaú, com demarcação física das terras concluída, aguardam a desintração dos posseiros e parentes que não se identificam como índios. Os povos Tremembé das outras aldeias estão aguardando a demarcação física das terras.	Irregularidade na demarcação de território tradicional indígena. Questões fundiárias: invasão de posseiros. Atividades do agronegócio e turismo internacional gerando impactos socioambientais. Violência: ameaça aos Tremembé.
Tubiba-Tapuia Municípios de Monsenhor Tabosa, Tamboril e Boa Viagem: TI Serra das Matas	O processo de demarcação das terras iniciou em 2003. Os povos Tubiba-Tapuia aguardam a publicação de regularização da TI Serra das Matas no DOU.	Não evidenciado.

Área: Não evidenciado.		
Tupinambá Município de Crateús: periferia Área: Não evidenciado.	As terras foram doadas pela prefeitura de Crateús. Os índios Tupinambá aguardam a regularização fundiária	Não evidenciado

Fonte: LIMA; MARQUESAN (2017); com atualização de dados a partir de ADELCO (2019).

A não demarcação, bem como a demora do processo de regularização dos territórios indígenas implica em diversos prejuízos socioambientais para esses povos, desde perda de patrimônio material e imaterial, até a degradação dos recursos naturais, preconceitos e discriminação (ADELCO, 2019). Tais ações podem configurar-se em violações dos direitos dos povos indígenas relativos às suas vivências e práticas tradicionais (LIMA; MARQUESAN, 2017).

Vale ressaltar a relevância da demarcação das TI's para os povos indígenas, no sentido da garantia da reprodução de seus costumes e transmissão dessas tradições para as novas gerações. Dessa forma, compreende-se que um Plano de Gestão de construção ativa e participativa elaborado não para, mas com os povos indígenas, pode contribuir nesse sentido.

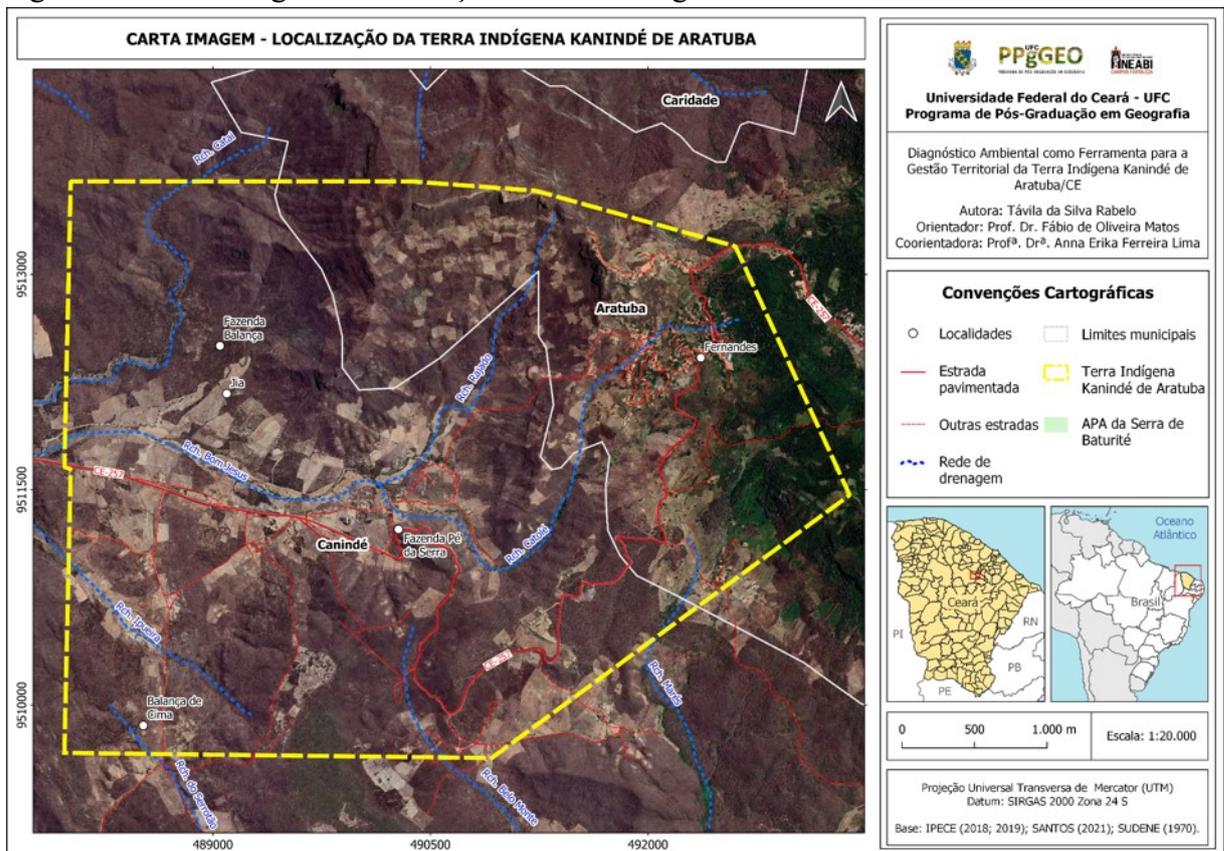
4 O POVO E A TERRA INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA-CE

O povo indígena Kanindé constitui uma das 14 etnias reconhecidas no estado do Ceará, e encontra-se organizado em três aldeias, são elas: Gameleira e Balança, localizadas no município de Canindé, no Sertão Central Cearense, e Fernandes, no município de Aratuba, na região do maciço do Baturité/CE, que está inserido na APA (Área de Proteção Ambiental) da Serra de Baturité.

A delimitação apresentada na Figura 5 corresponde apenas às aldeias Fernandes e Balança, totalizando a área de 1.793 ha, áreas reivindicadas para demarcação, como Terra Indígena, segundo delimitação do processo de qualificação e reivindicação da TI Kanindé, realizado pela FUNAI (SANTOS, 2021).

Vale destacar que, embora a aldeia Balança esteja geograficamente situada no município de Canindé, é atendida pelos serviços do município de Aratuba, pela proximidade com a sede do referido município.

Figura 5 – Carta Imagem: Localização da Terra Indígena Kanindé de Aratuba



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A região do Maciço de Baturité é um dos mais importantes enclaves de mata úmida do Ceará, com resquício de mata atlântica, representando um ambiente de exceção do bioma da caatinga, constituindo ainda o principal centro dispersor de drenagem que converge para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) (NASCIMENTO *et al*, 2010; SOUZA, 2011 *in* BASTOS, 2011).

Historicamente, as serras úmidas do Ceará foram os últimos ambientes a serem ocupados pelos colonizadores por razões como dificuldade de acesso e conflito com os povos indígenas da região (BASTOS; AZEVEDO, 2011 *in* BASTOS, 2011), conforme complementa Nascimento et al (2010, p. 20):

O histórico de ocupação da Serra remonta ao Século XVII (1680) e tem relação direta com o processo de ocupação territorial portuguesa no Ceará. As particularidades deste processo derivam das demandas específicas de terras agricultáveis e de interesse de exploração de recursos naturais com potencialidades superiores àquelas encontradas no semiárido, que predomina no Ceará Estado como um todo.

As chamadas áreas de exceção do semiárido acabaram por tornar-se um importante refúgio para as populações indígenas por estarem fora da rota do gado, movimentação que deu origem a diversos municípios no sertão cearense (IBAMA/UECE, 2001 *apud* NASCIMENTO *et al*, 2010, p. 20).

A concessão de sesmarias precedeu a criação de diversas cidades cearenses, entre elas as que fazem parte do Maciço de Baturité, as quais abrangiam as terras entre os vales do rio Choró e da Serra de Baturité no início do século XVIII até 1746 (NASCIMENTO *et al*, 2010).

Naquela época, os cultivos de cana-de açúcar e de café foram responsáveis pela formação dos primeiros núcleos urbanos nesses ambientes. Muitas populações indígenas resistiram à ocupação até aproximadamente a segunda metade do século XVIII, quando se deslocaram, foram incorporados aos pastoreios e, posteriormente, reunidas em aldeamentos missionários, o que originou diversas cidades no Estado (NASCIMENTO *et al*, 2010).

Vestígios da trajetória histórica da nação Kanindé permitem acompanhar interações e contatos realizados no território da capitania do Siará no século XVIII. Interagindo com diferentes frentes de conquista. As datas de sesmarias e sua distribuição permitem-nos acompanhar o processo de invasão por dois caminhos, principalmente. Para a chegada na região de Canindé, através da serra de Baturité; e para a ocupação do sertão de Quixeramobim, pelos rios Jaguaribe e Banabuiú. Nesta confluência de frentes colonizadoras, os Kanindé se deslocaram, territorializaram e migraram até chegarem em Baturité, em 1764 (GOMES, 2012, p. 78).

Os primeiros trabalhos históricos sobre o Ceará já apresentavam o povo Kanindé como um dos grupos étnicos do sertão, habitando áreas próximas à bacia hidrográfica dos rios Choró, Quixeramobim e Banabuiú (GOMES, 2012).

A adoção do etnônimo Kanindé vincula-se ao chefe da tribo dos Janduí, naturais das capitâneas de Rio Grande e Ceará, que se dividiam-se em diversos grupos que levavam os nomes de seus chefes ou reis.

Canindé (...) era o principal dos chamados janduí, que haviam sido governados no tempo dos holandeses pelo 'Rei Janduí' e haviam realmente feito guerra contra os portugueses por longos anos. Em 1692, porém, Canindé acabaria por se render e firmar um acordo de paz, indo morrer com os seus em um aldeamento jesuíta, Guaraíras, futura vila de Arez. Esse janduí eram chamados, por vezes, de canindés (Puntoni, 2002, p.86 *apud* GOMES, 2012, p. 79).

Além desse, outros significados são atribuídos ao etnônimo Kanindé, como referência às araras Kanindé, aves muito barulhentas, característica ligada ao momentos de luta e resistência (SANTOS, 2021), como afirma Francisco Reginaldo da Silva Santos (Reginaldo Kanindé) em sua dissertação de mestrado.

Desde o início da ocupação dessas terras, o sertão de Canindé e a serra de Baturité mantiveram intensas relações, tendo em vista que a entrada para o sertão se dava através da exploração da serra de Baturité, onde moravam os colonos, os quais passaram a manter moradia nas duas regiões (GOMES, 2012).

A origem do povoado de Canindé está relacionada com a construção da primeira capela, ocorrida em 1755, período em que se registra o processo de evangelização no sertão, com a presença de padres em missões itinerantes, rezando missas, batizando, ministrando sacramento, entre outros ritos. A capela passou a ser alvo de romarias e procissões no início do século XIX, tendo sido concluída em 1796 e demolida em 1910, para a construção de uma nova e suntuosa igreja, inaugurada na seca de 1915 (GOMES, 2012).

O processo de migração do povo Kanindé é repassado através da tradição oral pelos mais velhos da aldeia, fazendo um panorama das rotas percorridas devido às grandes secas e à expulsão dos territórios pelos grandes fazendeiros e proprietários de gado. Essas rotas ainda fazem parte da ligação do povo Kanindé de Aratuba com o povo Kanindé de Canindé que pertencem à mesma família, porém situam-se em municípios diferentes. Os caminhos que ligam as aldeias são exatamente rotas de descida e subida para o sertão, sendo utilizadas também nos períodos de secas pelos animais a procura de água; assim como ocorreu com o povo indígena Kanindé, fazendo com que se situassem no município de Aratuba por volta de 1915 (SANTOS, 2021, p. 20).

De acordo com Gomes (2012), os povos Kanindé, Jenipapo e Paiacú são apresentados como parentes em relatos históricos, sendo parte do grande tronco dos Tarairiú.

São retratados, a partir do século XVII, batalhando no sertão, ora unidos, ora em lados contrários, tendo sido aldeados posteriormente em Monte-mor (hoje Baturité) e Pacajus.

Na trajetória do povo Kanindé estão presentes na memória e história da região, fatos como lutas camponesas, mobilizações étnicas e conflitos fundiários são registrados há várias gerações (GOMES, 2012). Fatos esses que se registram também na região conhecida como Sítio Fernandes desde 1874, que foi herdada pelos atuais moradores, através de escritura pública deixada pelas gerações mais velhas.

O documento citado trata-se de uma escritura de compra referenciada em 15 de abril de 1874, que ocorreu na localidade Mares, distrito de Coité, hoje município de Aratuba no estado do Ceará (SANTOS, 2021, p. 26).

O relato da compra da terra também está presente nos relatos obtidos de Elenilson Gomes dos Santos, professor da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos:

Meu bisavô, Joaquim Francisco, ele comprou essa Terra, ele mais 3 irmãos, eles compraram essa Terra em 1884, e uma coisa interessante é que eles adquiriram essa Terra trabalhando né, eles trabalhavam pro posseiro, arrendado, e no final da colheita eles propuseram comprar Terra, comprar os roçados, na verdade. É isso que a escritura e meu avô contava, [...] e o proprietário aceitou a troca em dinheiro pela parte da venda da colheita e também pelo restante da colheita. Foi um ano que eles ficaram sem nada, mas ficaram com uma Terra, o que corresponde aos Fernandes hoje, toda essa área dos Fernandes, do Rajado pra trás né, o restante da Terra foi retomada, é outra história (Entrevista com Elenilson Kanindé, em 12 de junho de 2022).

De acordo com Santos (2021), o registro da compra da terra pelos três irmãos: Joaquim Francisco dos Santos, Raymundo Francisco dos Santos e João Francisco dos Santos, ocorreu somente uma década depois, em março de 1884. Atualmente, o documento está guardado no Museu Indígena Kanindé, servindo como registro e referência da fixação da família Francisco no Sítio Fernandes.

O reconhecimento do povo Kanindé como indígena teve início apenas em 1995, com a participação de José Maria Pereira dos Santos, “cacique Sotero”, e seu irmão Cícero Pereira, na II Assembleia dos Povos Indígenas do Estado de Ceará (Figura 6), importante marco simbólico para o processo de identificação (SOUSA, 2015).

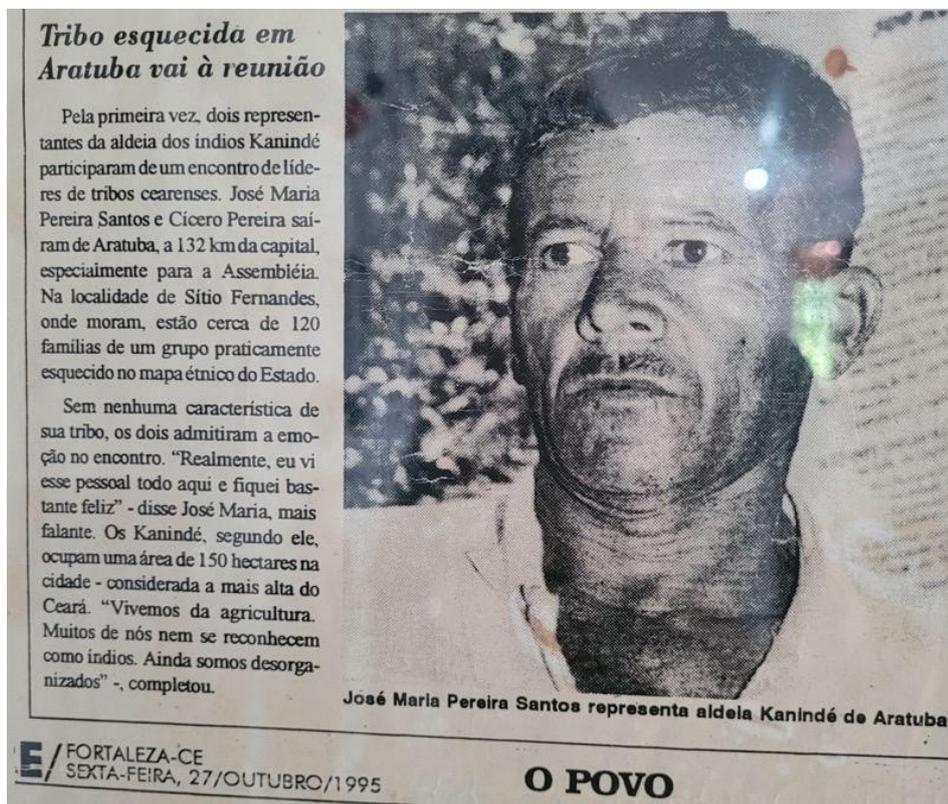
A autoafirmação tardia do povo Kanindé, assim como ocorreu com outros povos indígenas no Nordeste, está ligado a questões como preconceito e violência sofridas ao longo dos anos pelos povos tradicionais de modo geral. De acordo com Oliveira (2013), essas populações demonstravam receio em assumir sua condição de indígena devido aos estigmas e preconceitos, associados às pressões e agressões vindas principalmente da elite e autoridades locais. Fato que pode ser compreendido através de entrevista com o cacique Sotero:

[...] nós viemos assumir mesmo, com coragem de 1995 pra cá né, porque lá pra trás, nosso avós, nossos pais, tinham muito medo de a gente se declarar como índio né, porque diz que o branco matava o índio, [...] ele não mata hoje, mas a gente ainda vive muito sofrimento no meio do branco né. Você sabe que o branco que a gente chama é o homem que tem mais um poderzinho né, os fazendeiros né [...] a gente é discriminado em algumas coisas, mas é mais com o povo que não mora aqui dentro, na nossa área indígena. (Entrevista com Cacique Sotero, realizada em 13 de junho de 2022).

Esses aspectos, influenciam ainda hoje na auto afirmação como indígena ou sua negação, e na percepção sobre essa condição, não somente entre os não-índios, como podemos perceber na seguinte fala:

Dentro do território [...] tem não-índio, mas é não-índio da mesma família, só porque ele não quis, não teve coragem de se assumir e não quer, parece que não quer voltar a palavra, [...] nós ainda temos essas pessoas que é primo nosso que não se assume. Segundo tem um deles que diz que o índio é pra andar nu. Quem somos nós hoje para andar nu?, dentro de uma sociedade toda diferente de lá trás né, não temos condições não né. Eu acho que é porque ele ainda não entendeu ainda como é o índio de hoje, sobre a vestuária dele né. Eu, como cacique, me baseio muito numa vestuária dando aparência de índio, mas é na pena, é no cipó, é nos trabalhos que a gente aprendeu, que a gente ouviu os antepassados falar né [...] (Entrevista com Cacique Sotero, realizada em 13 de junho de 2022).

Figura 6 – Jornal O Povo, dia 27 de outubro de 1995: “Tribo esquecida em Aratuba vai em reunião”



Fonte: Acervo museu indígena Kanindé (2022).

O movimento de autoafirmação do povo Kanindé caminha paralelamente à emergência do movimento indígena ocorrido a partir da década de 1980, em que se observou uma maior busca por reconhecimento étnico e identitário, no sentido de garantir a continuidade de suas tradições por meio da defesa de seus territórios.

Após o processo de organização da comunidade, surgiram outros instrumentos identitários fortalecedores, como o Museu Kanindé (Figuras 7, 8 e 9), aberto para visitação em 1996, a Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio (E.D.E.F.M.) Manuel Francisco dos Santos (Figura 10), inaugurada em 1999 e a Associação Indígena Kanindé de Aratuba (AIKA) (Figura 11), criada em 1998 (SOUSA, 2015).

Figura 7 – Primeira Sede do Museu Indígena Kanindé



Fonte: SANTOS (2021).

A primeira sede do Museu Indígena Kanindé foi a própria casa de José Maria Pereira dos Santos (Figura 7), o cacique Sotero, onde passou a reunir diversas peças por iniciativa própria e com a contribuição da população local (GOMES, 2011; SANTOS, 2021).

Apenas em 1996 houve a abertura para visitação do acervo pessoal do cacique, mantido em segredo pela comunidade até esta data. Esse período coincide com o momento de

luta pelo reconhecimento étnico, sendo o Museu Indígena Kanindé uma importante ferramenta no processo de mobilização, resistência e organização social, o qual conta a história do povo Kanindé através da sua própria perspectiva, como afirma Santos (2021):

O museu se define, assim, como ponto de organização social, cultural e histórica, contando através de cada peça um pouco da história do povo Kanindé, seja uma panela ou um pote feito de argila, um cachimbo, uma foto de uma liderança, uma colmeia de abelha, uma casa de maria de barro ou qualquer outra peça (p. 37).

Figura 8 – Parte do acervo do Museu Kanindé



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

No ano de 2013, ocorreu a mudança para nova sede (Figura 9), local específico para o museu, equipada com duas salas onde são expostas as peças e alguns documentos históricos, um escritório para organização documental e um espaço aberto coberto, servindo para reuniões e outras finalidades.

A nova sede fica localizada atrás da Escola Indígena (Figura 10), configurando-se como uma extensão da mesma, aproximando ainda mais os jovens da história e cultura de seu povo, através dos objetos, animais e documentos ali expostos.

Inicialmente, quando de sua abertura em 1999, a Escola Indígena atendia somente o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), constituída por apenas duas salas, com posterior abertura

para o Ensino Fundamental I, suprimindo a necessidade por uma educação específica e diferenciada.

Figura 9 – Segunda sede do Museu Indígena Kanindé



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Figura 10 – Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Em 2005, ocorreu a construção do atual prédio da escola, após muitas lutas pelo reconhecimento da escola pelo Governo do do Estado do Ceará, contando com a formação de professores, organização curricular, credenciamento, entre outros aspectos. Atualmente, configura-se como escola indígena de referência no Ceará, contando com espaço físico adequado, professores formados em diversas áreas de conhecimento e com aproximadamente 207 alunos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio (SANTOS, 2021).

Figura 11 – Associação Indígena Kanindé de Aratuba - AIKA



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

A fundação da Associação Indígena Kanindé de Aratuba, em 1996 (SANTOS, 2021), objetivou a organização social e política do povo Kanindé, para que de forma coletiva, a comunidade contasse com sua representação em diversos setores, sendo nesse sentido, um elemento fundamental na luta pela garantia de seus direitos, com participação em diversos projetos e implantação de equipamentos, como a casa de farinha, centro de artesanato, granja, quintais produtivos e a sede da própria associação (SANTOS, 2021).

Com relação à situação da Terra Indígena, nos anos de 2003 e 2004 foram realizadas visitas preliminares pela FUNAI, mas apenas em 2011 iniciaram os primeiros procedimentos para demarcação territorial, sem conclusão até o momento de elaboração desta pesquisa. A questão da demarcação do território é um dos pontos de conflitos identificados na oralidade, principalmente das lideranças indígenas.

5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA-CE

Nesta etapa serão apresentados os mapas com a caracterização ambiental da TI relativos à geologia e relevo, solos e vegetação, clima e rede de drenagem, hipsometria e declividade, bem como apresentação e discussão dos dados colhidos durante os trabalhos de campo, referentes aos aspectos socioeconômicos, como quantitativo populacional, saúde, educação, conflitos, impactos ambientais, formas de manejo e potencialidades da terra indígena.

5.1. Caracterização Regional do entorno da área da Terra Indígena

A área da Terra Indígena Kanindé, compreende parte de dois municípios, Canindé, no Sertão Central, e Aratuba, no maciço de Baturité, reunindo características desses dois ambientes.

O Maciço de Baturité se destaca pela presença da APA da Serra de Baturité, uma unidade de conservação de caráter estadual, que protege os ecossistemas presentes na serra, a partir da cota altimétrica de 600 metros. A APA é considerada uma unidade de conservação de uso sustentável baseada no novo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) da Natureza, conforme estabelece a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

A criação da APA ocorreu através de Decreto Estadual nº 20.956, de 18 de setembro de 1990, alterado pelo decreto nº 27.290, de 15 de dezembro de 2003, abrangendo uma área de 32.690 hectares, delimitados a partir da cota de 600 (seiscentos) metros (CEARÁ, 1990). O município de Aratuba possui parte de seu território inserido na APA da Serra de Baturité, região que também se sobrepõe à Terra Indígena Kanindé. Destaca-se que a APA ainda não possui plano de manejo.

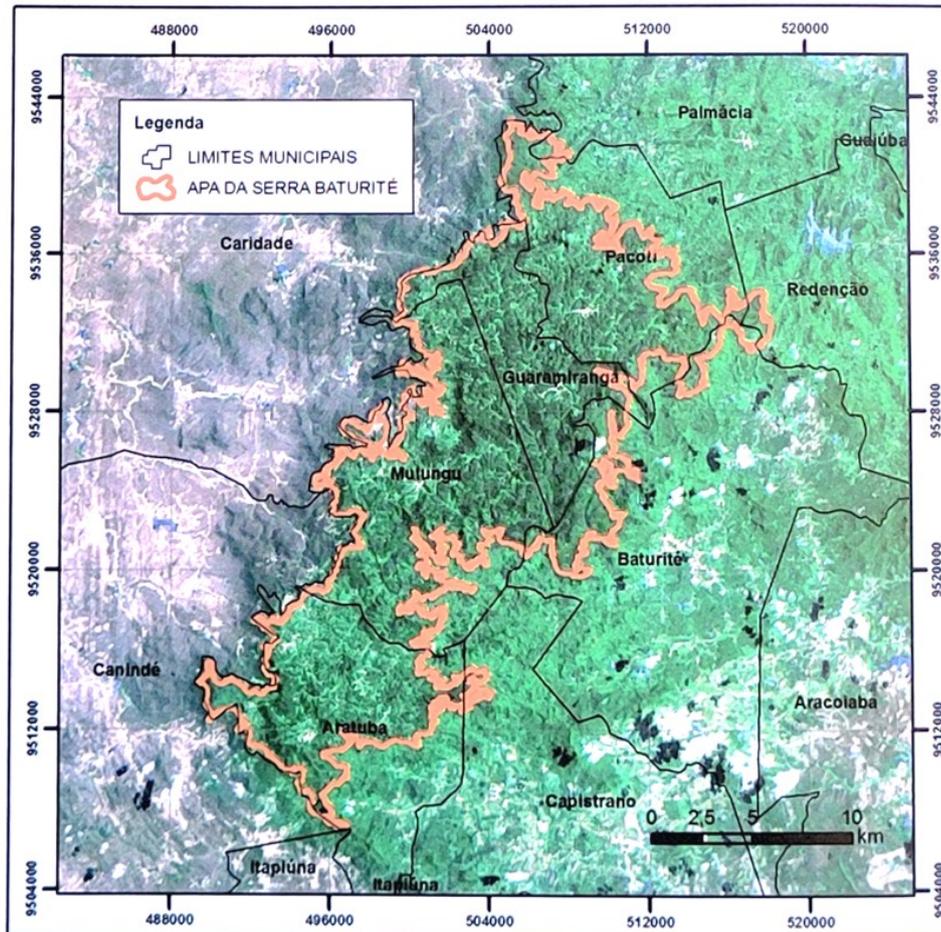
A Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité é formada por 10 municípios, assim representados por sua importância espacial dentro da APA: Guaramiranga (93%), Mulungu (79%), Aratuba (56%), Pacoti (56%) e Baturité (7%). Já outros municípios com menor representação especial são: Redenção (0,93%), Palmácia (0,76%), Capistrano (0,60%), Caridade (0,06%) e Canindé (0,02%).

A serra em questão, constitui um enclave úmido dentro do contexto regional do Domínio da Caatinga, onde predominam as condições de clima semiárido. Por constituir um ambiente de exceção, é formado por diferentes ecossistemas, feições ecológicas e

biodiversidade própria, que faz com que sejam tomadas medidas de proteção desse patrimônio natural único no estado do Ceará.

Na Figura 12, pode-se visualizar a delimitação da APA em relação aos municípios da Serra de Baturité, onde se observa que a maior parte do município de Aratuba, cerca de 56% está inserido nessa unidade de conservação.

Figura 12 – Mapa de localização da APA da Serra de Baturité



Fonte: Bastos (2011).

A carta imagem (Figura 5, p. 69) que remete à localização da Terra indígena Kanindé de Aratuba indica que o território é recoberto por Mata úmida, Mata seca e Caatinga, com maior preservação das matas no setor Noroeste, o qual corresponde à região conhecida como Jia, área destinada a reserva de flora e fauna local.

5.2 Geologia e Relevo

O contexto regional geológico do Maciço de Baturité é constituído basicamente por uma estrutura dominada por rochas do embasamento cristalino de origem Pré-Cambriana.

Junto a essa litologia estrutural desenvolvem-se algumas depressões alveolares e pequenas planícies fluviais representadas por aluviões mais recentes, precisamente do Quaternário.

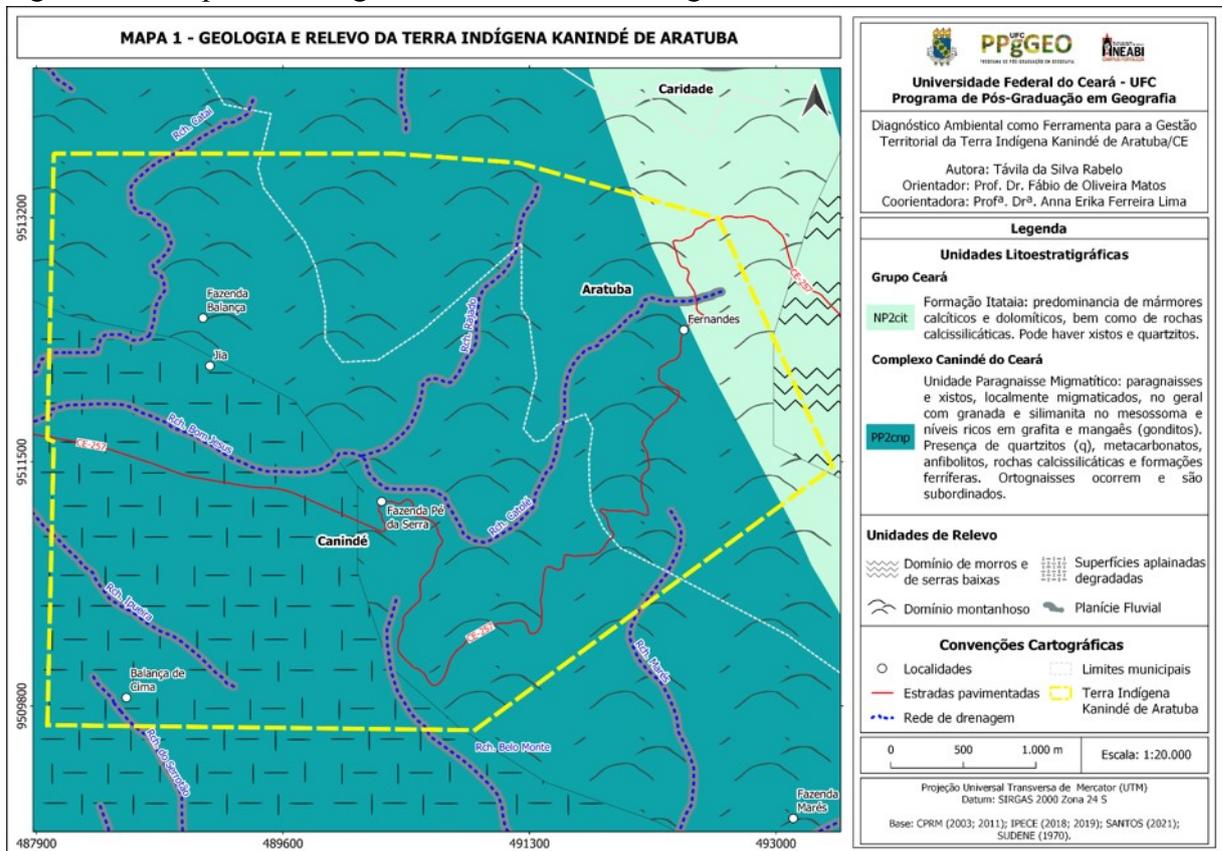
Brito Neves (1975) destaca que o Maciço de Baturité geologicamente está inserido na faixa de Dobramento Jaguaribeana, onde o relevo é marcado pelo efeito do tectonismo, o que provoca a presença de um relevo íngreme e acidentado.

As principais rochas identificadas no campo seção litológica do maciço são constituídas por granitos, gnaisses, migmatitos, pegmatitos, lepnitos e calcários. Onde se destaca uma maior ocorrência de migmatitos e gnaisses junto às vertentes, e um predomínio de granitos e quartzitos nos topos da Serra.

A interpretação do Mapa 1 (Figura 13) que representa a geologia e o relevo da Terra Indígena Kanindé de Aratuba, indica que predominam duas unidades litoestratigráficas: o Grupo Ceará e o Complexo Canindé.

O Grupo Ceará representa uma faixa de 1,04 km², ou seja, 5,80% do conjunto litológico, que corresponde à Formação Itataia, onde predominam mármores cálcicos e dolomíticos, além de rochas calcissilicáticas.

Figura 13 – Mapa 1: Geologia e Relevo da Terra Indígena Kanindé de Aratuba



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O Complexo Canindé do Ceará ocupa praticamente a totalidade do território indígena com um total de 16,9 km², ou seja, 94,20% da totalidade espacial do território. O Complexo Canindé do Ceará é representado por uma Unidade Paragnaisse Migmatítico, dividido em paragnaises e xistos. Também conta com a presença de quartzitos, metacarbonatos, anfibolitos, rochas calcissilicáticas e formações ferríferas.

Constata-se que o modelado do relevo que está presente exclusivamente no Grupo Ceará é o Domínio de Morros e Serras Baixas em uma reduzida superfície do setor sudeste da Terra Indígena. A maior parte dessa unidade corresponde ao Domínio Montanhoso, que apresenta declividades acentuadas, pois situa-se nas bordas do topo do maciço.

O Domínio Montanhoso se estende ao sul e setentrional (norte) da TI, até o contato com a unidade de relevo das Superfícies Aplainadas Degradada, que corresponde ao setor sudoeste da unidade de conservação.

Constata-se que o relevo predominantemente movimentado é recortado por dois sistemas hidrográficos, da sub-bacia do rio Canindé e do rio Castro. Onde se concentram os fundos de vale se desenvolvem planícies fluviais, que são ocupadas mais intensamente por uma agricultura de subsistência.

Souza (2011) *in* Bastos, (2011) ao tratar sobre o “Contexto ambiental do enclave úmido da Serra de Baturité – Ceará” explica que o território fruto de objeto dessa pesquisa está inserida na denominada Vertente Meridional (Encosta Sul) Sub-úmida, onde situa-se o município de Aratuba. Esse sistema ambiental da Vertente Meridional Sub-úmida se caracteriza, conforme o autor, por apresentar “uma superfície dissecada em morros, lombas e cristas intercalados por vales parcialmente pedimentados em rochas do embasamento cristalino com ocorrência de planícies alveolares com sedimentos alúvio-colúvies.

Compondo o relevo local, se percebe a presença de cristas, lombas alongadas, colinas, interflúvios tabulares estreitos e vales em V ou de fundo plano, acompanhados por planície alveolares (SOUZA, 2011 *in* BASTOS, 2011).

O Quadro 3 apresenta as características do sistema ambiental da Vertente Meridional (encosta sul) do Maciço de Baturité, correlacionando as características naturais com os problemas ambientais e seus riscos de ocupação, potencialidades, limitações e estratégias de uso.

Quadro 3 – Sistema ambiental: Vertente Meridional

Características Naturais Dominantes	Problemas Ambientais e Riscos de Ocupação	Capacidade de Suporte		Estratégias de Uso	
		Potencialidades	Limitações	Compatíveis	Proibidos
Superfície dissecada em morros, lombas e cristas intercaladas por vales parcialmente pedimentados em rochas do embasamento cristalino e ocorrência de planícies alveolares com sedimentos alúvio-coluviais. Índices pluviométricos entre 900-1200 mm, em nível altimétrico de 600-740 m. Rede Fluvial dendrítico-retangular com forte controle estrutural. Domínio de Argissolos eutróficos, Neossolos Litólicos, e Neossolos Flúvicos recobertos por mata seca, mata úmida degradada e uso agrícola.	<ul style="list-style-type: none"> ● Escassos remanescentes do recobrimento vegetal primário. ● Exploração agrícola em áreas incompatíveis com esse tipo de uso. ● Reativação de processos erosivos ativos em vertentes íngremes. ● Paisagem serrana descaracterizada. ● Matas ciliares degradadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Condições hidroclimáticas e edáficas. ● Patrimônio paisagístico. ● Reflorestamento com espécies nativas. ● Práticas de educação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Declividades de vertentes e topos de morros. ● Alta suscetibilidade à erosão. ● Neossolos Litólicos muito rasos. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Plantio em nível. ● Culturas anuais. ● Apicultura. ● Adubação orgânica. ● Ações de recomposição florística. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Queimadas indiscriminadas. ● Agrotóxicos sem controle. ● Desmatamentos desordenados.

Fonte: Bastos (2011).

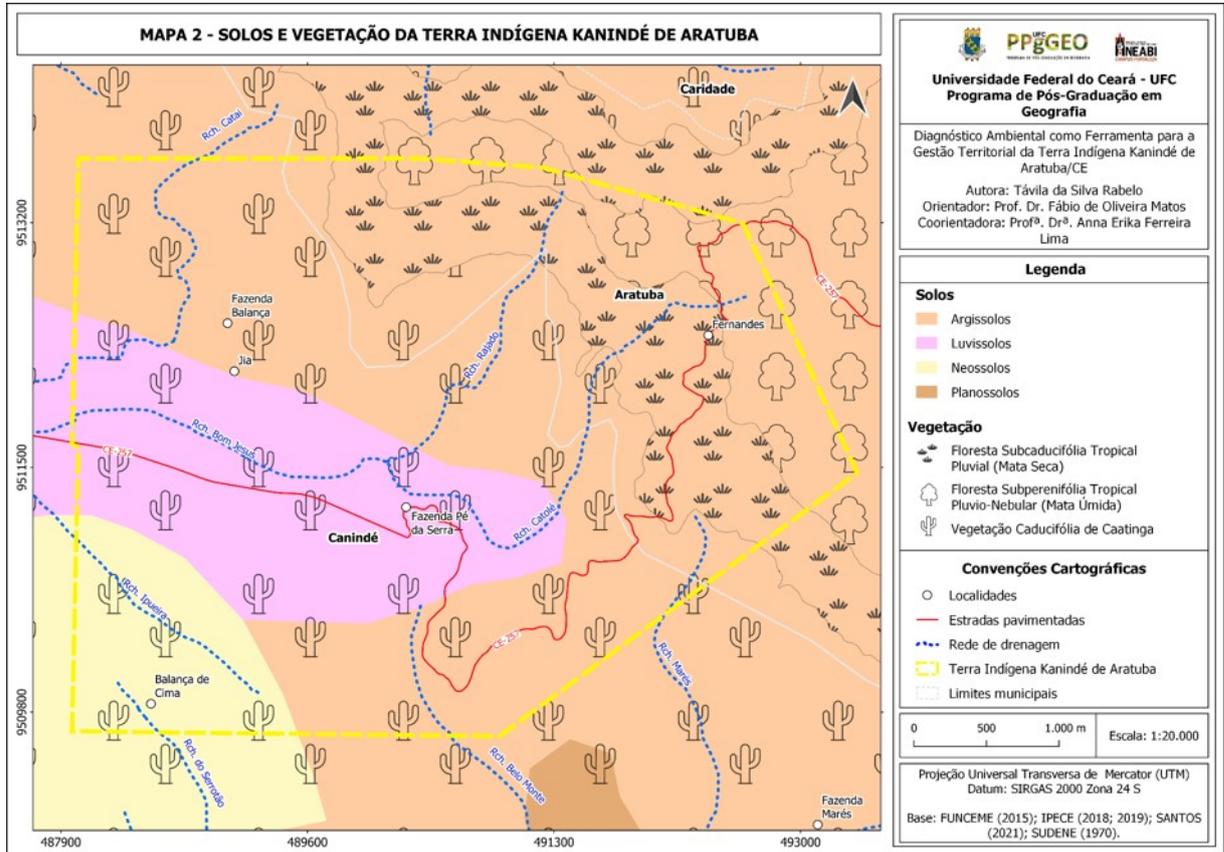
5.3 Solos e Vegetação

Com relação à tipologia dos solos presentes na Vertente Meridional Sub-úmida, os levantamentos realizados por Souza (1992, 1994, 2001), indicam a presença dominante de Argissolos Eutróficos, Neossolos Litólicos e Neossolos Flúvicos, como indica o mapa referente à Figura 14. Na concepção do autor os Argissolos Vermelho Amarelo Eutrófico estão presente na Vertente Meridional e constituem solos profundos, com textura média argilosa, moderadamente drenadas e apresentando uma fertilidade natural de média a alta.

Já os Neossolos Litólicos constituem solos rasos, de textura média, pedregosos e fertilidade natural de média a alta. Com relação aos Neossolos Flúvicos estes são profundos, mal a moderadamente drenados e fertilidade natural alta.

O Mapa 2 (Figura 14) representa as quatro unidades de solos presentes na Terra Indígena Kanindé de Aratuba, além de três unidades fitoecológicas (vegetação) a eles associadas.

Figura 14 – Mapa 2: Solos e vegetação da Terra Indígena Kanindé de Aratuba



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Com relação às unidades pedológicas (solos) se constata a presença de Argissolos, Luvisolos, Neossolos e Planossolos.

Os Argissolos apresentam uma maior representação espacial, com 12,08 km² ou seja 67,34% da superfície total da Terra Indígena, tendo como principais características, de acordo com Pereira et al (2011) in Bastos (2011), uma drenagem moderada a acentuada, variando entre profundos, muito profundos e até rasos, dependendo da posição do relevo. Apresentam textura média ou arenosa e estrutura granular nas camadas mais superficiais, com coloração mais escura. Já nas camadas interiores possui textura argilosa ou média, às vezes cascalhenta e estrutura em blocos subangulares, com coloração que varia entre vermelho amarelo e vermelho, estando assentado sobre uma camada espessa, mais profunda. São solos com maior risco de erosão em função da diferença de textura entre os horizontes (camadas) do solo aliada ao relevo fortemente ondulado e montanhoso da região.

Os Argissolos estão divididos em dois grupos: Argissolo Vermelho Amarelo Distrófico e Argissolo Vermelho Amarelo Eutrófico. O primeiro encontra-se preferencialmente nas regiões mais elevadas (700 a 1000m), ou seja, no platô úmido. Possuem boas condições físicas, como a profundidade, no entanto o relevo é um fator limitante para o uso agrícola, dificultando a mecanização, além de estar suscetível à erosão. Alia-se a esses fatores a baixa fertilidade natural (distrofismo), com fornecimento reduzido de nutrientes para as camadas médias do solo.

Já o segundo grupo de solo, os Argissolos Vermelho Amarelo Eutrófico, é mais frequente nas altitudes de 600 a 900 metros, principalmente na Vertente Oriental (Encosta Leste). Apresentam fertilidade natural média a alta e profundidade, sendo bons indicadores para o uso do solo, tendo também o relevo como fator limitante.

Os Luvisolos Crômicos ocupam o setor central da parte oeste do território, em uma área de 4,24 km², o que equivale a 23,63% da Terra Indígena. São solos que estão presentes principalmente nas baixas altitudes da Vertente Ocidental (Encosta Oeste), próxima à depressão sertaneja. São solos pouco profundos ou rasos, sua ocorrência está associada à presença de pedregosidade e rochosidade, justamente nos setores de transição, como a depressão sertaneja. Possuem uma fertilidade natural elevada, com forte presença de minerais, que atuam como fonte de nutrientes para as plantas. A presença de elevados conteúdos de argilas de movimentação alta favorece o aparecimento de fendilhamento em períodos secos, devido sua propriedade de expansão em épocas úmidas e contração em épocas secas. Dentre as limitações desse tipo de solo, destaca-se a deficiência de água nos períodos de estiagem, o que dificulta a agricultura, além disso apresenta pedregosidade e alta suscetibilidade à erosão, principalmente nas regiões de relevo mais fortemente ondulado.

Os Neossolos Flúvicos Eutróficos estão presentes em 1,62 km², ou seja, 9,03% da TI. Encontram-se principalmente nas áreas de menores altitudes, onde transitam pequenos cursos d'água, ou seja, onde o relevo é mais plano ou deprimido, as superfícies aplainadas, denominadas "baixas".

São solos pouco desenvolvidos, profundos e pouco profundos, formados por sedimentos transportados por cursos d'água, com adição de materiais de composição mineral e orgânica provenientes das encostas vizinhas. Possuem alta fertilidade natural, que associada a umidade favorável e o relevo oferecem boa capacidade produtiva. Essa unidade pedológica constitui uma pequena área espacial que se estende no setor sudoeste, região onde está situada a aldeia Balança. O Quadro 4 representa as principais características dos solos.

Quadro 4 – Classes de solos e suas características ambientais

Solos	Feições Paisagísticas	Uso e limitações naturais		Potencialidades e Indicadores Conservacionistas
		Uso atual	Fatores limitantes	
Argissolo Vermelho Amarelo distrófico	Platô úmido dissecado em colinas com encostas longas direcionadas à vertente oriental com fortes declividades (20% - 70%), recoberto por floresta perenifólia.	Cultivos de banana, café, fruticultura, hortaliças.	Fertilidade natural baixa, suscetibilidade à erosão, impedimento à mecanização.	Culturas permanentes, pastagens ou reflorestamento constituem os usos mais adequados, com ação de técnicas conservacionistas, considerando o relevo movimentado da serra.
Argissolo Vermelho Amarelo eutrófico	Níveis dissecados em colinas alongadas das vertentes oriental e ocidental, com declividade de (20 - 70%) predominante, e platô úmido revestidos por florestas subperenifólia e subcaducifólia e floresta/caatinga.	Cultivos de banana, café, culturas de subsistência.	Suscetibilidade à erosão, impedimento à mecanização.	Degradação avançada principalmente na vertente ocidental, causada pelo uso inadequado do solo que promove erosão hídrica laminar ligeira e forte ao longo das vertentes íngremes, trazendo a exposição de horizontes superficiais e presença de materiais retrabalhados nas baixas encostas.
Neossolos Litólicos eutróficos	Superfícies dissecadas em colinas, cristas e segmentos de encostas íngremes (45 - 75% de declividades), com erosão mais intensa das vertentes ocidental semi-árida e oriental, revestidas por floresta subcaducifólia, transições floresta/caatinga e caatinga hipoxerófila.	Fruticultura, Culturas de subsistência, coberturas vegetais naturais e secundárias.	Pequena profundidade, impedimento à mecanização, alta suscetibilidade à erosão.	Solos não apropriados para cultivos intensivos, devendo ser utilizados com reflorestamento ou suas áreas devendo ser indicadas para preservação da flora e fauna.
Neossolos Flúvicos	Superfícies planas com pequenos vales encaixados suspensos, compreendendo planícies alveolares (“baixas”) do platô úmido.	Cultura de hortaliças e cana-de-açúcar.	Risco de inundações periódicas, dificuldade de mecanização quando argilosos.	Embora em proporções pequenas, mas considerando a posição que ocupa na paisagem (“baixas”), a fertilidade de alta à baixa, a sujeição à erosão e a boa produtividade, são usados com diversas culturas, observadas suas condições físicas, particularmente textural que, quando argilosa, possuem restrição de drenagem.
Luvissolos Crômicos	Superfícies de relevo ondulado, acompanhando os vários segmentos meridionais e setentrionais, além da vertente	Culturas de subsistência, pecuária extensiva.	Deficiência de água, suscetibilidade à erosão.	Solos dotados de elevado potencial nutricional em razão da alta quantidade de nutrientes disponíveis às plantas e de minerais

	ocidental semiárida, recoberta por caatinga hiperxerófila.			primários intemperizáveis, ricos em bases trocáveis. Prestam-se favoravelmente para lavouras de sequeiro e pecuária, observando suas limitações e adoção de práticas conservacionistas.
--	--	--	--	---

Fonte: Bastos (2011)

Com relação à vegetação, as três unidades fitoecológicas indicadas no Mapa 2, são a Vegetação de Floresta Subperenifólia Tropical Pluvio-Nebular Úmida (Mata Úmida – Arboreto Climático Perenifólio Pluvial); a Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial (Mata Seca – Arboreto Climático Semicaducifólio Mesomórfico) e a Vegetação Caducifólia de Caatinga (Caatinga – Fruticeto Estacional Caducifólio Xeromórfico).

A Mata Úmida corresponde a uma área de 1,6 km², ou seja, 8,92% da superfície da Terra Indígena e constitui uma vegetação com condição de umidade variada. Sua condição climática é favorecida pela altitude e pela umidade a barlavento, isto é, pela barreira montanhosa onde os ventos são mais incidentes, ocasionando mais chuvas. Apresenta semelhanças com a mata atlântica e é composta fisionalmente por árvores com suas epífitas e lianas.

O conjunto da Mata Seca representa uma superfície de 2,68 km², ou 14,94% da vegetação do território. Possui um porte arbóreo/arbustivo com espécies que podem chegar a 15 metros de altura. Também possui vegetação herbácea, que se desenvolve somente e logo após a fase chuvosa.

Como última unidade vegetacional, se destaca a vegetação de Caatinga, que ocupa as superfícies mais baixas da Terra Indígena Kanindé de Aratuba. Representa uma área de 13,66 km² ou 76,14% da área total.

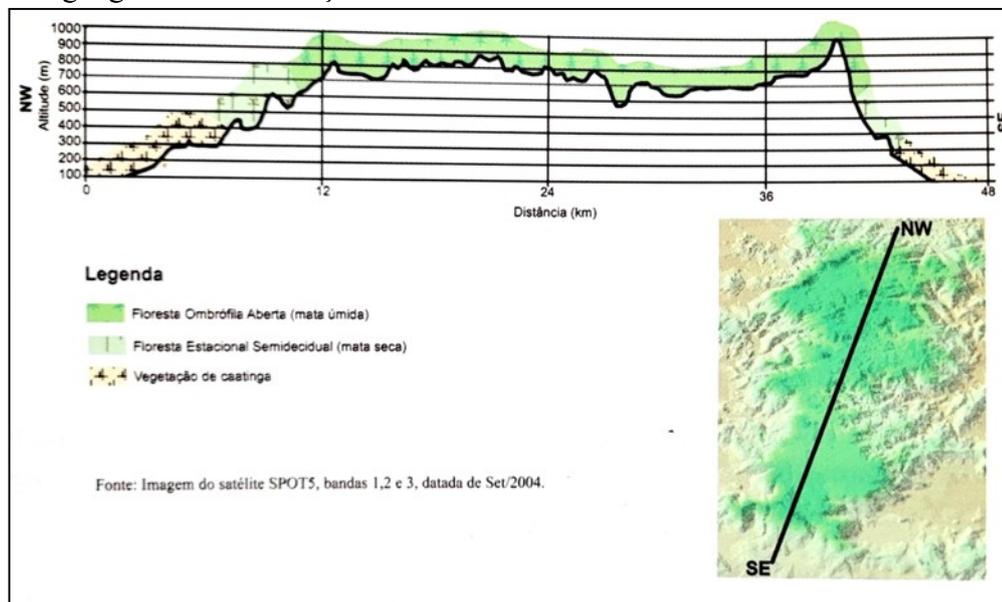
Autores como Ab'Saber (1982) e Andrade-Lima (1982) e Fernandes (1998), acrescentam que o conjunto vegetacional atual do Maciço de Baturité é fruto de antigas condições climáticas pretéritas ocorridas no decorrer do Pleistoceno, especificamente no Quaternário. A presença de condições de maior umidade e temperaturas mais reduzidas nas áreas de maior altitude favoreceu ao desenvolvimento de uma floresta úmida e ombrófila (pluvial), que atualmente ocupa o Platô do Maciço e suas encostas úmidas e expostas às influências das brisas marinhas.

A presença das ações diferenciadas nas distintas feições morfológicas da Serra de Baturité, segundo Fernandes (2006 e 2007), fizeram com que as variações e intensidades de temperatura, precipitação, radiação solar e umidade atmosférica, altitude e exposição

influenciassem diretamente na conformação das unidades vegetacionais. Conforme o autor, em seu Sistema de Classificação Tipológica (FERNANDES, 1998), estão configuradas três grandes unidades fitoecológicas: (i) Mata úmida – arboreto climático perenifólio pluvial, (ii) Mata seca – arboreto climático semicaducifólio mesomórfico e (iii) Caatinga – fruticeto estacional caducifólio xeromórfico.

A Figura 15 apresenta o perfil esquemático das unidades fitoecológicas presentes no Maciço de Baturité, no sentido NW-SE.

Figura 15 – Perfil topográfico representando a distribuição das unidades fitogeográficas no maciço de Baturité



Fonte: Bastos (2011).

Fernandes, Silva e Pereira (2011) *in* Holanda Bastos (2011) apresentam em “Fitogeografia do Maciço de Baturité: uma visão sistêmica e ecológica” a relação das principais espécies botânicas que compõem a Mata Úmida - Arboreto Climático Perenifólio Pluvial, Mata Seca - Arboreto Climático Caducifólio Mesomórfico e a Caatinga - Fruticeto Estacional Caducifólio Xeromórfico. Conforme os autores, a Mata úmida - Arboreto Climático Perenifólio Pluvial é constituída por uma vegetação que se desenvolve a partir de altitudes superiores a 700 m, ocupando as vertentes úmidas e o platô do Maciço de Baturité.

Entre as árvores e arbustos que constituem o conjunto florístico dessa unidade fitoecológica se destacam: *Agonandra brasiliensis* (marfim), *Astronium fraxinifolium* (gonçalo-alves), *Banara guianensis* (farinha seca), *Bauhinia forficata* (mororó), *Brosimum gaudiclaiddii* (inharé), *Bombax cearensis* (embiratanha), *Byrsonima sericea* (murici), *Campomanesia aromatica* (guabiraba), *Cedrela odorata* (cedro), *Copaifera langsdorffii* (pau

d'óleo), *Chlorophora tinctoria* (tatajuba), *Cordia trichotoma* (frei-jorge), *Cupania longifolia* (cajueiro bravo), *Dioclea virgata* (mucunã), *Erythroxylum mucronatum* (café bravo), *Gallesia gorasema* (pau d'alho), *Geonoma schottii* (coquinho), *Guapira opposita* (João-mole), *Inga fagifolia* (ingazeira), *Jacaratia dodecaphyla* (jaracatiá), *Lonchocarpus sericeus* (angelim), *Lantana camara* (camará), *Machaerium acutifolium* (coração-de-negro), *Pithecellobium trapezifolium* (canafistula), *Manilkara rufula* (massaranduba), *Miconia cecidophora* (lacre-branco), *Myrcia rostrata* (folha miúda), *Myroxylum pueriferum* (balsamo), *Ocotea sp* (louro), *Orbgnya phalerata* (babaçu), *Piper sp* (pimenta-de-macaco), *Platymiseum floribudum* (rabuge), *Podocarpus selowii* (pinheirinho), *Protium heptaphyllum* (almácega), *Psyshotria cartagenensis*, *Pterrygota brasiliensis* (piroá), *Rapanea acuminata* (mium-de-sangue), *Rheedia gardneriana* (bacupari), *Roupala cearensis* (maritaca), *Tabebuia serratifolia* (pau d'arco amarelo), *Tabebuia impetiginosa* (pau d'arco roxo), *Tapirira guianensis* (pau-pombo), *Thiloa glaucocarpa* (cipaúba), *Vismia guianenses* (lacre vermelho), *Xylopia sericea* (imbiriba), *Zollernia paraensis* (coração-de-negro) (FERNANDES, SILVA, PEREIRA, 2011 in BASTOS, 2011).

Na base dessa vegetação, em um ambiente úmido e ombrófilo desenvolve-se um estrato herbáceo perene constituído por espécies como *Borreria verticillata*, *Bauhinia glabra*, *Chamaecrista duckeana*, *Hydrocotyle umbelata*, *Langsdorfia hypogea*, *Vernonia scabra*, *Weledia scaberrima*, entre outras. Junto ao estrato arbóreo está presente espécies de bromeliáceas, piperáceas, pteridófitas e orquídeas.

Com relação à composição florística da Mata Seca - Arboreto Climático Caducifólio Mesomórfico, ela é constituída por *Albisia polycephala* (camunzê), *Anadenanthera macrocarpa* (angico vermelho), *Aspidosperma ulei* (piquiá), *Astronium fraxinifolium* (gonçalo-alves), *Auxema galzioviana* (pau branco louro), *Bauhinia aromatica* (mororó), *Brosimum gaudichaudii* (inharé), *Cecropia palmata* (torem), *Ceiba glaziovii* (barriguda), *Caesalpinia bracteosa*, *C. leiostachya* (pau-ferro), *Capparis cipropholo* (feijão-bravo), *Cereus jamacaru* (mandacaru), *Chlorophora tinctoria* (tatajuba), *Crateva tapia* (trapiá), *Croton blancheyianus* (marmeleiro preto), *Cordia trichotoma* (freijó), *Erythrina velutina* (mulungu), *Eugenia paraensis* (goiabinha), *Machaerium acutifolium* (coração-de-negro), *Mimosa caesalpiniiifoli* (sabiá), *Pilocarpus spicatus*, *Polygala albicans* (ameixa), *Sapium obovatum*, *Spondias mombim* (cajá), *Sebastiania macrocarpa*, *Tabebuia serratifolia* (pau d'arco amarelo), *Triplaris gardneriana* (pajéu) e *Talisia esculenta* (pitombeira), etc (FERNANDES, SILVA, PEREIRA, 2011 in BASTOS, 2011).

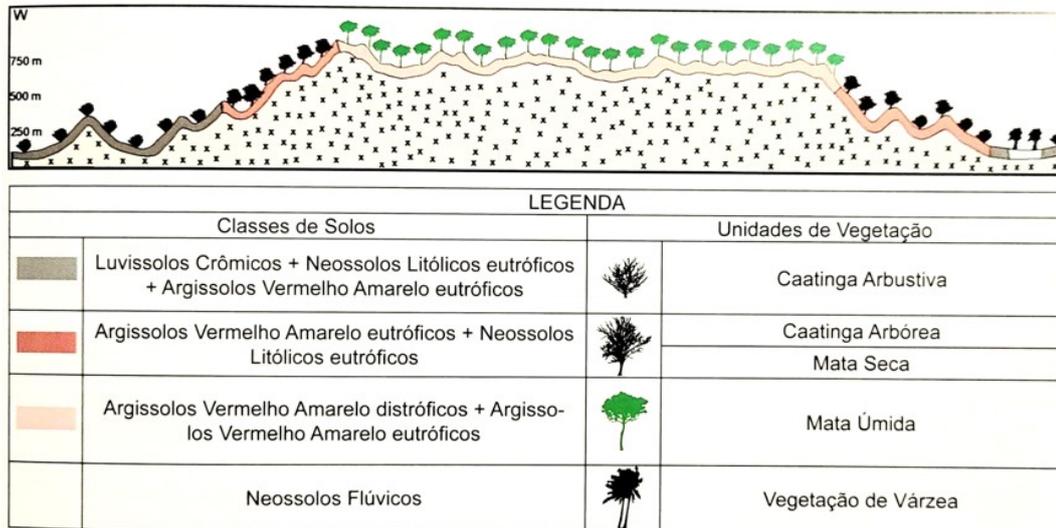
As Matas Secas apresentam um caráter sub-caducifólio predominante em suas espécies, e se desenvolve nas cotas altimétricas de 300 a 700 metros nas encostas/vertentes a sotavento e entre 500 a 600 nos setores mais úmidos a barlavento.

A Caatinga corresponde ao Fruticeto Estacional Caducifólio Xeromórfico, que apresenta uma fisionomia arbustiva. Estende-se pelas superfícies sopedaneas do maciço, subindo pelas encostas em altitudes de 500m nos setores a barlavento e até 700m nas encostas a sotavento.

O seu estrato arbustivo/subarbustivo apresenta em sua composição florística as principais espécies: *Acacia glomerosa* (espinheiro preto), *Aspidosperma pirifolium* (pereiro), *Calliandra depauperata*, *Caesalpinia spinosa*, *Capparis flexuosa* (feijão-bravo), *Croton sonderianus* (marmeleiro), *Cnidoculus urens* (cansação), *Dalbergia cearensis* (violeta), *Lantana camara* (camará), *Maytenus rigida*, *Pilosocereus squamosus* (cardeiro), *Senna trachypus* e *Solanum paniculatum* (jurubeba), com uma altura média de 2 a 5 metros (FERNANDES, SILVA, PEREIRA, 2011 *in* BASTOS, 2011).

A Figura 16 apresenta o perfil esquemático topográfico com as classes de solos e os tipos de vegetação associada a cada um deles.

Figura 16 – Corte de perfil esquemático representativo do relevo, solos e vegetação do maciço de Baturité.



Fonte: Bastos (2011)

5.4 Clima e rede de drenagem

Com relação ao contexto climático do Maciço de Baturité, constata-se que há uma elevada concentração de chuvas, quando comparado ao entorno regional, principalmente em

razão da ocorrência de chuvas orográficas provocadas pela penetração de brisas marinhas. As precipitações pluviais assumem um caráter sazonal que é comandada pela Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) como explicita Nimer (1989). Predominando a concentração de chuvas no período verão-outono e de estiagem durante o restante do ano.

Na Serra de Baturité, correspondente a APA, onde as altitudes são superiores a 600 metros, as médias térmicas variam de 19 a 22°C, com amplitudes térmicas em torno de 3°C.

Com relação às chuvas, o trimestre de março, abril e maio é o mais chuvoso, correspondendo a cerca de 70% do total de precipitação anual. Quanto ao período de menor precipitação, este é o setembro, outubro e novembro. Destaca-se que as precipitações pluviais ocorrem de forma intensa em grandes aguaceiros, o que promove e intensifica os processos erosivos nas áreas de maior declividade. Acusam-se totais pluviométricos anuais acima de 2.000 mm, nas áreas mais úmidas do Maciço.

De uma forma geral, o excedente hídrico nas áreas úmidas de Maciço de Baturité sempre é superior a 600 mm/ano. Nimer (1989) identifica que nas superfícies de Platô e Vertentes úmidas, o clima é classificado como do tipo mesotérmico (THORNTHWAITE; MATHER, 1955) e Aw (quente e úmido), de acordo com a classificação de Köppen, ou no subdomínio úmido e semi-úmido, com 3 a 5 meses secos.

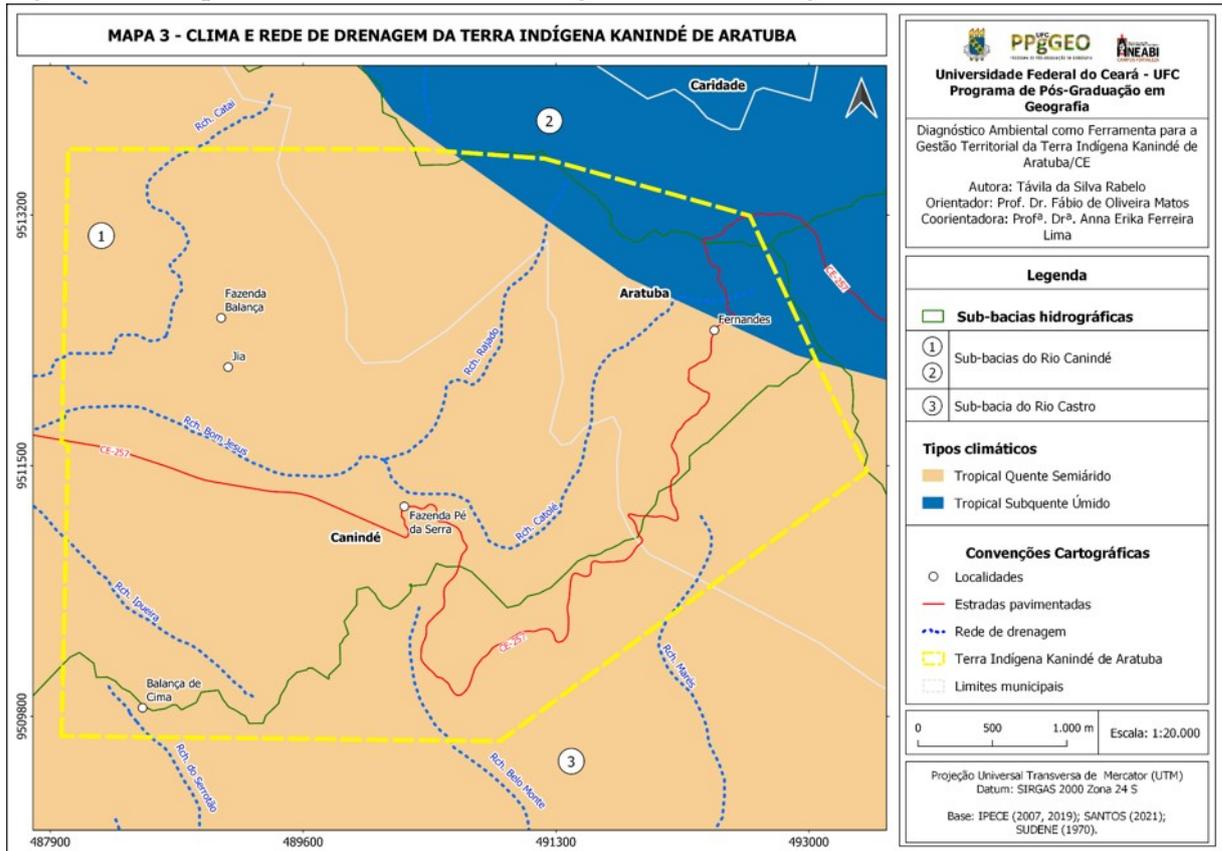
Nas áreas de menor altitude do maciço, predomina o clima semi-árido, com temperaturas médias mais elevadas que chegam a 32°C e precipitações bastante irregulares e escassas, principalmente nas áreas de sotavento do ambiente serrano.

Destaca-se que a nebulosidade permanece elevada durante a maior parte do ano, principalmente no período chuvoso. Tal fato promove a presença de índices de umidade atmosférica superiores a 80% de umidade relativa do ar. A umidade atmosférica que se mantém elevada em grande parte do ano favorece ao desenvolvimento de uma vegetação densa e perenifólia que atua diretamente na estabilidade ecodinâmica ambiental, favorecendo assim os processos de pedogênese.

O Mapa 3 (Figura 17) representa as condições climáticas e as sub-bacias fluviais presentes na Terra Indígena Kanindé de Araruba. Na parte altimétrica superior, junto à borda do Platô superior do Maciço, se estabelece o Clima Tropical Subquente Úmido, cujas condições prevaletentes são ocorrência de chuvas no período de janeiro a maio (estação chuvosa), e sua ausência durante o segundo semestre (estação seca), com índices pluviométricos de aproximadamente 1.700 mm anuais (IPECE, 2012).

Já na descida das encostas presentes na terra indígena está o Clima Tropical Semiárido, caracterizado pela escassez de chuvas, com distribuição irregular, elevados índices de evaporação e temperaturas médias também elevadas. A umidade relativa do ar é baixa, e as chuvas concentram-se a partir de um curto espaço de tempo, variando entre 250 mm e 750 mm por ano.

Figura 17 – Mapa 3: Clima e Rede de Drenagem da Terra Indígena Kanindé de Aratuba



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

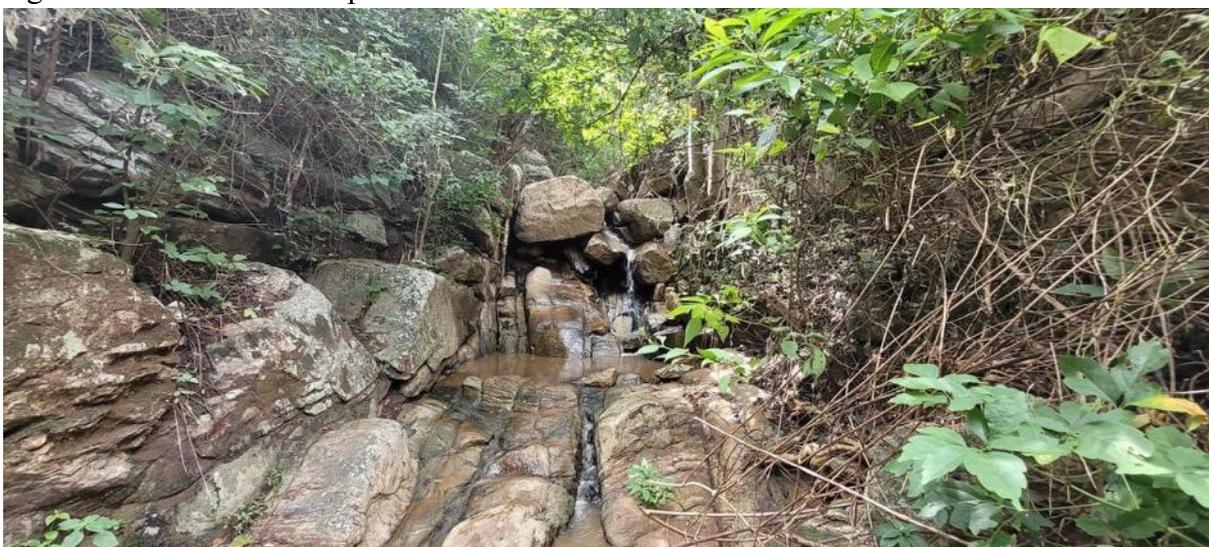
No clima úmido ocorrem as principais nascentes das sub-bacias dos rios Canindé e Castro, cuja drenagem é perene apenas durante o período chuvoso, tornando-se impermeável na época da estiagem.

O rio Canindé tem sua nascente na Serra do Machado, no município de Itaitira, beneficiando outros municípios, como Canindé, Caridade, Paramoti e Pentecoste, além de ser um importante canal da Bacia Hidrográfica do rio Curu (BRASILEIRO *et al*, 2016). Seu regime de água, como a grande parte dos rios nordestinos, é intermitente, cumprindo, no entanto, valiosa função para as comunidades locais durante a quadra chuvosa, possibilitando o desenvolvimento da agricultura de sequeiro na região (BRASILEIRO *et al*, 2016).

Em correspondência a um clima mais úmido e precipitações pluviais de maior contingência, o conjunto do relevo do Maciço de Baturité constitui um importante divisor de águas a partir do qual se orienta a formação das Bacias Hidrográficas do rio Pacoti no sentido E-NE, e do rio Curu, na direção W-NW. Se destacam ainda na serra, as nascentes do rio Aracoiaba que drena na Bacia Hidrográfica do rio Choró e o alto curso do riacho Bom Jardim, que deságua na Bacia Hidrográfica do rio Canindé.

Na Figura 18 se aponta uma parte do curso do riacho Catolé, que corta o território indígena, tem sua nascente na TI e faz parte da Sub-bacia Hidrográfica do rio Canindé.

Figura 18 – Riacho Catolé parte da Sub-bacia do rio Canindé



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

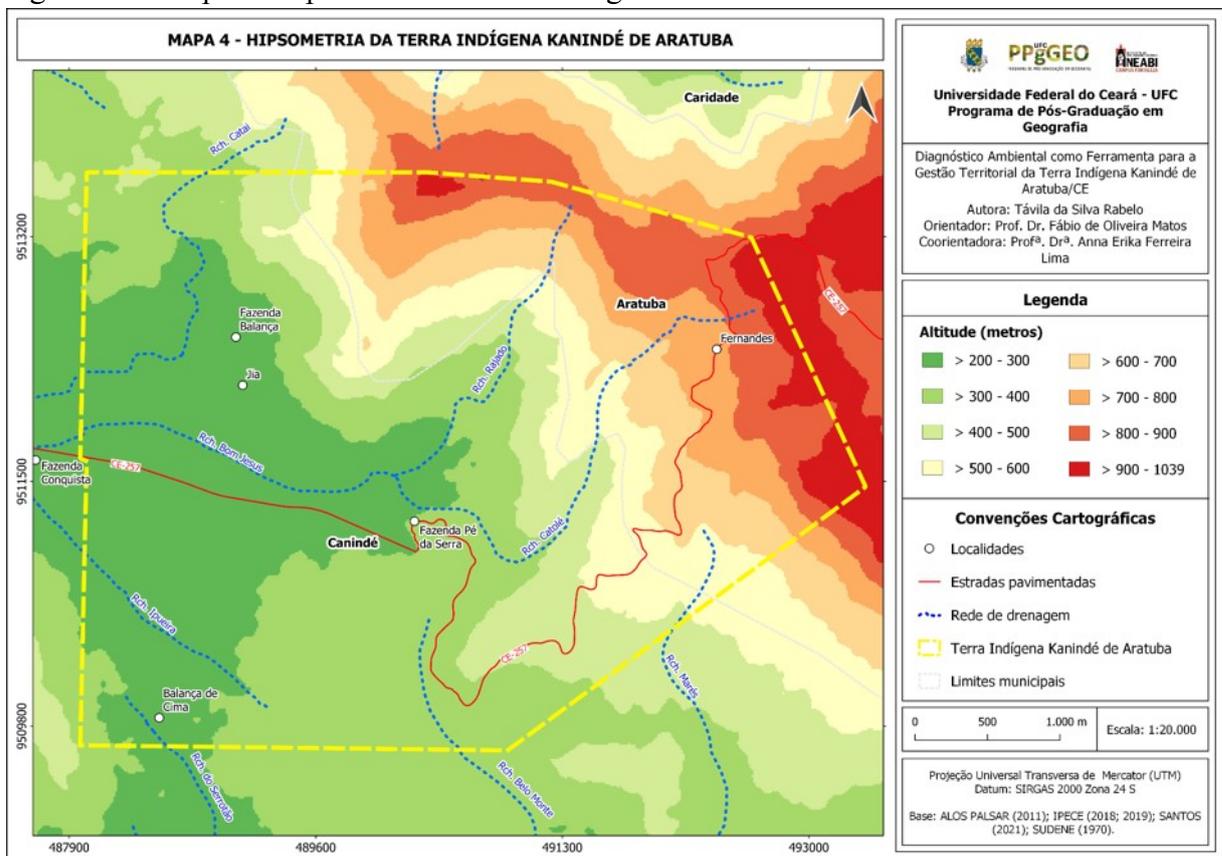
O sistema de drenagem fluvial no Maciço de Baturité apresenta-se com um padrão predominantemente dendrítico a subdendrítico, além de subparalelo e retangular, muitas vezes induzido pela tectônica local e regional. Constata-se que o potencial hídrico é majoritariamente superficial e condicionado aos períodos de maior concentração de chuvas, quando o regime de escoamento se torna perene. Na estação relacionada à estiagem a drenagem torna-se predominantemente intermitente.

Quanto ao potencial hídrico subterrâneo, é condicionado pelo Complexo Cristalino, cuja disposição hídrica é bastante reduzida, estando sua disponibilidade restrita a aquíferos fissurais. Conforme dados da Secretaria de Recursos Hídricos (1992), apresentam uma vazão média de 2,4 m³/h.

5.5 Hipsometria

A descrição do Mapa 4 (Figura 19), nos indica a presença de 8 classes de declividade, que variam de cotas altimétricas de 100 metros. As cotas mais reduzidas vão de 200 a 600 metros, enquanto as de maiores altitudes apresentam valores superiores a 600 metros até a cota de 1.039 metros, já no platô do Maciço de Baturité. As superfícies de maior altitude se situam no setor leste da Terra Indígena Kanindé de Aratuba, enquanto as cotas altimétricas menores se situam no trecho oeste, em direção ao sertão.

Figura 19 – Mapa 4: Hipsometria da Terra Indígena Kanindé de Aratuba



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

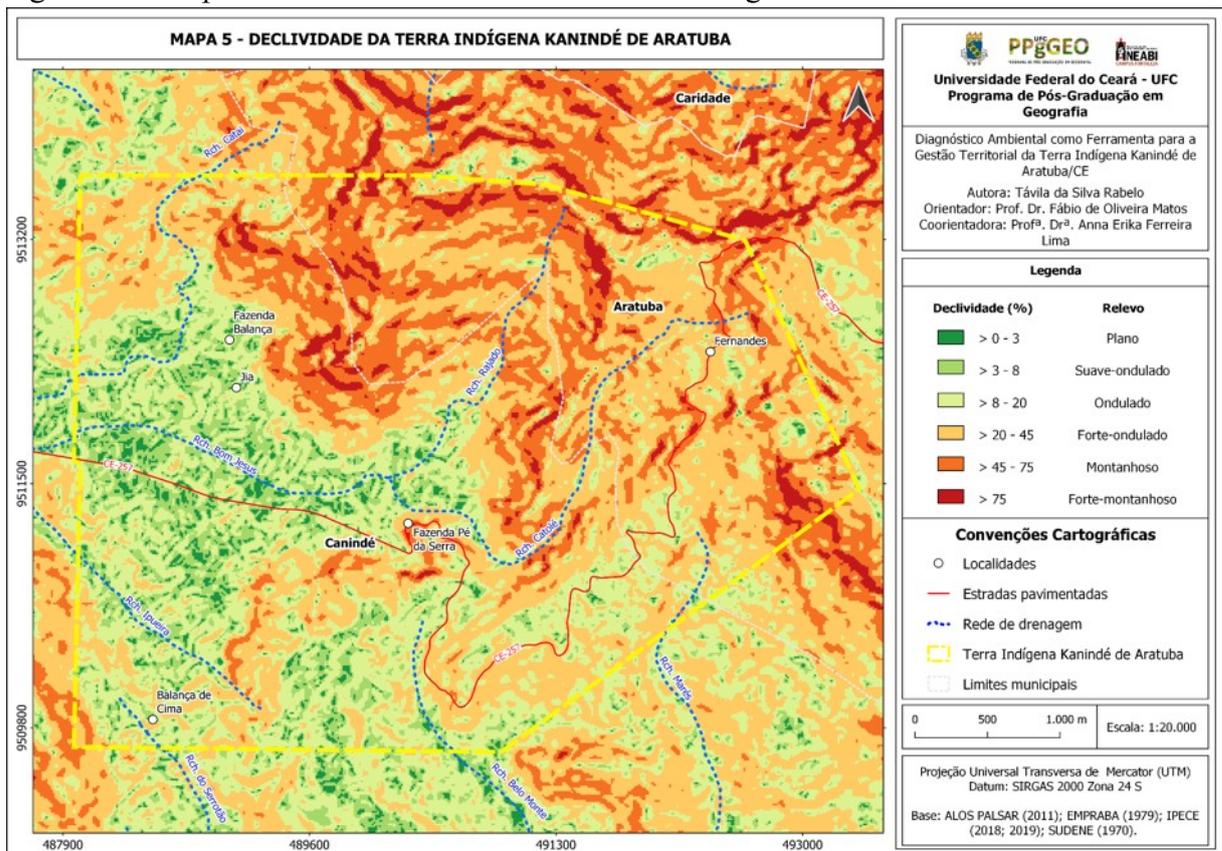
5.6 Declividade

O Mapa 5 (Figura 20) representa as classes de declividade, em porcentagem, dos terrenos correspondentes à Terra Indígena Kanindé de Aratuba. Observa-se que as áreas de maior declividade correspondem às superfícies situadas no setor norte da Terra Indígena, junto à borda do Platô, ou seja, o início das encostas. Nesses terrenos as declividades vão de

declividades maiores de 20% a até cerca de 75%, o que torna bastante limitante o processo de uso e ocupação da maioria dos terrenos dessas categorias de declividade.

Com a coloração de tonalidade esverdeadas se representam as áreas de menor declividade, que são mais propícias ao uso agrícola. Essas áreas situam-se no setor central e oeste da Terra Indígena Kanindé de Aratuba, corresponde às superfícies das planícies fluviais do riacho Bom Jesus e rio Catai.

Figura 20 – Mapa 5: Classes de Declividade da Terra Indígena Kanindé de Aratuba



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

5.7 Aspectos Socioeconômicos

Atualmente, a população do povo Kanindé está estimada em aproximadamente, 1.279 indígenas (aldeados e desaldeados), distribuídos nas três aldeias Fernandes, Balança e Gameleira, esta última com apenas aproximadamente 35 famílias, as quais são atendidas pelos serviços do município de Canindé. Cabe aqui salientar, que durante o período da pandemia, causada pela COVID-19, muitos indígenas desaldeados, ou seja, aqueles que trabalhavam e moravam fora da aldeia, voltaram para a comunidade devido ao fechamento de seus postos de

trabalhos, ligados principalmente à indústria e atividade doméstica, entre outros, conforme informações obtidas durante as entrevistas.

Nesse sentido, vale destacar também alguns aspectos desse período que tiveram impacto na vida social dentro e fora da aldeia. De acordo com entrevista realizada em formato remoto, com Antônia Kanindé, foi possível identificar algumas particularidades desse momento sob o prisma de uma moradora da comunidade indígena.

Um dos primeiros pontos a se considerar, com relação ao isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, foi a alteração na dinâmica social da aldeia. O natural para os moradores é a constante movimentação, circulação entre as famílias, entre as pessoas mais velhas, partilhando dessa convivência, em que tudo é compartilhado, costume que teve que ser modificado devido ao isolamento.

A saúde mental dos jovens também sofreu prejuízos, muitos se sentiram psicologicamente abalados ao não poderem circular livremente na comunidade, encontrar seus amigos e praticar atividades rotineiras com seus colegas. Os mais velhos também se sentiram abalados, em função da ausência de seus familiares e pessoas próximas, com as quais costumavam manter contato frequente. Tal condição, ainda que tenham sido retomadas as atividades, visando o que costumava ser o normal, traz algumas questões, como dificuldade de relacionamento interpessoal, entre outras coisas, reflexo das barreiras impostas pela distância.

Com relação aos casos positivados para COVID-19, onde surgiram casos de contaminação, pode-se dizer que praticamente todo o núcleo familiar foi contaminado, visto que foi mantida pelo menos essa circulação dentro do núcleo familiar, no entanto foram tomadas medidas para que a transmissão do vírus ficasse contida a esse núcleo específico. Foi fundamental a forte atuação da equipe de saúde nas orientações e atendimentos.

Como citado anteriormente, muitos indígenas estavam morando fora da aldeia, seja por questões de trabalho ou de estudo. Os povos indígenas foram um dos grupos priorizados durante a etapa de vacinação da população contra a Covid-19, no entanto esse contingente desaldeado, de forma geral, não teve acesso às doses prioritárias, e tiveram que aguardar a vacinação de acordo com o plano de vacinação do município onde estava situado. Situação diferente para quem residia na aldeia. Nesse caso, além da população indígena também foram vacinados aqueles que não se declaram indígenas, pois residem na TI e estão integrados na comunidade por meio de relações familiares.

Sobre a renda familiar, esta não teve tanto impacto negativo durante a pandemia, para aqueles que residem na comunidade. Existem três polos econômicos (empregatícios) principais: a educação, a saúde e a agricultura.

Os profissionais da educação mantiveram as atividades de forma remota e não tiveram suspensão da renda. Paralelamente a isso, houve um aumento do número de profissionais de saúde para atender a demanda da comunidade durante esse período.

Quanto à agricultura, a dinâmica de deslocamento até os roçados (plantações) não foi fortemente afetada, tendo em vista que é praticada pelos núcleos familiares. No entanto, a venda do excedente da produção teve que ser adaptada já que a feira municipal de Aratuba, principal mercado comercial, foi suspensa e o escoamento da produção se deu através de contatos com mercados de negociantes e com outros agricultores, que produzem outros tipos de cultivos. Grande parte dos moradores da aldeia conseguiram manter sua base alimentar habitual, como arroz, feijão, milho, hortaliças, frutas e caça, fruto da agricultura familiar e da caça de pequenos animais.

Em contrapartida, ocorreu o retorno das pessoas que estavam no núcleo urbano, devido ao fechamento de postos de trabalho em diversos setores, sobretudo na indústria, campo que mais emprega os indígenas homens da aldeia. Assim como as mulheres, que trabalhavam em atividades domésticas, bem como em outros setores, tiveram que retornar para a aldeia, vindas principalmente da capital, Fortaleza.

Identificou-se também durante as entrevistas que a situação fundiária do território permanece a mesma desde 2011, quando tiveram início os primeiros procedimentos para demarcação. Trata-se de uma terra reivindicada, reconhecida pela FUNAI e pelo Ministério da Saúde, porém o processo de demarcação encontra-se parado, mesmo após a tentativa de criação de um Grupo de Trabalho que pudesse dar continuidade aos procedimentos.

5.7.1 Saúde, Educação e Lazer

De acordo com as informações levantadas em campo, os indígenas consideram que são bem assistidos com relação à saúde. A aldeia conta com um polo base, com uma equipe multidisciplinar de saúde indígena equipada com médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, cirurgião dentista, agentes de saúde, agentes sanitários de saúde indígena, entre outros profissionais. Possuem acesso aos medicamentos básicos do Programa Saúde da Família, no entanto de forma deficitária.

Consideram o Programa Saúde da Família (PSF) um importante ganho para a comunidade, sobretudo no que se refere ao diagnóstico precoce de algumas doenças, em especial o câncer, principalmente de mama, próstata e ovário, os quais acometiam pessoas jovens, que em alguns casos não conseguiam finalizar, ou mesmo iniciar o devido tratamento.

Como forma de suprir alguns desses medicamentos, a comunidade conta com o horto, que é gerenciado por remedeiros¹ e por enfermeiros do polo base de saúde. A partir das plantas medicinais produzidas ali, são feitos chás, xaropes, garrafadas, meladores, entre outros produtos que fazem parte da medicina tradicional, confeccionados pelos próprios moradores, além das chamadas rezadeiras².

Contam também com um veículo para transporte emergencial de pacientes, geralmente destinados aos municípios de Aratuba, Aracoiaba e Fortaleza, e com a equipe de saúde municipal, que atua durante dois dias atendendo os moradores não indígenas.

Sobre a educação na comunidade indígena Kanindé, antes de apresentar como ocorrem seus processos, é interessante compreendermos como os indígenas consideram e sentem a educação.

[...] a gente pensa a escola de maneira diferente, [...] a gente costuma dizer que a escola para o povo Kanindé é toda a aldeia. Então a sala de aula é aqui (fazendo referência à casa de seu pai, Cícero, local onde foi realizada a entrevista), a sala de aula é lá dentro do riacho, a sala de aula é no Rajado, [...] e não existe algo acabado para descrever o que é território para o povo Kanindé, porque isso se transforma, se modifica a todo momento, e são sensações que aparecem, que são significados e ressignificados pelo pajé, pelo cacique pelos troncos velho, pelos mestres da memória a todo momento, um processo volante, até porque a cultura é volante (Entrevista com Elenilson Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

Na comunidade há duas escolas: i) a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Rural dos Fernandes, a qual oferece Creche, Educação Especial, Ensino Fundamental - anos iniciais, Ensino Fundamental - anos finais e Pré-escola; e ii) a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, de administração estadual, que oferece Creche, Pré-escola, Educação Especial, Ensino Fundamental - anos iniciais, Ensino Fundamental - anos finais e Ensino Médio. É uma escola referência para o estado do Ceará, a qual consegue encaminhar, de acordo com Elenilson Kanindé, diretor da escola, aproximadamente 50% dos alunos do terceiro ano do Ensino Médio ao ensino superior, todos os anos, em diversos cursos e em diversas universidades do Estado e fora do Estado. “Foi uma escola pensada né, foi uma

¹ Pessoa que possui os conhecimentos da medicina tradicional e fabrica remédios à base de ervas;

² Também conhecidas como benzedeadas ou curandeiras tem como atividade a reza, na qual são realizadas as preces junto a gestos e o uso de algumas plantas ou ervas, num ritual que visa proporcionar a cura e o bem-estar da pessoa doente (DINIZ, E. E. C. S.; DINIZ, E. C. S., 2018).

escola planejada e hoje a gente pode afirmar que é a escola desejada pelo povo Kanindé” (Entrevista com Elenilson Kanindé, 2022). O equipamento também atende um percentual de aproximadamente 3 a 4% de alunos não indígenas, que estão matriculados principalmente no Ensino Médio, já que é a unidade escolar mais próxima de algumas comunidades vizinhas.

As atividades de lazer praticadas pelos moradores da comunidade estão ligadas principalmente aos jogos indígenas, prática de futsal, às festividades religiosas e/ou tradicionais, como é o caso da Festa do Muncunzá (Figura 21), a qual teve sua edição mais recente realizada em 19 de junho de 2022, na Aldeia Fernandes. A festa contou com a presença massiva da comunidade, tanto na organização, como na participação das atividades do evento, bem como de pessoas convidadas, parceiros, estudantes, pesquisadores e grupos de indígenas de outras etnias, que prestigiaram o festejo, momento de intensa interação interna e externa.

Figura 21 – Festa do Muncunzá: mostrando a fala de abertura do evento



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

A comunidade também participa de outras atividades culturais e de entretenimento, como rodas de conversa e as festividades do município de Aratuba, estas sendo frequentadas principalmente pelos indígenas mais jovens.

5.7.2 Formas de organização e parcerias

Dentre as principais formas de organização interna da comunidade indígena tem-se a Associação Indígena, Kanindé de Aratuba (AIKA), a Escola Indígena com a Comissão de Assuntos Escolares, a Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE), a Comissão de Juventude Indígena do Estado do Ceará (COJICE). Também estão presentes na

Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE), na Organização dos Professores Indígenas do Ceará (OPRINCE), no Conselho Local de Saúde Indígena (CONLOSI), com representação no Conselho Distrital de Saúde Indígena do Estado do Ceará (DSEI-CE), e no Conselho Nacional de Saúde Indígena (CISI).

Também contam com apoio de parceiros externos, a exemplo de ONGs como o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), a Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido (ADELCO), a Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente (CEPEMA), além de parceiras com a Prefeitura Municipal de Aratuba através das Secretarias de Meio Ambiente e de Agricultura. Outros parceiros importantes são as universidades, com destaque para a Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), e de forma mais tímida, iniciando a construção de diálogos participativos e informativos, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

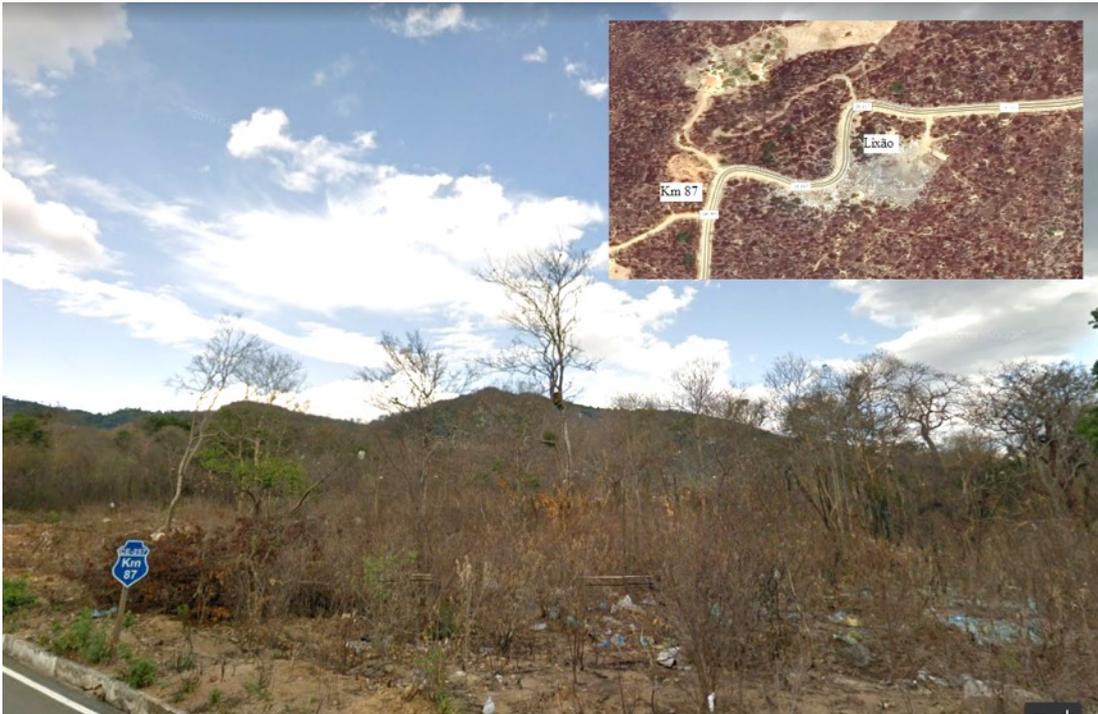
5.7.3 Impactos e Conflitos socioambientais

Dentre os impactos e conflitos mais presentes nas falas do povo Kanindé de Aratuba, em específico na oralidade de José Cícero Pereira dos Santos, presidente da AIKA, estão o lixão, a não demarcação do território e a ocupação da terra por posseiros.

Um dos conflitos, principalmente a terra não é demarcada né, é uma coisa que a gente tem os posseiros dentro do próprio território nosso. Outro conflito que incomoda muito a gente também é o lixão que mora dentro, que é um tipo de conflito também que incomoda a aldeia indígena. Fica aqui vizinho a aldeia Balança. E tem posseiros aqui dentro que não é indígena que também incomoda gente né porque onde a terra não é demarcada, quando a gente começa a bulir com a terra, principalmente no território da gente, uma terra livre né aí aparecem os conflitos né. [...] Através dos posseiros também ninguém pode controlar o desmatamento né, que também é uma incomodação pra gente o desmatamento né, nas próprias áreas (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

O lixão constituído é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Aratuba, fica localizado às margens da CE-257, no Km 87, no setor sudeste do território, e se apresenta como um problema crônico para as comunidades (ver figuras 22 e 23). Já houve, segundo Elenilson Kanindé, tentativas de implantação da central de resíduos sólidos do município de Aratuba, porém sem avanço significativo.

Figura 22 – Localização espacial do lixão



Fonte: Produzida pela própria autora a partir de imagens do Google Earth (2022).

Figura 23 – Acúmulo de lixo às margens da CE-257



Fonte: Produzida pela própria autora a partir de imagem do Google Earth (2022).

Além dos impactos ambientais provocados pelo acúmulo desses resíduos sem tratamento adequado, a queima do lixo vem provocando alta incidência de doenças respiratórias aos moradores da aldeia. Cacique Sotero também fala sobre o assunto:

[...] uma das coisas que maltrata muito o meio ambiente é o lixo, é aquilo que a gente não tem cuidado, o plástico ele maltrata muito, até mesmo os poucos bichinhos que ainda existe, que come aquele plástico, [...] depois vem a história que o plástico depois de se enterrar, se a gente plantar uma coisa ali, ele não dá que preste, ele não morre, o plástico fica vivo, se for possível até 100 anos. (Entrevista com Cacique Sotero, realizada em 13 de junho de 2022).

Outro problema indicado pelos moradores é o desmatamento, dentro e fora da aldeia, principalmente pelos posseiros, que derrubam a vegetação nos arredores da aldeia para plantação de bananeira e capim para o gado. Ao fundo da Figura 24, é possível identificar nas encostas em direção à Depressão Sertaneja, ou seja, no centro da parte inferior da imagem superfícies com plantações de capim e mais à esquerda, na parte mais alta do terreno, plantações de banana, coincidindo com áreas de uso e ocupação agrícola indicadas pelos entrevistados. Tais processos de uso e ocupação também são observados nas figuras 25 e 26.

Figura 24 – Plantação de banana e capim



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Figura 25: Plantação de banana nas áreas de encosta



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Figura 26 – Plantação de banana por posseiros



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Como pode-se observar, essas culturas estão sendo cultivadas nas porções íngremes e mais elevadas do território, o que pode ocasionar problemas como a fragilidade e erosão do solo.

A área de desmatamento estende-se até próximo ao lixão. Na fala de Cícero Kanindé, é possível identificar ainda outro problema relacionado aos posseiros: a retirada de pedras.

[...] a área do desmatamento fica principalmente na parte do lixão, que a gente tinha pra reserva, que nós tinha nosso pau d'arco, barriguda, nosso jatobá, essas coisas tudo que precisa para a medicina tradicional né. O pau branco que é uma madeira também que faz o acampamento e também até a tiração de pedras também que os próprios posseiros vão vendendo as pedras pras pessoas [...] então, tudo é coisa que incomoda a gente. Essa parte aí da preparação da terra, aquilo que a gente tem o cuidado com ela né, ela serve muito pra gente, nós tamo cuidando dela né, a gente sabe que tudo que a gente zelar, ela dá de retorno pra gente né e tudo que a gente fizer contra ela, ela vai trazer também de retorno pra gente ao contrário né, principalmente a água né. (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

O desmatamento (“broca”) e a queima da terra para o plantio dos “roçados”, principalmente para o cultivo de milho, feijão fava, era prática comum, a qual tem mudado com o tempo, na busca pela garantia da qualidade do solo e manutenção da biodiversidade.

[...] sobre o meio ambiente, sobre as desmatação, sobre as tiração de lenha, essas coisas né [...] tinha muito fogo quando a gente brocava uma capoeira, brocava um pedacinho de mata que tocava fogo. Às vezes a gente queimava, mas de um certo ano pra cá, a gente tá tendo um cuidado muito grande pra não acontecer isso, pra não ter muito fogo dentro da nossa área. Sobre os riachos, teve um época que eles eram bem sortidos, [...] aí veio algum tempo, primeiro os anos escassos né, e segundo os próprios índios mesmo que desmatavam as beiras de rios. Hoje já tem uma grande diferença [...] que os rios estão voltando a mesma floresta como nós via há uns anos, há uns tempos atrás, [...] hoje a gente tem mais cuidado com o meio ambiente né (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

O reflorestamento é uma das iniciativas adotadas pela população local na tentativa de reverter esse cenário, como destaca Cícero Kanindé.

[...] a preocupação nossa agora com ela é fazer com que [...] volte a florestar ela de novo, plantando as mudas, para nós voltar nossos olhos d'água que nós tinha antigamente, nossas fonte d'água, que nós tirava água de cacimba, essas coisas (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

5.7.4 Práticas agrícolas e cuidado com o território

Na aldeia são produzidas diversas culturas de subsistência, principalmente feijão, milho, fava e hortaliças, como se observa nas figuras 27, 28 e 29.

[...] aqui a gente planta, aqui tem vários plantios, fava, feijão, milho, planta mamona, verduras, bananeira, cajá, siriguela, a gente é rico de alimentação, a goiaba, acerola, tudo que a gente vem plantando pra ajudar na renda familiar da gente. Tanto cuida da terra como aproveita pra gente se alimentar né, pra gente não ir buscar, gastar dinheiro comprando algumas coisas né. A gente cuida muito da terra aqui nesse tipo de plantio, as famílias gostam muito de produzir (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

Figura 27 – Feijão recém colhido posto para secar ao sol



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Figura 28 – Plantação de milho



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Na Figura 29 é possível observar a plantação de hortaliças, principalmente o coentro na área do entorno do polo de saúde.

Figura 29 – Imagem aérea mostrando o cultivo de hortaliças



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Com relação às práticas adotadas visando o manejo sustentável do território, pode-se elencar como principais o reflorestamento, como aponta Elenilson Kanindé: “[...]continuar querendo reflorestar, todos os anos a gente consegue plantar 300, 500 mudas de plantas nativas, [...] jatobá, aroeira, pau branco, pau d’arco, juazeiro, maniçoba, barriguda, angico [...]” (2022).

Também praticam a redução das queimadas, retirada de madeira já seca para lenha (Figura 30) e trabalhos artesanais e apenas em quantidade necessária para essas atividades, além da observância dos períodos reprodutivos nos animais, no caso da caça, sendo extraído apenas o suficiente para a subsistência.

[...] na terra, um dos cuidados que a gente tá tendo é menos queimadas né, pra gente trabalhar a terra [...] a gente também [...] não arranca o toco, um cuidado que a gente tá tendo com a própria natureza né, pra terra não negar o pão a gente né, na parte da agricultura (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

Figura 30 – Retirada de madeira para lenha



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Esses cuidados estão presentes na fala de Antônia da Silva Santos, como mostrado a seguir:

[...] extrair somente o necessário para fazer aquela produção artesanal, no caso da madeira de modo mais específico, apenas madeiras que já estão secas, que já caíram, que já não estão mais vivas são utilizadas para a produção das técnicas artesanais, para as sementes é extraído somente o necessário, é sem que haja exploração, apenas para os processo de subsistência mesmo né da produção desse materiais. No que se refere, por exemplo, a caça, é respeitado os períodos de reprodução dos animais, os caçadores conhecem esses períodos e respeitam. Então assim, há um entendimento de cada um desses lugares, no sentido da caça, no sentido da agricultura, no sentido das técnicas artesanais, onde o povo Kanindé domina, conhece e busca manter e preservar, extraíndo somente aquilo necessário para a sua sobrevivência. E aí a gente também [...] muitas famílias ainda cozinham, a lenha, por exemplo, então a lenha é extraída a partir das roças que são feitas, e aí se entende também esse lugar de produzir também para própria subsistência, mas também as práticas de reflorestamento né, dentro da própria comunidade para manutenção também dessas áreas de preservação, então assim, é um pouco também da gestão desse território nesse aspecto, essas práticas que o povo Kanindé desenvolve (Entrevista com Antônia Kanindé, realizada em 22 de junho de 2022).

A caça, praticada com mais frequência por algumas famílias do povo Kanindé, reflete, entre outras coisas, uma tradição do povo e sua ligação com o território, utilizada principalmente como fonte de subsistência, tradição essa transmitida através das gerações. Francisco Reginaldo da Silva Santos, Reginaldo Kanindé, elaborou em sua dissertação de

mestrado um calendário (Figura 31) indicando os períodos de caça de cada animal e datas importantes de festejos e cultivos diversos.

Também listou os principais tipos de animais classificados como caça encontrados no território (Quadro 5), os quais podem ser conferidos no quadro elaborado.

Figura 31 – Calendário Anual do povo Kanindé de Aratuba



Fonte: SANTOS (2021).

Quadro 5 – Espécies de animais utilizadas como caça pelo povo Kanindé de Aratuba

Nome Local	Nome Científico	Classe Zoológica
Avoante	Zenaida auriculata	Ave
Camaleão	Iguana iguana	Réptil
Cassaco	Didelphis sp.	Mamífero
Gato-do-mato / Maracajá	Leopardus wiedii	Mamífero
Gavião	Geranoaetus melanoleucus	Ave
Girita	Conepatus semistriatus	Mamífero
Jacu	Penelope jacucaca	Ave
Juriti	Leptotila verreauxi	Ave
Mocó	Kerodon rupestris	Mamífero
Nambu pé roxo	Crypturellus tataupa	Ave
Onça	Puma concolor	Mamífero

Peba	<i>Euphractus sexcinctus</i>	Mamífero
Punaré	<i>Thrichomys apereoides</i>	Mamífero
Quandu	<i>Coendou baturitensis</i>	Mamífero
Sariema	Cariamidae	Ave
Siricoia	<i>Aramides saracura</i>	Ave
Tamanduá / Padre / Mambira	<i>Tamandua tetradactyla</i>	Mamífero
Tatu	<i>Dasypus novemcinctus</i>	Mamífero
Tejo/ Tiú	<i>Tupinambis merianae</i>	Réptil
Veado de Capoeira	<i>Mazama gouazoubira</i>	Mamífero

Fonte: Adaptado de Santos (2021).

5.7.5 Potencialidades

Dentre as potencialidades do território e do povo Kanindé destaca-se a própria educação. A escola como importante núcleo disseminador de conhecimentos científicos e também dos saberes tradicionais possui a maioria de seus professores indígenas, com pós-graduação concluída ou em andamento, sendo um fator relevante para a defesa do território em diversas instâncias.

A capacidade de organização também é um ponto forte, como destaca Elenilson Kanindé.

Historicamente, o povo Kanindé é um povo negociador, então a gente não toma uma decisão, a gente discute pra tomar a decisão. A gente planeja para implantar uma ação. Então, tudo aqui é extremamente pensado, extremamente calculado para depois tomar de fato a ação. A gente estuda a situação, deixa a comunidade conversar sobre a situação, depois que você percebe que isso já foi “fuxicado”, [...], aí você reúne e vamos discutir, e a partir daquilo todo mundo já sabe aquilo, não é surpresa pra mais ninguém, então a gente implanta as ações. Isso foi com escola, isso foi com museu, isso também foi com o polo de saúde. Então assim, no meio de uma crise a gente constrói um posto, depois de um ano e meio, reforma esse posto [...], no meio dessa crise a escola amplia, reforma. O povo Kanindé consegue se articular politicamente e consegue negociar essas ações (Entrevista com Elenilson Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

O museu e a escola também são considerados potencialidades pelo povo Kanindé. O turismo de base comunitário é algo ainda almejado pelo povo, assim como as trilhas ecológicas, trilhas para os roçados, Pedra do Gavião, riacho do Mapimbim, Pedra do Índio, esta última na comunidade Balança, e a construção de uma pousada, para receber visitantes e pesquisadores.

[...] nós tem o museu, nós tem a escola, tem a própria casa do Pajé, que é bom alguém vim visitar o Pajé, ouvir a conversa do Pajé, e andar na casa de algumas lideranças velhas, o Cacique, andar na casa do Cacique, conversar com ele, quem tiver interessado em conversar com ele, fazer alguma entrevista com ele e ver a história né. [...] a gente já tem, já vem trabalhando em cima do turismo comunitário, mas até agora ninguém se acertou ainda. Tem alguns visitantes vêm, mas ainda não tá do jeito que a gente quer, porque apenas estamos pensando como é que nós vamos receber o turismo comunitário. A preocupação nossa é receber o turismo e no mesmo instante onde é que vai colher o lixo, porque o turismo sempre tá vindo pras comunidades, pros lugares, até o lugar sagrados e vem e deixa o lixo, e quem vai botar fora, né? Já queremos tirar o lixo, ai fica o lixo dentro da própria comunidade. A preocupação da gente é isso, não abrir a porta para todo tipo de visitas né, porque [...] a gente tem muito medo da droga, tem muito medo porque quando abre as portas sempre alguns cantos que tá assim. [...] a gente já tá tentando controlar pra não acontecer isso, ocupar nossas crianças no trabalho, na escola né, porque se ficar desocupado aparecem as pessoas de fora [...] a gente já tem planejado o turismo comunitário, tem a hora de chegar e a hora de sair, não ficar ninguém na comunidade; vai chegar tal hora e tal hora tá desocupando o território, pra ficar só os índios dentro, [...] estamos pensando de um dia construir uma pousada, que esse é o sonho da gente, ter uma pousada perceber o nosso visitante, mas que eles venham e nem os Jenipapo, os Jenipapo lá em Aquiraz tem uma pousadinha lá, e eles recebem o pessoal, tem os guias, que saem com eles pra fazer as trilhas né, mas tem hora de sair. Tem alguns, as pessoas diferenciadas, que às vezes vão pessoas, um grupo da universidade, pessoas que estudam, que tem mais um cuidado, isso aí pode ficar, uma família né a pousada às vezes recebe pra voltar no outro dia né. E a gente ter uma pousada também que tenha condição de dar uma alimentação diferenciada né, uma alimentação que tenha água, tenha descanso, ter tudo aquilo que tenha em qualquer outra pousada, mas esses critérios [...] já foram feitos alguns treinamento, mas ainda tem esse entrave ainda (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

6. PERCEPÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO E SUA GESTÃO

De forma a responder as perguntas iniciais norteadoras do trabalho serão apresentadas a seguir as relações do povo indígena Kanindé de Aratuba com seu território, as formas como essas relações se apresentam e de que forma o Diagnóstico Ambiental pode contribuir para a gestão do território.

O povo Kanindé mantém uma relação ancestral com seu território, baseada nas tradições transmitidas ao longo das gerações. As suas ações, práticas e costumes são ditadas pelo território e não o contrário. Através da prática da agricultura, caça e criação de pequenos animais, entre outras atividades, baseadas no cuidado com a terra, retiram seu sustento.

[...] a relação com a terra, nosso território, nós nascemos e se criemos aqui né, estamos aqui na aldeia né, a gente quer bem, ama a mãe terra, a nossa mãe terra, que ela que cria nós, com toda nossa fonte de alimentação né, [...] (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

A relação com o território e com a noção de gestão desse território perpassa por diversos sentidos e elementos, que vão desde considerar os aspectos físicos, sua biodiversidade, e também sobre cultivar e fortalecer e transmitir as relações com os lugares sagrados, como afirma Antônia da Silva Santos.

[...] percorro e percorri os caminhos que meus pais fizeram para a roça e para caça, não que eu tenha ido caçar, mas acompanhava meus irmãos uma vez ou outra e eles me mostravam alguns desses lugares, pelo menos os mais próximos, então a minha relação é no lugar de conhecimento pelos caminhos que meu núcleo familiar fizeram e fazem ainda, e também por um lugar de circular dentro da própria área residencial da comunidade, conhecendo quais núcleos familiares estão em determinadas áreas, as relações de proximidade também né desses núcleos [...] (Entrevista com Antônia Kanindé, realizada em 22 de junho de 2022).

A gestão do território também está associada às dinâmicas familiares estabelecidas, compartilhando os saberes e práticas.

Para gerir o território, primeiro a gente tem que partilhar dos conhecimentos sobre a vida e a experiência naquele território específico. Então, a juventude, de modo mais particular, tem buscado conhecer esses lugares, acho que até então a gente não tem uma dimensão do todo né, acho que a gente partilha muito a partir das vivências das nossas próprias famílias, então, por exemplo, algumas famílias costumam cultivar legumes, cultivar determinados tipos de grãos na área da Jia, outros cultivam na área do Rajado, então essa gestão do território partilha um pouco da dinâmica social das famílias, tem famílias que plantam mais perto, tem famílias que plantam um pouco mais distante, e cada família se relaciona de uma forma diferente com as técnicas que, de algum modo compõem ali a sua afinidade. Então por exemplo, os Kanindé, a minha família de modo particular, que é a família do pajé Maciel, é uma família de artesãos em madeira e ao mesmo tempo é também uma família de caçadores, então a gente partilha de um processo de conhecimento do território que se associa a pontos

estratégicos para retirada da madeira, assim como para a caça. Então eu diria que a gestão do território Kanindé hoje, em termos organizacionais, é muito pautada pelas dinâmicas familiares, o que cada família faz, o que cada família costuma ter como prática no seu cotidiano. E nesse sentido mais amplo de gerir esses espaços eu acho que os Kanindés tem uma percepção de um ambiente residencial, que são esses núcleos mais, digamos assim, urbanizados, por exemplo o núcleo da aldeia Fernandes e o núcleo da aldeia Balança. Possui as suas áreas de plantio e também possui a área de reserva, que é justamente o território da Jia. Então essa é uma dinâmica de três espaços que a gente pode identificar nesse processo de gestão do território. E eu considero como gestão do território de uma forma mais conceitual, todos os aspectos que se relacionam com a manutenção e a salvaguarda desses espaços para as futuras gerações. Eu acho que saberem manter esse cuidado com a terra, com o território, com as riquezas ambientais, com a biodiversidade que o território abriga, sobretudo manter isso para as próximas gerações é algo importante e também que dá sentido à própria identidade do povo né. O que é o povo indígena sem o seu território, sem o território bem cuidado né, que dê a base para própria subsistência do povo. E neste sentido, entendo também como processo de gestão do território as práticas que se associam aos cuidados com nosso sagrado né. a gente está muito pensado território as vezes só a partir da biodiversidade, só a partir da flora, e na realidade a manutenção do sagrado, da encantaria dentro do território é também uma forma de gerir e até mesmo para o bem estar da própria comunidade. Então pensao também a partir dessa lógica e nesse aspecto enquanto juventude, a manutenção e o cuidado né com tudo aquilo que diz respeito a subsistência material, mas também espiritual do povo se associam a essas práticas de gestão desse território (Entrevista com Antônia Kanindé, realizada em 22 de junho de 2022).

Para Cícero Kanindé, a gestão do território está associada com o planejamento do uso da terra, o qual é feito através de reuniões com a comunidade para definir as ações que serão implementadas:

Gestão, a gente usa coordenação né, através da associação, ninguém fala gestão, a gente fala uma linguagem diferente né que é trabalhar comunitariamente né, a gente tem o cuidado de reunir as famílias né principalmente, e planejar o que a gente quer dentro do território né. Tudo que a gente faz sempre planejado [...] aí depende tudo das conversas da gente, as reuniões né que a vai decidindo as coisas e aos poucos a gente vai se organizando né, pra cuidar do território da gente [...] planejar que tipo de ação que a gente vai fazer, que tipo de cultura a gente vai fazer, o que que a gente pode fazer, o que não pode fazer, a gente já tá tentando fazer esse tipo de organização [...] a parte aqui onde nós estamos morando aqui dentro do território, os Fernandes aqui a gente planta mais é a parte de café, bananeira, aí tem as casas de família né aqui dentro, agora, nas quebradas, que a gente chama quebrada, que tem o Rajado, a Jia, [...] lá planta só a fava, feijão, a mamona [...] (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

O conhecimento sobre o território (diagnóstico) e o planejamento para seu uso e gestão são acompanhados de benefícios como proporcionar um uso mais sustentável, garantindo a proteção da biodiversidade e dos lugares sagrados.

[...] essa proposta aí, essa palavra (planejamento) ela é a gente já por si só faz as coisa, mas é tudo junto né e por si ela é um pensamento bom. A gente, cada vez mais que a gente conserve as terras e não deixe ser tão desmatado né. Isso daí não é uma coisa, pra mim num é muito difícil não porque dentro desse território a gente tem muito, assim, cuidado de ele não ser mais devastado e cada vez mais a gente tá querendo que ele se prospere mais, agora era aquilo que eu tava dizendo, e eu acredito que ele vai ter essa grande “prosperação”, os rios ser conservados, num ser

mais desmatados, porque temos duas coisas, uma é o povo não tá mais aquela quantidade de gente no campo né e outra é o cuidado que a gente tá com o lixo maltratando o meio ambiente né, porque a gente tá tirando ele todo, num é todo porque ainda tem muita gente que num faz como é pra fazer, mas a gente já é um grande passo que a gente vai dando com a continuação né. (Entrevista com cacique Sotero, realizada em 13 de junho de 2022).

Sobre a organização e planejamento do território, é válido destacar que toda a comunidade participa desse processo, sendo fundamental a inclusão das crianças e jovens nesses processos, percorrendo e conhecendo o território, ações que fazem parte do ser indígena, sentindo o território, seus fluxos e complexidades.

Acerca das possibilidades de participação das crianças e jovens nos processos de planejamento do território, Elenilson Kanindé destaca o seguinte:

É fundamental que eles participem, porque eles serão os cuidadores disso amanhã. Então, eles têm que conhecer o território, eles têm que vivenciar o território, eles têm que andar pelo território. Eu sempre costumo dizer que pra fazer pra fazer educação escolar indígena você precisa sentir a coisa, não é só chegar na escola, entrar na sala de aula e começar a dar uma aula. Você tem que sentir né, o que aquela aula de arte tá trazendo pra você enquanto manipulação de sementes, de tintas; uma aula mais voltada à questão espiritual, o que você tá conseguindo sentir, que você tem que fazer com que os alunos comecem também a despertar aquela encantaria a partir da religião. Então, pensar nessa gestão territorial pensar na participação de crianças, de adolescentes, de jovens que estão dentro da escola dentro desse processo é fazer com que eles desde cedo se sintam, na verdade, pertencente também a esse território. E esse processo é sobretudo um processo de fortalecimento da identidade do índio com seu território, porque se ele deixa de ter esse sentimento de pertença àquele território, eu acredito que ele tá deixando de ser índio, porque ele vai tá perdendo o contato com o solo, ele vai tá perdendo o contato com as matas, vai tá perdendo o contato com as encantarias. Então assim, o quanto a escola pensar, o quanto a escola direciona as atividades para discussão do território né, isso nas aulas de História, mas de maneira bem mais presente, nas aulas de Geografia, é sobretudo já fazer que desde pequeno esses meninos, eles se sintam parte daquilo. Esse sentimento que na verdade ele não é dono daquele território né, aquele território não pertence a ele na verdade. O sentido é que ele, na condição de pessoa que tá ali, é parte daquilo né E esse território, ele é o conjunto de tudo que tá aqui, e faz com que exista uma aldeia, faz com que existam os rituais, existam as encantarias, exista um alimento. A gente não pensa território de maneira separada né, a gente pensa o território como um conjunto, como uma cadeia de ações, como uma cadeia de sensações, de sentimentos [...] (Entrevista com Elenilson Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

Um exemplo do que é sentir o território pode ser descrito também no relato de Elenilson:

[...] se você vier daqui a um mês e sentar aqui novamente e não escutar esses periquitos tem alguma coisa errada. Se amanhã de manhã você não acordar com uma sabiá, se você não acordar com um campina, se você despertar e não conseguir sentir tudo isso, tem algo errado. Se você for dormir, por exemplo, e olhe que estou falando de território, estou falando de Geografia, né, e como a gente consegue, de maneira interdisciplinar, fazer a conexão com tudo isso né, e de repente você escuta aqui o cantar do que a gente chama de rasga mortalha, fique certo que dois, três dias vai morrer alguém, e no outro dia não vai ter pássaro cantando, é a confirmação que

vai acontecer alguma coisa aqui. Então, sentir o território para o povo Kanindé, é você conhecer tudo o que está ali, e aprender sobretudo a codificar [...] pra onde o vento está soprando e o que isso significa, porque que aquela flor flor ainda não abriu, o que vai acontecer, o formigueiro que passava ali todo dia, não passou ali, mudou de direção. Então, tudo isso pra gente é discutir o território, esses elementos, eles são fundamentais nas discussões não só de Geografia, mas como se comporta e devemos tratar o meio ambiente dentro da escola [...] (Entrevista com Elenilson Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

Todas essas percepções transmitem como ocorre essa relação com o território e tudo o que ele representa. As noções de relação, planejamento e gestão do território estão intimamente ligadas, intrincadas, sendo difícil dissociá-las ou pensá-las de forma separada umas das outras, e essa complexidade é apresentada em diversos momentos, em diversas falas. A preparação para o planejamento das ações que são realizadas no território também passa por apontar certas atividades a determinado núcleo familiar, como é apresentado a seguir por Antônia Kanindé:

[...] a minha família [...] é uma das principais responsáveis, por exemplo, pela manutenção da cerca que delimita efetivamente das divisões do território indígena Kanindé, então assim, após o período de inverno, a minha família se reúne, meus irmãos se reúnem junto com outras pessoas também da comunidade e discutem como que vai ser esse processo de refazer a cerca né, que é um processo anual, porque a madeira se deteriora, o arame também vai perdendo sua durabilidade, para manter a cerca preservada e o limite da terra preservado. Então, anualmente a gente se reúne para discutir esse processo, mas também ações na área de educação ambiental para preservação, para manutenção, para atividades de reflorestamento dentro do próprio território, e também vez por outra, o estímulo aos quintais produtivos, que eu acho que é uma coisa que é bem forte aqui dentro da comunidade, que a princípio já possuíamos né a produção de algumas frutas nos próprios quintais para complementação da alimentação dentro do território, a gente foi beneficiado também por esses quintais produtivos a partir de um projeto da ADELCO que deu uma fortalecida nesses processos, e continuaram, foram aprimorados e houveram algumas formações em agroecologia, algumas coisas do gênero para aperfeiçoar isso [...], são algumas atividades dentre as quais a gente desenvolve assim na aldeia. Acho que a própria escola é também uma ferramenta muito importante, que sempre está discutindo o processo de preservação, de salvaguarda, de manutenção do território, de práticas de reflorestamento, etc. (Entrevista com Antônia Kanindé, realizada em 22 de junho de 2022).

Nessa perspectiva, a proposta de elaboração de um diagnóstico ambiental da Terra Indígena Kanindé de Aratuba contribui complementando os trabalhos e pesquisas já desenvolvidas no território, em grande parte abordando os aspectos históricos, antropológicos e culturais. Sendo mais uma fonte de referência para a população local e base para o desenvolvimento de outras pesquisas sobre o tema.

Acho que a gente vai ter múltiplas contribuições, [...] começar a ter um referencial, [...] a gente não tem dentro da aldeia ainda, acho que vai ser o primeiro estudo voltado a essa temática em especial, então vai ser uma referência para os próximos estudantes indígenas que já estão no âmbito universitário, e os vão entrar, então acho que já é uma pesquisa norteadora nesse sentido. Acredito que a utilização desse

conteúdo em sala de aula e pelos próprios estudantes que estão no âmbito universitário também, vai ser também uma ferramenta que vai possibilitar a própria comunidade, nesse entendimento, desses aspectos mais técnicos sobre o território. Acredito também que o próprio desenvolvimento da pesquisa já vai servir pra gente posteriormente [...] já vai ser um referencial. [...] Acredito também que isso é até uma forma dos próprios agricultores entenderem um pouco mais sobre o território, porque embora a gente conheça, vivencie, a gente não tinha isso sistematizado da forma com que está sendo produzido atualmente, eu acho que assim vai ter inúmeras formas de abordar esse conteúdo, desde a sala de aula, até os moradores da própria comunidade, até mesmo para um processo demarcatório do povo kanindé já fica como um documento também importante, relevante para contemplar os estudos que o grupo técnico possa vir a desenvolver posteriormente, e é importante destacar que nesse sentido, a pesquisa foi desenvolvida e acompanhada pelos Kanindé de forma direta né [...] então, nesse sentido, acho que a gente tem muito a ganhar né, e muito a ganhar também porque afinal é mais um trabalho que vai se somar nesse processo de estudos sobre o povo kanindé, sobre sua historicidade, sobre seu território. (Entrevista com Antônia Kanindé, realizada em 22 de junho de 2022).

A liderança Cícero Kanindé também expõe porque acha relevante esse tipo de estudo:

Precisa ter esse levantamento em papel, porque é um dos passos que a gente dá pra demarcação da Terra né. Nós conhece, nós tronco velho, muitos alunos, muitos professores já conhecem o território “todim” né, o que falta é um empurrão, e é bom pra gente conhecer o território da gente, porque a gente já tem todo mapeado o território da gente, e principalmente quando faz o levantamento é daquelas fontes, os cantos de memória né, os cantos sagrados que a gente tem também, que tinha antigamente e tem ainda né, e esse levantamento, que você dá outra dá outra linguagem aí, esse levantamento, serve muito pra gente fazer uma partida né. O tipo de orientação que tá precisando, muita gente se orientar, principalmente a essa turma nova, porque nós velhos a gente conhece, mas a gente não tá mais nem andando em algumas partes, porque a gente já tá tá meio idoso e a gente não tá em condições de ir até lá né. Mas já mostramos todas as fontes, quase todo mundo da aldeia, os jovens de 18 anos, 17 anos eles todos já conhecem nosso território ponto por ponto, que a gente já fez várias caminhadas né, dentro dos matos, das fontes d'água, nos cantos de memória né, os cantos sagrados da gente, já participou “tudim” com esse pessoal, já conhece bem né. E até acho que esse esse tipo de conversação, a gente chama conversação, conversar né, acho que merece entre nós tronco velho, a juventude e alguns técnicos da universidade, algumas pessoas que estão mais afiados na história né, a gente sentar e começar a discutir, não só ouvindo os troncos velhos, mas também ouvis a juventude né, esses alunos que estão em sala de aula, que estão na faculdade né, que conheça mais, pra trazer ideias novas (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

Também complementa sobre a importância de implementar, com apoio externo, ações para o planejamento do uso da terra.

[...] nós, principalmente, nós indígenas a gente, às vezes é carente de algumas experiências novas, [...] principalmente que as nossas terras indígenas, elas foram muito devoradas, foi muito desmatada, acho que precisa ter assim um trabalho de alguns técnicos, de algumas pessoas experientes a respeito da erosão da terra né, porque ninguém tem conhecimento sobre o que é erosão, o que é a terra boa mesmo, a gente conhece terra boa quando a gente desmata um canto e faz uma queimada que considera que seja boa. [...] Tem alguns cantos né, alguns assentamentos, algumas secretarias que trabalham com a terra e a gente vê que eles produzem as coisas até com mais facilidade né [...] a gente só colhe $\frac{1}{4}$ por causa do desmatamento, por causa das pragas [...] (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

Importante destacar que a gestão do território, as práticas e atividades produtivas mudam dentro do próprio território, diferenciando-se entre as aldeias, como explicitado na fala de Cícero:

Na aldeia Fernandes a gente tem uma cultura, a aldeia Balança que é também os mesmos Kanindés, que moram aqui no pé da serra, que já é sertão, a cultura deles já são diferentes né, porque até o produto que a gente produz aqui, lá não dá. Lá não dá bananeira, lá não dá coqueiro, tem um bocado de coisa que não dá no sertão, e aqui a gente já tem isso. Por isso que eu digo, muda de cultura aqui dentro da própria aldeia né. A aldeia Gameleira que também a mesma coisa, que é da mesma família, Kanindé de Canindé, [...] no pé da serra do Pindá, lá a cultura deles já são diferentes também, porque depende tudo do território. Lá eles plantam só feijão e milho, já não plantam fava, [...] e criar mais alguns animais, porque lá é sertão, uma terra maior, melhor de se criar né. [...] Na Balança tem mais plantio de feijão, milho e criação de pequenos animais, de pequeno porte (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

Um ponto interessante de se destacar é que através das entrevistas foi identificado que pouco conhecem sobre o teor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, como pode ser observado a seguir:

[...] eu não entendo bem, mas eu já ouvi falar muito disso aí pelas terras mesmo ou pelas reuniões mesmo que a gente assiste, pelos congressos eu tenho visto. A gente tem até tido debate né, mas eu ainda não entendi bem pra desfrutar dela com um conhecimento dentro desse território. (Entrevista com cacique Sotero, realizada em 13 de junho de 2022).

Não conheço, já ouvi falar, mas eu tenho que ser muito franco, eu nunca me aprofundi, até porque quem, na verdade, tem a responsabilidade de discutir, de elaborar, de implantar, deveria ser a Fundação Nacional do Índio, e nos últimos tempos não tem acontecido (Entrevista com Elenilson Kanindé, realizada em 12 de junho de 2022).

[...] já ouvi, mas não me aprofundi sobre, [...] eu acredito que, na realidade, a política existe, mas como muitas outras, na prática não é tão aplicável quanto, justamente porque os próprios indígenas sequer reconhecem a política. Fazem suas estratégias, desenvolvem suas estratégias a partir de suas próprias vivências dentro dos seus territórios, na maioria das vezes essas políticas são pensadas com participação de poucos, e a gente tem uma amplitude e uma diversidade de territórios indígenas muito grande, [...] só no Ceará a gente tem gente que é da serra, tem gente que é do sertão, tem gente que é do litoral, são realidades, biomas completamente diferentes. Então assim, eu acredito que primeiro a gente tem que pensar em formas de apropriação da própria política pelos indígenas, formações ou algo do gênero, que possa viabilizar uma melhoria e, embora eu já tenha ouvido falar, comentar, nunca me aprofundi, acho que inclusive possa vir a ser uma demanda para os próprios povos indígenas a apropriação dessa política. E o que a gente tem feito é muito a partir das nossas realidades mesmo, do que a gente entende, do que a gente acha, do que a gente identifica como potencial ou como ameaça dentro dos nossos territórios (Entrevista com Antônia Kanindé, realizada em 22 de junho de 2022).

[...] essa parte que a gente conhece que é na parte dos técnicos, da EMATERCE, essas coisas, que muda esse nome aí. Esse nome existe lá na FUNAI, de pessoas que

é pra trabalhar com os indígenas né, principalmente pra orientar gente né, mas nós não alcançamos, nós fazemos por conta própria, com o nosso conhecimento, desde os nossos antepassados né, nós trabalho do jeito da gente, nós trabalha do jeito que nós acha que é bom fazer né. Nós não usa essa linguagem que tem no livro aí, nossa linguagem é trabalhar na agricultura, nossa linguagem é planejar como é que nós vamos fazer no próprio terreno, através das curvas de nível, através de plantio nos lugares certos. [...] Nós não temos nenhuma orientação da EMATERCE, que é quem podia dar essa assistência, não dá essa assistência. [...] Não tem orientação de jeito nenhum [...] faz o encaminhamento de alguns projetos, mas dentro desse tipo de orientação nós não temos nenhuma pessoa que faça orientação com os indígenas, não só aqui, como quase no Ceará todo (Entrevista com Cícero Kanindé, realizada em 22 de junho de 2022).

Nesse sentido, retoma-se mais uma vez o valor do trabalho, já que é apresentado o histórico de construção da política (PNGATI), seus objetivos e diretrizes de forma sucinta, clara e acessível. O relato dos entrevistados reflete uma carência de capacitação dos povos indígenas no âmbito dessa política, podendo ser um ponto a ser trabalhado, como forma de promoção de autonomia para esses povos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do desenvolvimento do trabalho, desde a visita inicial para a apresentação da proposta, passando por uma ampla revisão bibliográfica sobre os conceitos norteadores da pesquisa, território e território tradicional indígena, bem como o retrospecto das diversas ações direcionadas para os povos indígenas que culminaram na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e sobre os povos indígenas no contexto atual cearense, até os trabalhos de campo, que permitiram a consolidação das informações sobre o histórico do povo Kanindé e seu território, até a caracterização das condições socioambientais do Maciço de Baturité, e mais especificamente da TI, foi possível identificar questões ambientais e territoriais que merecem atenção.

O cenário ambiental da Terra Indígena Kanindé de Aratuba apresenta alguns pontos a serem destacados. Sobre seu uso e ocupação, o território é base para diversas práticas culturais e atividades geradoras de fonte de renda, como agricultura, criação de pequenos animais, caça, produção de artesanatos, entre outros, além de ser o alicerce espiritual do povo Kanindé, sendo elemento determinante de seus costumes e comportamentos.

Algumas áreas utilizadas para plantio estão localizadas em terrenos impróprios, podendo causar prejuízos ambientais, como fragilidade de erosão do solo. Em contrapartida, algumas práticas de cuidado com a terra já são adotadas, como redução de queimadas, alternância de culturas, intervalo de tempo entre os plantios e extração limitada de madeira. O lixo presente dentro do território evidencia-se como um problema substancial, fonte de contaminação do solo, de prejuízos para flora e fauna e para população local, causando, como principal problema para a população local, doenças respiratórias.

A caracterização ambiental da TI foi elaborada com o auxílio de mapas temáticos, possibilitando a compreensão dos aspectos e fenômenos de forma compartimentada e integrada ao mesmo tempo, analisando-os através de uma perspectiva sistêmica. Dessa forma, o diagnóstico ambiental, objetivo principal do trabalho, composto pela descrição e análise dos elementos apresentados em cada mapa e pelas informações levantadas durante os trabalhos de campo, elencadas da seguinte maneira: saúde, educação e lazer; formas de organização e parcerias; impactos e conflitos socioambientais; práticas agrícolas e cuidados com o território e potencialidades, oferece uma ampla e profunda visão dos processos socioambientais que se ocorrem na Terra Indígena.

Trata-se da sistematização de informações e de conhecimentos técnicos, históricos e culturais relevantes, construído coletivamente, o qual pode ser utilizado de formas diversas

pela população local e contribuir para incrementar a gestão ambiental e territorial já praticada pelo povo Kanindé.

Além disso, optou-se pela utilização de linguagem simples e direta, e, onde não se pôde fazê-lo foram utilizados termos explicativos no corpo texto e no glossário, ao final, de forma a tornar as informações aqui descritas acessível e de fácil compreensão, primando por uma escrita para o povo.

O povo Kanindé de Aratuba possui, entre outras, como característica de destaque, sua forma de organização e condução de processos importantes para a comunidade, nesse sentido, o Diagnóstico Ambiental da TI Kanindé de Aratuba promove e contribui para a sistematização de saberes científicos e tradicionais, e para o fortalecimento organizacional na defesa de suas terras tradicionalmente ocupadas.

O estado do Ceará possui apenas uma terra indígena com a demarcação definitiva de seu território, a Tremembé do Córrego João Pereira. Evidencia-se, portanto, a importância da realização de estudos com a temática ambiental em terras indígenas, como forma de colaborar com a luta desses povos pelos seus territórios, e para o uso sustentável dessas áreas, importantes refúgios de fauna e flora e fonte de preservação de recursos ambientais.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. **O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, p. 1-39, 1974.
- ADELCO. Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido. **Diagnóstico e estudo de linha de base**: projeto fortalecendo a autonomia político-organizativa dos povos indígenas. Fortaleza: Adelco/Esplar, 2017.
- ADELCO. **Situação dos Povos Indígenas do Ceará**. Movimento Indígena do Ceará. Fortaleza: Adelco/Esplar, 2019.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, Manaus, v. 6, n.1, p. 9-32, mai. 2004.
- ANDRADE, Aparecido Ribeiro de; SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Metodologias da Pesquisa em Geografia**. Guarapuava: Unicentro, 2014.
- ANDRADE-LIMA, D. Present-day forest refuges in northeastern Brazil, p. 245-251. *In*: PRANCE, G. T. (ed). **Biological diversification in the tropics**. New York: Columbia University Press, 1982.
- ARAUJO-JORGE, Tânia. et al. **Os efeitos do isolamento social durante a pandemia da COVID-19 no corpo discente da pós-graduação do IOC**. Rio de Janeiro: Fiocruz/IOC, 2020. 38 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/44655>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- ARRUDA, E. P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 257-275, 15 maio 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- AZEVEDO, Marta Maria. Diagnóstico da população indígena no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, n. 4, p. 19-22, out. 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400010&lng=en&nrm=i. Acesso em 30 mai. 2021.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Tapebas, Tapebanos e pernas-de-pau de Caucaia, Ceará: da etnogênese como processo social e luta simbólica. **Série Antropológica**, Brasília, v. 165, p. 1-30, 1994.
- BASTOS, Frederico Holanda de (Org.). **Serra de Baturité**: uma visão integrada das questões ambientais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 490, de 20 de março de 2007**. Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, Câmara dos Deputados, 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL. (Org.). **Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas:** orientações para elaboração. Brasília: FUNAI, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Emerson Ferreira. Gestão territorial na terra indígena Xakriabá e a geopolítica das retomadas. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, Número Especial EGAL, p. 1-16, II Semestre, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE. **Censo demográfico 2010:** Características Gerais dos Indígenas - Resultados do Universo. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3.html>. Acesso em: 30 mai. 2021.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed: Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE NETO, João. **Índios e Terras Ceará:** 1850-1880. 2006. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2006.

LIMA, Artema; FANZERES, Andreia; ALMEIDA, Juliana. **Jeitos de fazer:** experiências metodológicas para a elaboração de planos de gestão territorial em terras indígenas. Campinas: Curt Nimuendajú, 2012.

LIMA, Felipe Alexandre de; MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling. Terras indígenas no Ceará: uma história de lutas e resistência. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 488-509, set./dez. 2017.

LITTLE, P. E. **Gestão Territorial em Terras indígenas:** definição de conceitos e proposta de diretrizes. Relatório para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre. Rio Branco, 2006 (Mimeo).

LOCALIZAÇÃO e Extensão das TIs. **Povos Indígenas no Brasil (PIB)**, 2019. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs. Acesso em 16 ago. 2020.

MACHADO, Meline Cabral. **Mapeamento Cultural e Gestão Territorial de Terras Indígenas:** o uso dos etnomapas. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UnB, Brasília, 2014.

MAIA, Berta Rodrigues; DIAS, Paulo César. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia** (Campinas), Campinas, v. 37, e200067, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2020000100504&script=sci_arttext. Acesso em: 26 abr. 2021.

MARTINS, Thays. PL 490: Entenda o que é o projeto que muda a demarcação de terras indígenas. **Correio Braziliense**, Brasília, Distrito Federal, 23 de junho de 2021. Política. Disponível em:

<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/06/4933154-pl-490-entenda-o-que-e-o-projeto-que-muda-a-demarcacao-de-terras-indigenas.html>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MEIRELES, A. J. A. **Impactos ambientais relacionados com as formas de uso das vertentes e ações básicas para a melhoria da qualidade do solo e da biodiversidade da Terra Indígena Kanindé de Aratuba, Município de Aratuba/CE**. 2005, 18 p. (Nota de Aula). UFC, Fortaleza, 2005.

MEIRELES, A. J. A. Danos socioambientais na zona costeira cearense. *In*: HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. (Orgs.). **Racismo ambiental: I seminário brasileiro contra o racismo ambiental**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável: FASE, 2006. 334 p.

MENDONÇA, Ana. Entenda o que é o PL 490 e os impactos sobre as terras indígenas.

Estado de Minas, Belo Horizonte, 19 de agosto de 2021. Política. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/19/interna_politica,1297425/entenda-o-que-e-o-pl-490-e-os-impactos-sobre-as-terras-indigenas.shtml. Acesso em: 12 jan. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13a edição. São Paulo: Hucitec, 2013.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Annablume, 2002.

NASCIMENTO, F. R. do; Souza, M. J. N. de; Cruz, M. L. B. da. Diagnóstico socioeconômico da área de proteção ambiental da Serra de Baturité. **Ra'e ga** (UFPR), Curitiba, v. 20, p. 19-33, 2010.

NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco. (Org.). **Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Diga ao povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

PEREIRA, R. C. de M.; SILVA, E. V.; RABELO, F. D. B. Aspectos Pedológicos e suas Relações com Processos Morfodinâmicos na Serra de Baturité. *In*: BASTOS, Frederico Holanda de (Org.). **Serra de Baturité: uma visão integrada das questões ambientais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

RABELO, Francico Davy Braz. **Geotecnologias como Subsídio ao Planejamento Ambiental Integrado do Município de Barroquinha, Ceará – Brasil**. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisas Qualitativas: referências para pesquisa em geografia. *In*: MARAFON, Glaucio José *et al* (org). **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

RODRIGUES, Cláudia Alexandra Antônio. **Os rostos na obra “Criança Tapeba”, do fotógrafo José Albano: uma leitura da imagem dos povos indígenas do Brasil**. 2020. 248 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2020.

RODRIGUEZ, J.M.M.; SILVA, E.V. **Planejamento e Gestão Ambiental: subsídios da Geocologia das Paisagens e da Teoria Geossistêmica**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

SALES, Luís Gustavo de Lima; SILVA, Ricélia Maria Marinho da; PESSOA, Zoraide de Souza. O território como um dos conceitos-chave para o entendimento da relação sociedade/natureza. *In*: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), III, 2006, Brasília. **Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)**, Brasília, 2006.

SANTOS, Clemilson Costa dos. *et al*. Um relato sobre os desafios das atividades remotas em um curso de graduação presencial diante das medidas de prevenção contra o SARS-CoV-2. **Revista Novas Tecnologias na Educação - RENOTE**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, julho. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/106039>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SILVA, Beatriz Barbosa da; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. Descolonizar e compreender a questão indígena como aporte aos estudos geográficos. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 173-182, 2017.

SMITH, M.; GUIMARÃES, M. A. Gestão ambiental e territorial de terras indígenas: reflexões sobre a construção de uma nova política indigenista. *In*: V ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), V, 2010, Florianópolis. **Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)** Florianópolis, 2010.

SOUSA, Alexandre Magno de. **Alimentos tradicionais de caça dos índios Kanindé de Aratuba-CE**: Aldeia Fernandes. 2015. 160 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gastronomia) – Instituto Federal do Ceará, Baturité, 2015.

SOUZA, Cássio Noronha Inglez de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. **Gestão Territorial em Terras Indígenas no Brasil**. Brasília. Edições MEC/ UNESCO. 2013.

SOUZA, José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. J. N. O quadro geoambiental da APA da Serra de Baturité. In: CEARÁ. **Zoneamento ambiental da APA da Serra de Baturité: diagnóstico e diretrizes**. Fortaleza: SEMACE, 1992.

SOUZA, M. J. N. **Geossistemas e potencialidades dos recursos naturais**: Serra de Baturité e áreas sertanejas periféricas. Fortaleza: FNMA/FCPC/UFC, 1994.

SOUZA, M. J. N. Análise geoambiental. In: **Planejamento biorregional do Maciço de Baturité**. Fortaleza: MMA-IBAMA-BNB, 2001.

SOUZA, M. J. N. Contexto Ambiental do Enclave Úmido da Serra de Baturité - Ceará. In: BASTOS, Frederico Holanda de (Org.). **Serra de Baturité: uma visão integrada das questões ambientais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

STARCK, Gilberto; BRAGATO, Fernanda. O impacto da tese no marco temporal nos processos judiciais que discutem direitos possessórios indígenas. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas** (UNIFAFIBE), Bebedouro, v. 8, n. 1, p. 245-282, 2020.

THORNTHWAITE, C. W.; MATHER, J. R. The Water Balance. N. Jersey, **Centerton**: Publications in Climatology, VII (1), 1955.

WILDER-SMITH, A.; FREEDMAN, D. O. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. **Journal of Travel Medicine**, v. 27, n. 2, fev. 2020. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jtm/article/27/2/taaa020/5735321>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

World Health Organization. (2020). **Mental health and psychosocial considerations during the COVID-19 outbreak**. Disponível em: <<https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/mental-health-considerations.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GLOSSÁRIO

A iniciativa de elaboração do glossário surgiu devido a utilização de diversos termos técnicos no decorrer do trabalho, principalmente para a descrição e explicação das informações contidas nos mapas, de modo a tornar essas informações mais acessíveis para o entendimento dos processos ambientais. Para isso, foram consultadas diversas fontes, listadas ao final do glossário.

Aluvião: Designação genérica para englobar depósitos detríticos recentes, de natureza fluvial, lacustre, marinho, glacial ou gravitacional constituídos por cascalhos, areias, siltes e argilas, transportados e depositados por corrente, sobre planícies de inundação e no sopé de montes e escarpas.

Alúvio: Sinônimo de aluvião.

Anfibolito: Rocha metamórfica de grau médio a alto que tem a hornblenda e o plagioclásio como paragênese característica, podendo ser derivado de rochas ígneas básicas, como o basalto, o gabro ou de rochas sedimentares, como calcários impuros, ou, ainda, ser derivado de misturas como rochas vulcanoquímicas.

Arboreto: Vegetação arbórea.

Eutrófico: Rico em nutrientes, fértil.

Barlavento: De frente para a direção da qual o vento está soprando. Vertente, lado ou superfície voltada para o sentido do vento.

Caducifolia: Vegetal que perde as folhas durante o período climático desfavorável.

Cálcico: que contém cálcio, calcário.

Calcissilicática: Rocha metamórfica, maciça ou bandada, composta por minerais cálcio-silicáticos como epidoto, diopsídio, grossulária, escapolita.

Chuva orográfica: Relativa ao aumento de precipitações nas encostas das montanhas a barlavento, acompanhado de falta de chuva a sotavento das elevações, causados quando a elevação provoca o resfriamento da massa de ar e a faz perder grande parte de sua umidade à medida que se move para cima

Coluvial: relativo a coluvião ou colúvio: depósito formado por fragmentos de rocha ou minerais, mal selecionados e mal classificados, transportados principalmente pela ação da gravidade de áreas circunvizinhas, que se acumularam na base de uma encosta. Por suas características genéticas pode apresentar elementos minerais ou pétreos diferentes da rocha subjacente.

Declividade: Inclinação máxima de um trecho de uma encosta expressa em porcentagem definida pela razão entre a diferença de altitude e a distância total, projetada em plano horizontal, entre dois pontos desta encosta multiplicada por 100.

Dendrítico: Padrão de drenagem na qual os rios são ramificados irregularmente em todas as direções, lembrando, em planta, o ramo de uma árvore.

Depressão: Forma de relevo que se apresenta em posição altimétrica mais baixa do que porções contíguas.

Distrófico: Solo que apresenta saturação por bases e saturação por alumínio inferiores a 50%. Solo pouco fértil.

Dobramento Jaguaribeano: O termo Faixa de Dobramento Jaguaribeano foi introduzido para representar todo o seguimento crustal que compreende a região centro-leste do Estado do Ceará e uma pequena porção do Estado de Pernambuco, onde ocorrem rochas metassedimentares.

Edáfica: Relativa ao solo.

Embasmamento cristalino: Rocha mais antiga, composto por cristais ou fragmentos de cristais, tais como as rochas metamórficas que recristalizaram em ambientes de alta temperatura ou pressão, ou rochas ígneas que se formaram durante o arrefecimento de matéria fundida.

Epífita: diz-se da planta que vive sobre a outra, mas não a parasita, portanto não retira dela alimento.

Formação ferrífera: Rocha laminada, constituída de leitos alternados de sílica e hematita-magnetita, além de carbonatos e silicatos de ferro.

Fruticeto: Vegetação arbustiva.

Geossistêmico: Relativo a Geossistema: categoria particular de sistemas direcionados. É o espaço terrestre de todas as dimensões, onde os componentes individuais da natureza se encontram em uma relação sistêmica uns com os outros e, com uma determinada integridade, interatuam com a esfera cósmica e a sociedade humana.

Herbácea: planta desprovida de caule lenhoso e persistente; que tem porte e textura de erva.

Hiperxerófila: De xerófilo: - que vive em lugares secos, como a caatinga e os desertos; também usado para designar a estrutura das folhas de plantas xerófitas.

Hipsometria: Medida de altura da superfície terrestre com relação a um determinado nível horizontal referencial ou datum.

Interflúvio: Zona de cumeada que separa as nascentes de duas bacias de drenagem.

Lianas: Plantas lenhosas e/ou herbáceas trepadoras com gemas situadas acima do solo, protegidas ou não por catáfilos, predominantes em áreas florestais.

Unidade Litoestratigráfica: Conjunto rochoso caracterizado por um tipo ou combinação de vários tipos litológicos, ou por outras marcantes feições litológicas. Pode consistir em rochas sedimentares, ígneas ou metamórficas, separadas ou intercaladas, consolidadas ou não.

Litologia: Estudo e descrição de uma rocha ou de associação rochosa com viés maior para estudo macroscópico e de afloramentos ou de unidades estratigráficas. Com grande frequência o termo é usado para definir e, mesmo, designar a própria rocha em estudo.

Luvisolos Crômicos: Solos com caráter crômico na maior parte dos primeiros 100 cm do horizonte B.

Mesotérmico: Clima caracterizado por temperaturas e chuvas moderadas, com radiação solar profusa.

Migmatítico: Relativo a migmatito: Rocha composta em nível de afloramento, por duas ou mais porções distintas, sendo uma a rocha original em um estágio mais ou menos metamórfico, enquanto a outra tem aspecto geralmente pegmatítico, aplítico ou granítico, ou de maneira muito mais geral, plutônica.

Neossolos Flúvicos: Solos derivados de sedimentos aluviais e que apresentam caráter flúvico dentro de 150 cm a partir da superfície do solo.

Neossolos Litólicos: Solos com contato lítico ou lítico fragmentário dentro de 50 cm a partir da superfície.

Paragnaisse: Denominação genérica utilizada para indicar um gnaisse originado a partir de rochas sedimentares.

Pedimentado: relativo a pedimento: Depósito sedimentar originado por erosão e recuo paralelo das vertentes (escarpas) nos processos de pediplanação.

Pedológico: Relativo a Pedologia: Ciência relativa ao estudo dos solos.

Pedogênese: Modo pelo qual o solo se origina, com especial referência aos fatores e processos responsáveis pelo seu desenvolvimento. Os fatores que regulam os processos de formação do solo são: material de origem, clima, ação dos organismos, relevo e o tempo.

Perenifólia: Árvore que tem, folhas perenemente; oposto de caducifólia.

Pleistoceno: Época geológica do Período Neogeno e que se estende de 1,8 Ma até 11.500 anos.

Pluviométrico:

Pré-Cambriano: Termo cronoestratigráfico que engloba o Arqueano e o Proterozóico. Abrange todo o passado anterior ao período Cambriano (aproximadamente 540 milhões de anos atrás), representando cerca de 88% do total do tempo geológico.

Quartzito: Rocha metamórfica cujo componente principal é o quartzo (>75% como ordem de grandeza).

Quaternário: Período da Era Cenozóica formado pelo Pleistoceno e pelo Holoceno, que abrange os últimos 2 milhões de anos aproximadamente, estendendo-se do fim do Terciário até o presente.

Sotavento: Lado oposto ao de onde sopra o vento, ou lado protegido do vento.

Tectonismo: Qualquer processo geológico em que se tem movimentação ou deslocamento de massas rochosas, construindo ou reorganizando a estrutura terrestre devido a tensões crustais, por exemplo, orogênese, epirogênese, falhamentos, diapirismo.

Vertente: Região de declive topográfico que margeia o alinhamento de uma região mais elevada ou que compõem as margens de um vale e por onde correm (vertem) as água pluviais alimentando o lençol freático do solo para dar origem a linhas de nascentes.

Xeromórfico: diz-se do órgão vegetal, protegido contra a seca excessiva (não sofre deficiência hídrica).

Xisto: Tipo de rocha metamórfica caracterizada pela presença de minerais achatados ou alongados, distribuídos organizadamente no corpo rochoso, de forma quase paralela (xistosidade ou foliação). A composição mineralógica dos xistos é bastante variável, dependendo da rocha mãe e da história metamórfica.

REFERÊNCIAS

BARROS, Jorge Gomes do Cravo. **Glossário de termos geológicos e ambientais aplicados às geociências**. Brasília: ESMPU, 2006. 138 p.

BRASIL. **Glossário ilustrado de morfologia**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília: Mapa/ACS, 2009. 406 p.

FIGUEIREDO FILHO, Orlando Augusto de. **Geoquímica e geocronologia de metavulcânicas e metagranitóides dos cinturões orós e Jaguaribe sudeste do Ceará**. 1995. 160 f. Tese (Doutorado em Geoquímica e Geotectônica) – Instituto de Geociências. USP, São Paulo, 1995. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44134/tde-22062015-143731/pt-br.php>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

IBGE. **Glossário geológico**. Rio de Janeiro: IBGE – Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1999. 214 p.

IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 2012. 272 p.

PARANÁ. Instituto Água e Terra. **Glossário Geológico**. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. Disponível em:
<<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Glossario-Geologico>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

RODRIGUEZ, J.M.M.; SILVA, E.V. **Teoria dos geossistemas**: o legado de V. B. Sochava. Volume I Fundamentos Teórico-metodológicos. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

SANTOS, Humberto Gonçalves *et al.* **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5. ed., rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2018. 356 p. Disponível em:
<<https://www.embrapa.br/solos/sibcs/solos-do-brasil>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SIGEP. **Glossário Geológico Dinâmico Ilustrado**: um sistema dinâmico sujeito a correções/complementações e aberto à colaboração da comunidade geocientífica. Originalmente publicado na Internet em 2001, sob a égide do INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UnB em <http://www.unb.br/ig/glossario/> onde ficou disponível até 31/12/2010 e a partir de 5/9/14 reativado no *site* da SIGEP sob a égide do SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM. Disponível em:
<<http://sigep.cprm.gov.br/glossario/index.html>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado por **TÁVILA DA SILVA RABELO**, aluna do Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, para participar de uma pesquisa. Leia atentamente as informações abaixo e tire suas dúvidas, para que todos os procedimentos possam ser esclarecidos.

A pesquisa com título **Diagnóstico Ambiental como Ferramenta para a Gestão Territorial da Terra Indígena Kanindé, Aratuba/CE** tem como objetivo a Elaboração de um Diagnóstico Ambiental da referida Terra Indígena. Dessa forma, a sua participação poderá trazer como benefícios a caracterização física e mapeamento dos sistemas ambientais da área, instrumentos importantes para o planejamento da gestão territorial.

Para a sua realização, é preciso que lideranças, juventude e professores da própria comunidade da Terra Indígena Kanindé de Aratuba/CE respondam a este roteiro de entrevista, ressaltando-se que a sua colaboração é de caráter voluntário e não implica em remuneração. Há o risco de você sentir-se constrangido com alguma pergunta, e caso isto ocorra, poderá a qualquer momento interromper a pesquisa e se for de sua vontade encerrar sua participação.

O roteiro possui perguntas simples e deve tomar aproximadamente 30 minutos do seu tempo. Os seguintes procedimentos serão respeitados:

1. Seus dados pessoais e outras informações que possam identificar você serão mantidos em segredo;
2. Você está livre para interromper a qualquer momento sua participação na pesquisa sem sofrer qualquer forma de retaliação ou danos e
3. Os resultados gerais da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos e podem ser publicados em congresso ou em revista científica especializada

Endereço da responsável pela pesquisa:

Pesquisadora Responsável: Távila da Silva Rabelo
Instituição: Universidade Federal do Ceará / Programa de Pós-graduação em Geografia
Endereço: Rua Marco, 294 – Casa 01 – Bom Futuro – Fortaleza/CE
Telefones para contato: (85) 99917.4101
E-mail: tavila.rabelo@gmail.com

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo fone: 3366-8346.

O abaixo assinado _____, _____ anos, RG: _____ declara que é de livre e espontânea vontade que está participando da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste termo e que minha participação é de caráter voluntário e não serei remunerado.

Fortaleza, ____/____/____

_____ Nome do(a) participante	_____ Data	_____ Assinatura
_____ Nome da pesquisadora	_____ Data	_____ Assinatura

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: JUVENTUDE DA COMUNIDADE
INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA/CE.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
Campus do Pici - Bloco 902 - CEP 60440-554 - Fortaleza - CE
Fone: (85) 3366 9489; e-mail: posgeog@ufc.br

**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A GESTÃO TERRITORIAL
DA TERRA INDÍGENA KANINDÉ, ARATUBA/CE**

ENTREVISTA – Juventude da Comunidade Indígena Kanindé de Aratuba/CE

Nº _____ data ____/____/____

Caro(a) Respondente,

O(a) senhor(a) está participando de um projeto do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Esse é um roteiro de entrevista com o objetivo de realizar uma pesquisa sobre a elaboração de um Diagnóstico Ambiental Participativo da Terra Indígena (TI) Kanindé de Aratuba/CE. O objetivo é identificar e entender melhor alguns aspectos da cultura Kanindé e questões importantes que possam ajudar no desenvolvimento do trabalho. Vou fazer algumas perguntas aqui, e sinta-se livre em responder e colocar suas opiniões.

SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA A REALIZAÇÃO DESSA PESQUISA.

Nome _____
(Comprometo-me a não revelar seu nome sem sua autorização)

Idade _____ Há quanto tempo mora na TI _____

- Na sua opinião, o que é gestão do território?
- Qual sua percepção sobre a TI Kanindé? Como você descreveria sua relação com a TI Kanindé de Aratuba?
- Que tipo de práticas são adotadas por você e pela comunidade para o cuidado com TI?
- Você já participou de algum tipo de orientação ou planejamento para o uso da TI?
- Você considera essa atividade relevante para a comunidade, o planejamento do uso da terra?
- Você conhece a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)?
- Uma das etapas propostas pela política (PNGATI) para a elaboração do Plano de Gestão é o Diagnóstico Ambiental, como você acha que ele pode beneficiar a TI e seus moradores?
- Gostaria de acrescentar algo mais?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA: LIDERANÇAS DA COMUNIDADE
INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA/CE.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
Campus do Pici - Bloco 902 - CEP 60440-554 - Fortaleza - CE
Fone: (85) 3366 9489; e-mail: posgeog@ufc.br

**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A GESTÃO TERRITORIAL
DA TERRA INDÍGENA KANINDÉ, ARATUBA/CE**

ENTREVISTA – Lideranças da Comunidade Indígena Kanindé de Aratuba/CE

Nº _____ data ____/____/____

Caro(a) Respondente,

O(a) senhor(a) está participando de um projeto do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Esse é um roteiro de entrevista com o objetivo de realizar uma pesquisa sobre a elaboração de um Diagnóstico Ambiental Participativo da Terra Indígena (TI) Kanindé de Aratuba/CE. O objetivo é identificar e entender melhor alguns aspectos da cultura Kanindé e questões importantes que possam ajudar no desenvolvimento do trabalho. Vou fazer algumas perguntas aqui, e sinta-se livre em responder e colocar suas opiniões..

SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA A REALIZAÇÃO DESSA PESQUISA.

Nome _____
(Comprometo-me a não revelar seu nome sem sua autorização)

Idade _____ Há quanto tempo mora na TI _____

- Você percebe a existência de algum tipo de conflito no território? Se sim, qual(is)?
- Você identifica algum tipo de problema ambiental no território? Se sim, qual(is)?
- Como você descreveria sua relação com a TI Kanindé de Aratuba?
- Que tipo de práticas são adotadas por você e pela comunidade para o cuidado com a TI?
- O que você entende por gestão do território?
- Você conhece a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)?
- Você já participou de algum tipo de orientação ou planejamento para o uso da TI?
- Você considera essa atividade relevante para a comunidade?
- Como você acha que o Diagnóstico Ambiental proposto pode beneficiar a TI e seus moradores?
- Gostaria de acrescentar algo mais?

**APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PROFESSORES DA COMUNIDADE
INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA/CE.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
Campus do Pici - Bloco 902 - CEP 60440-554 - Fortaleza - CE
Fone: (85) 3366 9489; e-mail: posgeog@ufc.br

**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A GESTÃO TERRITORIAL
DA TERRA INDÍGENA KANINDÉ, ARATUBA/CE**

ENTREVISTA – Professores da Comunidade Indígena Kanindé de Aratuba/CE

Nº _____ data ____ / ____ / ____

Caro(a) Respondente,

O(a) senhor(a) está participando de um projeto do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Esse é um roteiro de entrevista com o objetivo de realizar uma pesquisa sobre a elaboração de um Diagnóstico Ambiental Participativo da Terra Indígena (TI) Kanindé de Aratuba/CE. O objetivo é identificar e entender melhor alguns aspectos da cultura Kanindé e questões importantes que possam ajudar no desenvolvimento do trabalho. Vou fazer algumas perguntas aqui, e sinta-se livre em responder e colocar suas opiniões.

SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA A REALIZAÇÃO DESSA PESQUISA.

Nome _____
(Comprometo-me a não revelar seu nome sem sua autorização)

Idade _____ Há quanto tempo mora na TI _____

- Na sua opinião, o que é gestão do território?
- Você conhece a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)?
- Uma das etapas propostas na PNGATI para a elaboração do Plano de Gestão é o Diagnóstico Ambiental, você acha que essa ferramenta pode contribuir com a educação indígena? Se sim, de que forma?
- Como você percebe as possibilidades de participação das crianças e jovens nos processos de planejamento do uso do território?
- Gostaria de acrescentar algo mais?